



BELLUM



Revista do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército

ISSN 2966-2605

e-ISSN 2966-2613



Vol.2, nº 2 - 2º Semestre de 2025



BELLUM

Revista do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército

EDITORIAL

Departamento de Educação e Cultura do Exército

Gen Ex Francisco Carlos Machado Silva

Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército

Gen Bda Francisco de Assis Costa Almeida Júnior

Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército

Cel Euler Gomes Antunes do Nascimento

Editoria

Cel Carlos Roberto Carvalho Daróz

STen Álvaro Luiz dos Santos Alves

Conselho Editorial

Cel Fábio Fachinetti Freire, Prof. Dr. (PUC-RJ)
Cel Carlos Roberto Carvalho Daróz, Prof. Dr. (UFF-ULB-U. Lisboa)
Cel Marcelo Vieira de Souza Filho, Prof. Esp. (UNIRIO)
Ten Cel Daniel Soares Filho, Prof. Dr. (UFF)
Ten Cel Wagner Alcides de Souza, Prof. Me. (UFRJ)
2º Ten Ana Beatriz Ramos de Souza, Profa. Dra. (UERJ)
STen Álvaro Luiz dos Santos Alves, Prof. Me. (UNIVERSO)
STen José Carlos Meireles da Silva, Prof. Me. (UNIVERSO)
Johny Santana de Araújo, Prof. Dr. (UFPI)

Identidade visual

3º Sgt Tatiane Duarte (BIBLIEx)

Diagramação

3º Sgt Stéphanie Monteiro dos Santos Ragazzi

Editoração eletrônica – EB Revistas

2º Ten Tailane da Silva Rodrigues Marzzollo

Revisão

CEPHiME_x

Administração e redação

CEPHiME_x

Avenida D. Pedro II n° 383, São Cristóvão
20941-070 Rio de Janeiro-RJ

Imagem da capa

Oficial italiano com máscara contra gases e fuzil Carcano Modelo 91 na Frente Alpina, durante a Primeira Guerra Mundial.
Fonte: Autor desconhecido.



A revista **BELLUM** é destinada a docentes, pesquisadores e estudantes de História e disciplinas afins. Tem como objetivo estimular e fomentar a discussão e o estudo de temáticas ligadas à História Militar e aos conflitos bélicos. A seleção dos artigos é baseada em critérios como: relevância, originalidade e contribuição para o progresso do conhecimento.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Bellum: Revista do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército [recurso eletrônico]. – v. 2, n. 2 (2º semestre), 2025. – Rio de Janeiro: Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural, Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército, 2024. – 1 recurso online: il.

Semestral

Recurso digital (1 arquivo: 17,8 MB)

Formato: PDF

Requisito do sistema: Adobe Acrobat Reader

e-ISSN 2966-2613

1. História Militar. 2. Força Expedicionária Brasileira. 3. Segunda Guerra Mundial. 4. Periódicos. I. Brasil. Exército. Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército. II. Título.

CDD: 940.40

CDD: 940.54

CDD: 940.5481

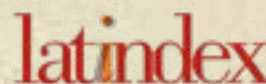
Ficha Catalográfica elaborada por Tailane da Silva
Rodrigues Marzzollo – Bibliotecária – CRB 7/6942

Os conceitos emitidos nos artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo, necessariamente, a opinião do CEPHiME_x ou do Exército Brasileiro.

A revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam citadas. Salvo expressa disposição contrária, é permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados, desde que mencionados o autor e a fonte.

Submissões:

revista.bellum@dphcex.eb.mil.br



SUMÁRIO

02 Editorial

05 Companhias de Emboscada: uma inovação baiana que transcendeu o aspecto militar e abriu as portas para a brasilidade

Cláudio Ricardo Hehl Forjaz

25 O legado do espírito militar português e de Alexandre de Gusmão para a formação dos limites territoriais do Brasil

Carlos Eduardo Gomes de Queiroz

37 A participação do 13º Batalhão de Caçadores de Joinville na tomada de Itararé

Rafael José Nogueira

53 Un brasileño en el Ejército Italiano

Matteo D'Angella

65 Luar artificial: o experimento de emprego dos holofotes antiaéreos pela Força Expedicionária Brasileira nos campos de batalha da Itália

Wellington Ferreira Gomes

87 A Missão de Paz da ONU no Haiti: revisitando a participação brasileira

Marcus Fabiano Cota

EDITORIAL

É com satisfação que apresentamos mais um exemplar do periódico científico *Bellum: Revista do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército*, que, em seu segundo ano de existência, consolida-se como um espaço qualificado para a reunião e difusão de pesquisas de excelência no campo da história militar. A revista mantém o compromisso com o rigor científico, a diversidade temática e o diálogo entre diferentes tradições historiográficas.

A história militar, em sua complexidade, temporalidade e diversidade, ultrapassa o estudo das batalhas e das estratégias bélicas: ela revela conexões profundas entre sociedade, política, cultura e tecnologia ao longo do tempo. A presente edição reflete essa riqueza, reunindo contribuições que abordam desde análises de campanhas específicas até discussões sobre memória, instituições e impactos sociais da guerra. Merece destaque, também, a variedade de vozes que compõem este número: pesquisadores civis e militares, estudiosos de diferentes gerações e perspectivas teóricas, nacionais e estrangeiros, que enriquecem o debate historiográfico e reafirmam a vitalidade desse campo de estudos.

Como requisito de valorização e qualificação dos periódicos científicos, consoante com os parâmetros estabelecidos pela CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação e por organismos científicos internacionais, a *Bellum* prioriza a internacionalização, com a publicação de pesquisas desenvolvidas no exterior por pesquisadores estrangeiros, publicadas em inglês, francês, espanhol ou italiano. Essa abertura amplia o alcance das reflexões e estimula o intercâmbio acadêmico, fortalecendo a inserção da história militar no cenário historiográfico global e mantendo a revista alinhada aos mais elevados padrões acadêmicos internacionais.

Publicada exclusivamente em formato eletrônico e de acesso aberto, a revista alcança leitores nos cinco continentes. Essa difusão global reforça sua função como veículo de referência, capaz de promover e projetar internacionalmente a produção historiográfica no campo da história militar, tanto brasileira quanto geral.

Neste número, os artigos selecionados evidenciam a amplitude cronológica e temática da revista. O primeiro deles marca o quarto centenário das invasões neerlandesas no Brasil (1624–1654), e analisa o florescimento da Guerra Brasílica como resposta à ocupação estrangeira. Partindo da queda de Salvador, em 1624, o estudo detalha o surgimento e a atuação das companhias de emboscada, formações irregulares compostas por combatentes locais que, conhecedores do terreno e habilidosos no uso das armas disponíveis, aplicavam táticas de surpresa e desgaste contra forças mais bem armadas e estruturadas. O texto evidencia como, a partir de uma situação de inferioridade, essas unidades converteram-se em um núcleo de resistência capaz de conter o inimigo, restringindo-o a espaços limitados até que forças terrestres e navais equivalentes pudessem ser mobilizadas para a reconquista.

Na sequência, um estudo investiga o espírito militar português na formação das fronteiras ocidentais do Brasil-Colônia. A análise abrange aspectos culturais, religiosos, administrativos, cartográficos e diplomáticos, remontando às origens templárias da identidade militar portuguesa e sua consolidação nas ordens de Santiago, de Aviz e de Cristo. O artigo percorre o período dos reinados de D. João III e D. Sebastião I, destacando as reformas administrativas, como a criação das Capitanias Hereditárias e do Governo-Geral, e avança até o século XVIII, com a atuação diplomática de Alexandre de Gusmão e a aplicação da tese do *Uti possidetis* no Tratado de Madri (1750). Baseada em fontes primárias e secundárias, a pesquisa adota uma perspectiva de longa duração para demonstrar como o ethos militar permeou tanto a ocupação territorial quanto a diplomacia luso-brasileira.

O terceiro artigo transporta o leitor para o início do século XX, examinando a participação do 13º Batalhão de Caçadores de Joinville na tomada de Itararé, durante a Revolução de 1930. O texto reconstrói a adesão da unidade ao movimento revolucionário, apresenta detalhes dos deslocamentos e combates, e analisa a integração do batalhão ao Destacamento Bittencourt, peça-chave nas ofensivas contra posições legalistas. A narrativa evidencia não apenas os aspectos militares das operações, mas também o contexto político que envolveu o movimento, destacando o papel de unidades regionais na dinâmica de um conflito nacional.

Fortalecendo a internacionalização da revista e seguindo a linha de estudos transnacionais, a pesquisa desenvolvida na Itália e redigida em língua espanhola investiga a presença de brasileiros no Exército Real italiano, durante a Primeira Guerra Mundial. A partir de registros de óbitos e fontes primárias disponíveis naquele país, o autor apresenta dados precisos, como o número de mortos por ano de combate, e recupera trajetórias individuais, entre elas, a de Giacomo Giassi, soldado nascido no Brasil e morto em ação em 1915. Ao associar dados quantitativos e narrativas biográficas, o trabalho ilumina aspectos pouco conhecidos da participação de descendentes de imigrantes no conflito mundial e aprofunda a compreensão das conexões entre a diáspora italiana e os grandes acontecimentos históricos.

O quinto artigo focaliza um aspecto tecnológico singular: o emprego do chamado “luar artificial” pela Força Expedicionária Brasileira na campanha da Itália, durante a Segunda Guerra Mundial. A pesquisa descreve como o recurso, obtido por meio de projetores (holofotes) antiaéreos pertencentes ao Exército dos EUA, foi integrado às operações noturnas para aumentar a visibilidade no campo de batalha, melhorar a coordenação de ataques e mitigar riscos. Trata-se de um estudo inédito que alia história operacional, inovação tecnológica e cooperação militar internacional.

Encerrando a presente edição, um estudo examina a participação brasileira na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti, entre 2004 e 2017. O texto detalha o contexto político e social haitiano que levou à intervenção, descreve a atuação das Forças Armadas brasileiras no comando militar da missão e analisa os múltiplos desafios enfrentados, desde operações de segurança contra milícias até a resposta a desastres naturais. Ao final, o autor, ex-integrante da missão, reflete sobre seu legado para a evolução da doutrina, a formação e a projeção internacional das tropas do Brasil.

Com este quarto número, a revista *Bellum* reafirma seu propósito de promover o conhecimento histórico-militar em uma perspectiva crítica e abrangente, projetando a produção acadêmica brasileira para o mundo. Convidamos nossos leitores a percorrerem as páginas desta edição, certos de que encontrarão contribuições relevantes e instigantes para o campo de pesquisa da História Militar.

Desejamos uma boa e proveitosa leitura!

O Editor.



**COMPANHIAS DE EMBOSCADA:
UMA INOVAÇÃO BAIANA QUE TRANSCENDEU
O ASPECTO MILITAR E ABRIU AS PORTAS
PARA A BRASILIDADE**

Cláudio Ricardo Hehl Forjaz



Resumo: O ano de 2024 marcou não somente os 400 anos do início das invasões holandesas à colônia luso-americana, também conhecida como a Guerra do Açúcar (1624-1654), mas também como o quarto centenário do florescimento da Guerra Brasilica. Da queda da capital do Brasil, Salvador, em maio de 1624, as companhias de emboscadas surgiram como um recurso da derrota militar para se tornarem o núcleo de concentração das forças e vontades de um povo que nascia para se transformar na mais bem sucedida experiência humana dos trópicos. Diferentemente das tropas regulares portuguesas, seus combatentes inovaram, aplicando o conhecimento do terreno e das armas que dispunham, e mais, investindo nos momentos em que o inimigo estava desprevenido. Assim, mesmo em inferioridade numérica e de poder de fogo, foram capazes de deter a avalanche estrangeira e mantê-la restrita a um espaço que, quando se fez presente uma força militar terrestre e naval a sua altura, pode desmantelá-la e levá-la à rendição, reconquistando a capital luso-americana. De soldados a capitães, seus componentes expulsariam de vez os invasores, e, como governadores, expandiriam as fronteiras do Brasil até o coração do continente.

Palavras-chave: Companhias de emboscada, Invasões Holandesas no Brasil, História Militar do Brasil.

Abstract: The year 2024 marked not only the 400th anniversary of the start of the Dutch invasions of the Portuguese-American colony, also known as the Sugar War (1624-1654), but also the fourth centenary of the flowering of the Brasilica War. From the fall of Brazil's capital, Salvador, in May 1624, ambush companies emerged as a resource from military defeat to become the nucleus of concentration of the forces and will of a people who were born to become the most successful human experience in the tropics. Unlike the regular Portuguese troops, their combatants innovated, applying their knowledge of the terrain and the weapons at their disposal, and moreover, investing in moments when the enemy was off guard. Thus, even though they were outnumbered and outgunned, they were able to halt the foreign avalanche and keep it restricted to an area that, when a military force on land and sea equal to it arrived, was able to dismantle it and force it to surrender, reconquering the Portuguese-American capital. From soldiers to captains, its members would expel the invaders once and for all, and, as governors, they would expand Brazil's borders to the heart of the continent.

Keywords: Ambush Companies, Dutch Invasions of Brazil, Military History of Brazil.

INTRODUÇÃO

O ano de 2024 marcou os 400 anos das invasões holandesas na colônia luso-americana, conhecidas como Guerra do Açúcar (1624-1654). Esse período também celebra o quarto centenário da Guerra Brasilica, um conflito motivado pelo desejo da Companhia das Índias Ocidentais (WIC) de dominar as terras produtoras de açúcar, chamadas *Zuickerland*.

Em 8 de maio de 1624, tiveram início as chamadas invasões holandesas no Brasil, quando uma frota chegou a Salvador forçando a entrada nos fortes da cidade e tomando seu controle. Aproximadamente 1.600 defensores, incluindo soldados e milicianos, enfrentaram a WIC. Após a conquista, dois dias depois, os invasores transformaram suas edificações em quartéis, alojamentos e depósitos (Laet, 1912).



Fig. 1 - Mapa ilustrativo do ataque realizado no princípio de maio de 1624, pela frota da Companhia das Índias Ocidentais (WIC) a Salvador, capital do Estado do Brasil.

Fonte: Estado-Maior do Exército, 1972.

A cidade foi assolada por saques e destruição, enquanto os habitantes e vizinhos se organizaram para enfrentar as adversidades. Após a conquista da capital, os holandeses reforçaram suas defesas e expandiram seus domínios, chamando a área de Terra Batávica, que se estendia da barra até Itapagipe, e incluía postos avançados na ilha de Itaparica.

UMA INOVAÇÃO SALVA A SITUAÇÃO

Os luso-brasileiros resistiram ao avanço dos neerlandeses. Desde a queda de Salvador, em 10 de maio de 1624, até a chegada da Jornada dos Vassalos, em 27 de março de 1625, haveria constantes conflitos entre invasores e moradores, principalmente na baía de Todos os Santos, pois a resistência negaria aos invasores aquele que foi seu principal objetivo da operação bélica: o controle estratégico da produção e escoamento do açúcar.

Primeiras ações administrativas e militares dos invadidos

Os habitantes de Salvador rumaram para o Recôncavo. Com o governador-geral do Estado do Brasil capturado, esses deslocados organizaram uma Junta Governativa na Pitanga e elaboraram planos de resistência. Para assumir a chefia da junta, elegeram o bispo D. Marcos Teixeira de Mendonça, e para o governo-geral, Matias de Albuquerque Coelho, então governador de Pernambuco. Com poucos homens, iniciaram a resistência¹.

¹ Dos remanescentes da primeira batalha de Salvador, a junta conseguiu arregimentar cerca de 450 colonos e 250 índios. Eles foram distribuídos em seis companhias, sob o comando dos capitães Lourenço Cavalcanti de Albuquerque, Lourenço de Brito Corrêa, Francisco de Barbuda, Diogo da Silva, Melchior Brandão e Melchior Fonseca (Freyre, 1977).



Enquanto isso, os holandeses consolidaram suas defesas em Salvador, para depois tentarem expandir seus domínios para as áreas canavieiras. No dia 15 de maio, quando saíram da cidade para saquear uma quinta dos padres nas redondezas, foram emboscados por silvícolas que ali viviam. Dias depois, fato semelhante ocorreria nas cercanias da Terra Batávica².

No dia 13 de junho, dia de Santo Antônio, o mais popular nas terras luso-americanas, os baianos atacaram as muralhas meridionais de Salvador, sendo derrotados. Após falhar em ataques diretos, e diante do sucesso de outras tocaias espontâneas contra os invasores fora dos portões da cidade, a resistência passou a implementar táticas de guerrilha para conter os invasores. Estabeleceram um cerco a Salvador, utilizando ações dinâmicas e emboscadas para manter os invasores ocupados até a chegada de reforços da metrópole.

Para isso, seria preciso cercá-la, tocaiando o adversário que tentasse se aventurar fora dos limites da capital. Assim sendo, o Conselho de Guerra resolveu deixar a aldeia do Espírito Santo de Ipitanga e estacionar suas forças mais próximas a Salvador, na região do rio Vermelho. Situada a uma légua de distância da urbe neerlandesa, era uma região mais fácil de ser protegida, pois, além de ter um rio caudaloso, poderia ser ocupado o alto de um outeiro, dominante na área. Ali, desde o século anterior, funcionava uma propriedade jesuíta, que antes cuidava de uma de suas missões e que permaneceu como local para repouso dos religiosos, retiros e férias dos seminaristas (Behrens, 2004).

As bases para a formação das companhias de emboscada

Como estavam em beligerância contra um invasor mais poderoso, as operações bélicas tiveram prioridade sobre as demais atividades naquele momento. Assim, quem tivesse experiência militar deveria exercer o comando, ou assessorá-lo. Militares profissionais já serviam nas terras luso-americanas, há mais de meio século, na verdade, desde 1549, quando as primeiras forças regulares desembarcaram no Brasil. Eram aproximadamente 600 voluntários portugueses que vinham com o primeiro governador-geral do Estado do Brasil, Tomé de Sousa, para compor a guarnição da Bahia. No início do Século XVII, as forças terrestres na colônia luso-americana eram compostas por tropas de Presídio (pagas) e de Ordenanças (milícias formadas por moradores) (Estado-Maior do Exército, 1972).

A queda de Salvador para os batavos demonstrou a ineficácia das tropas regulares na batalha de Salvador, exigindo novas condutas. Na época, o grosso da população masculina baiana disponível para combater era composto por índios catequizados e mestiços. Eles se tornariam a espinha dorsal dos combatentes.

Há quase um século vivendo e convivendo com os nativos em um ambiente tropical, vasto e por vezes selvagem, bem diferente das terras do Velho Mundo, os colonos eram mais americanos que europeus. No Brasil, o terreno era muito diferente do que o da Europa. Com árvores, arbustos e cursos d'água, o combate tradicional em grandes formações, como os terços, era

² Inicialmente as emboscadas contra os invasores ocorreram espontaneamente, levando a baixas significativas entre os flamengos que saíam de Salvador em busca de mantimentos ou de saque. Em 15 de maio ocorreu um confronto entre baianos e holandeses perto de uma propriedade dos padres. Índios que serviam aos jesuítas emboscaram um grupo de 40 mercenários, que buscavam objetos valiosos levados para lá, resultando na morte de três deles, além dos feridos. Dias depois, os criados de Antônio Cardoso de Barros surpreenderam alguns intrusos. No confronto, cinco pereceram e outros seis foram capturados, sendo dois deles escravos dos intrusos (Vargas, 1628). Depois de algumas semanas, as tocaias levadas a cabo pelos grupos de Francisco de Castro, George de Aguiar e Manuel Gonçalves, já somavam duas dezenas de baixas entre os mercenários, o que demonstrou que ações desse tipo poderiam ter bons resultados contra um adversário militarmente superior (Salvador, 1954).



inviável. Além disso, os locais eram acostumados ao clima tropical e ao terreno, utilizavam vestes leves e andavam descalços.

A convivência de décadas entre colonos, autóctones e escravos também facilitou a organização das forças e seu emprego. Os lusos que aqui se fixaram, com o tempo começaram a conviver bem, e, inclusive a se miscigenar com eles, a ponto de formarem eles a maioria da população daquela colônia³. Adotando a língua tupi-guarani, dieta baseada na mandioca, e alguns meios de transporte e armas indígenas. Suas vestimentas eram simples, incluindo o costume de ter os pés no chão, o que lhes valeria, por vezes, a menção de um "exército dos descalços", por parte dos estrangeiros. Já os mercenários holandeses enfrentavam dificuldades devido à volumosa e pesada indumentária, inconstância no suprimento de víveres e munição, clima quente e úmido, doenças tropicais e barreiras linguísticas.

Porém, o mais importante dessa adaptação brotaria da experiência nos conflitos com os inimigos de antes, bucaneiros franceses e seus aliados ameríndios, que lhes mostraram a necessidade de conhecimentos básicos do terreno e de sobrevivência longe das linhas de abastecimento. A isso incorporaram a rápida mobilização contra um oponente comum, técnicas de rápido deslocamento, moderação no atendimento de suas necessidades básicas, além de astúcia e paciência de um bom caçador para compensar a falta de treinamento militar e de poder de fogo. Tais características seriam o cerne daquilo que a história militar chama de Guerra Brasília, uma inovação tática baseada na técnica indígena de emboscada, aprimorada pelos luso-brasileiros⁴. Assim, aos poucos foram defendendo seus torrões das incursões flamengas, bem como ganhando liberdade de ação.

Organização das companhias de emboscada

Decidido a mudar de modo de atuação, o Conselho de Guerra optou por transferir a base da resistência para a região do rio Vermelho, uma área na boca do Recôncavo, perto do mar aberto, distante cerca de uma légua de Salvador, mais fácil de defender e com alternativas de evacuação caso sucesso de uma incursão Orange. Ali se estabeleceu o Arraial do Rio Vermelho, habitado por antigos moradores da capital e por voluntários focados em enfrentá-los.

Segundo o bispo-soldado, para ali afluiriam aproximadamente 1.400 moradores e 250 brasilíndios oriundos das cinco ou seis missões indígenas e dos 27 engenhos daquela capitania, que iam desde as mais próximas da capital até oito léguas continente adentro (Vargas, 1628). Posteriormente, com o desenrolar das atividades, começaram a surgir combatentes capazes de assumir o comando de uma companhia de aventureiros.

Neste pequeno núcleo militar, conviviam colonos, índios e negros, das mais diversas origens e classes sociais. Muitas vezes, pessoas passavam semanas à disposição da unidade, só retornando ao seu trabalho nos plantios e colheitas. Outros dividiam seu período de serviço, com o de seus afazeres diários. Não havia pagamento em dinheiro, exceto para os militares, que na verdade, só recebiam quando esses estavam na retaguarda, em algum fortim.

³ "Índios e mamelucos formaram a muralha movediça, viva, que foi alargando em sentido ocidental as fronteiras coloniais do Brasil ao mesmo tempo em que defenderam, na região açucareira, os estabelecimentos agrários dos ataques de piratas estrangeiros. Cada engenho de açúcar nos séculos XVI e XVII precisava manter em pé de guerra suas centenas ou pelo menos dezenas de homens prontos a defender contra selvagens ou corsários a casa de vivenda e a riqueza acumulada nos armazéns: esses homens foram na sua quase totalidade índios ou caboclos de arco e flecha" (Freyre, 1933, p. 131).

⁴ Dentre as experiências militares de enfrentamento dos invasores e seus aliados gentios merecem destaque a campanha de conquista da Paraíba, que durou cerca de três décadas e a expulsão de corsários gauleses de Ilhéus apossados por moradores e um grupo de 22 guerrilheiros liderados pelo caboclo Antônio Fernandes, mais conhecido como Catucadas, em 1595. Cf. DONATO, 1996.



A alimentação era fornecida pelos engenhos e fazendolas próximas, bem como nelas eram tratados os feridos. Um detalhe importante é que, sem dinheiro, a administração da resistência não podia arcar com despesas de pagamento de pessoal e alimentação da tropa, sendo isso, na maioria das vezes arcada pela fortuna pessoal de seus integrantes, principalmente seu comandante.

De um núcleo selecionado de combatentes foram organizadas as primeiras companhias de emboscada. Estas peças de combate bastante móveis tinham como missão, observarem os movimentos do oponente, os tocaíarem e os atormentarem, sitiando-os, interceptando suas vias de comunicação e de suprimento, restringir-lhes o movimento e impossibilitá-los de adentrar ao sertão.

As primeiras ações de emboscada contra os invasores aconteceram de forma espontânea, quando alguns deles se aventuraram fora dos portões da cidade e para as bandas da várzea de Tapuípe, em busca de bastimentos ou de saque. Segundo testemunhas, as tocaias levadas a cabo pelos grupos de Francisco de Castro, George de Aguiar e Manuel Gonçalves mataram quase duas dezenas de flamengos, o que demonstrou que ações desse tipo poderiam obter bons resultados contra um adversário militarmente superior⁵.

Para serem capazes de atender ao objetivo principal das companhias de emboscada, que era o de monitorar os movimentos do oponente, ficar na espera para surpreendê-lo e interceptar suas vias de comunicação e suprimento, optou-se por uma estrutura leve e ágil, com um efetivo variando de 25 a 40 combatentes, lideradas por cidadãos experientes em combate.

Criam-se as primeiras companhias de emboscada

Como não havia na Bahia um terço organizado, e sim guarnições nos fortes, foi mais rápida a adesão à ideia de se organizar as forças com base nas milícias pré-existentes. Depois de algum debate, optou-se por criar uma estrutura mais leve, ágil e adequada ao terreno e aos meios de que dispunham os luso-brasileiros. Entra então em cena a unidade padrão da campanha: a companhia de emboscada.

Elemento básico de combate, a companhia de emboscada era composta por um efetivo variável de 25 a 40 combatentes, comandada por um cidadão de destaque. Estes, inicialmente, foram escolhidos dentre os mais fiéis e destacados da comunidade, civil e militar, com alguma experiência em combates contra os gentios ou os franceses, ou, ainda, aqueles que já haviam passado nos corpos de ordenanças ou eram membros das tropas de presídio.

A etapa seguinte foi consolidar-se na região, erguendo as defesas do arraial e defendendo os acessos com trincheiras duplas (Vargas, 1628), ao mesmo tempo em que estabeleciam pontos estratégicos ao redor da cidadela recém-perdida⁶.

⁵ No Registro da Patente do capitão Manuel Gonçalves Dória, um mulato soteropolitano, o rei ibérico Felipe menciona que durante a ocupação holandesa na Bahia, ele foi pioneiro em organizar assaltos e emboscadas contra os rebeldes holandeses em Itapagipe e na parte do Carmo, causando muitos danos aos inimigos e obrigando-os a permanecer na cidade até a chegada das armadas ibéricas. Cf. BIBLIOTHECA NACIONAL, 1930.

⁶ Uma vigilância eficiente fundamentada em diversos postos avançados e com uma reserva pronta para agir quando necessário, constituía o protocolo padrão das companhias de emboscada. Cada posto tinha visibilidade em relação ao outro, permitindo que, ao notar a aproximação do inimigo, um deles sinalizasse ao próximo. Dessa forma, a informação chegava rapidamente ao capitão e, em seguida, ao comandante da frente. De acordo com o padre Antônio Vieira, que se uniu aos guerrilheiros nativos, os luso-brasileiros mantinham uma vigilância constante sobre as posições inimigas. Mesmo à noite havia uma monitorização regular. Passavam dias em espera, tendo o céu como cobertura e o chão como leito. Estavam expostos às variações climáticas, do frio intenso ao calor escaldante. Enfrentavam fome e sede, utilizando folhas como pratos e recipientes improvisados como copos. Apesar de todo esse desconforto, não se deixavam abalar pelo cansaço ou pelo perigo. Permaneciam imóveis, aguardando qualquer movimento do adversário para atacá-lo como uma ave de rapina. Ver VIEIRA, 2024 e SOUZA JÚNIOR, 1998.



Segundo relatos seiscentistas, nesse momento nas cercanias de Salvador, existiam 27 capitães de emboscada e 25 companhias. O exército da resistência, cuja espinha dorsal era esta citada força, seria comandado por dois “coronéis”: Antônio Cardoso de Barros e de Lourenço Cavalcanti de Albuquerque. Com a chegada de mais moradores armados e índios flecheiros, as forças ficaram assim distribuídas (Ferreira, 1945, p. 89-90):

- dois grupamentos, de aproximadamente 600 homens cada, subdivididos em seis companhias de emboscada, a comando, respectivamente, de Antônio Cardoso de Barros e de Lourenço Cavalcanti de Albuquerque, recém-nomeados pela Câmara, coronéis de toda a milícia da terra e que investiriam pelos setores do Portão do Carmo e do Portão de São Bento, acidentes capitais de acesso mais fácil, pois o dique em construção pelos holandeses, bem como a escarpa, dificultava a aproximação por aquelas rotas; e

- um destacamento mais poderoso, de aproximadamente 1.000 combatentes, como força de pronta-resposta, na mão de D. Marcos Teixeira, no Arraial do Rio Vermelho, defendendo o povoado e trabalhando nas suas trincheiras, principalmente, do lado do mar, e em condições de apoiar diretamente as duas peças de manobra que sitiavam Salvador; e pelo fogo, nove peças de artilharia e meia dúzia de roqueiras, mas com pouca munição retirada de um navio.

Algumas dessas companhias tiveram atuação intensiva e outras que aparecem esporadicamente em ações maiores. Das companhias, as que guarneciam os seguintes postos merecem destaque (Salvador, 1954):

- as companhias dos capitães Vasco Carneiro e Gabriel da Costa, que defendiam uma trincheira localizada em Itapagipe (ou Tapegeipe), diante da fortaleza de São Felipe, ocupada pelos intrusos. Apoiada por duas peças de bronze, ainda contavam com uma companhia de presídio, composta por cerca de 40 soldados, como força de pronta-resposta; servia de primeira linha de defesa contra o avanço dos holandeses a uma das áreas mais ricas de engenho daquela capitania (Vargas, 1628, p. 221);

- com o escopo de sitiar o forte de São Felipe recém-ocupado pelos batavos e controlar os acessos daquele bastião ao interior da capitania, encontrava-se Manuel Gonçalves Dória, liderando as companhias dos capitães Luiz Pereira de Aguiar e Jorge de Aguiar, que guarneciam uma estância na região do baluarte de Montserrat, constituída de uma trincheira defendida com cinco falcões e duas roqueiras, e que se transformaria no núcleo de um posto de comando do setor norte das tropas baianas (Castro, 2009, p. 313);

- a companhia do capitão Jordão de Salazar, que mantinha sob seu comando uma trincheira próxima ao mar e ao porto, pronta para fazer face aos desembarques de mercenários no Recôncavo⁷;

- a estância de Montserrat, também perto do forte e nas vizinhanças da ermida de São Pedro, onde alojava as companhias dos capitães Vasco Carneiro e Gabriel da Costa Francisco de Castro, responsáveis por vigiar de uma trincheira, artilhada com duas peças de bronze, o Portão de São Bento e as muralhas adjacentes da cidadela (Castro, 2009, p. 313);

⁷ A estância de Jordão de Salazar, situada a nordeste da baía de Itapagipe e ao norte do forte São Felipe, era defendida por cerca de 60 soldados das tropas de emboscada dos capitães Francisco de Castro e Agostinho de Paredes. A principal função deles era assegurar o portilho e a costa naquela área que marcava o início do Re-côncavo baiano. Dada a sua localização estratégica, é provável que, após os primeiros confrontos em Salvador, tenha se desenvolvido e se transformado no forte de São Bartolomeu. Cf. CASTRO, ²⁰⁰⁹.



- as companhias dos capitães Francisco Padilha e Luís de Siqueira, na reserva imediata do rio Vermelho, compostas por aproximadamente 40 homens cada e acampadas em uma estância localizada na roça de Gaspar de Almeida, no acesso sul ao arraial; e

- a companhia de aventureiros do capitão Lourenço de Brito, já formada antes da invasão, que constituiria um contingente em condições de atuar como força de pronta-resposta, em qualquer das zonas de ação que se fizesse necessário.

Como o arraial ficava em cima de um monte elevado, possível de ser atingido somente por três acessos, o bispo determinou que se cavassem três trincheiras, armando-as com duas roqueiras cada uma, e designou um chefe militar como responsável para proteger cada uma delas: a do caminho que ligava à capital, foi entregou ao coronel Melchior Brandão, guarnecida pela gente do Paraguaçu; a que demandava para o Tatuípe, ficou a cargo do capitão Pero Coelho; e a terceira, que rumava para o interior, ao capitão Diogo Muniz Teles. A defesa da aldeia era composta por cerca de 200 homens, a maioria deles, soldados de presídio (militares profissionais), e liderada por um capitão-mor.

Além das já citadas, existiam outras companhias de emboscada ocupando áreas estratégicas fora da região de Salvador. Em algumas delas, como a de Francisco Dias de Ávila, senhor da Torre de Tatuapara e talvez o homem mais rico daquela capitania⁸; a de Afonso Rodrigues da Cachoeira; a de Antônio Freire; a de Pero de Campo; e a de Diogo Mendes Barradas, a maioria dos combatentes era de silvícolas flecheiros. Já a companhia de Antônio de Brito Correa, que teve seu batismo de fogo defendendo o forte novo de São Felipe, no dia 9 de maio, era heterogênea, formada por pretos, brancos e vermelhos.

Para sustentar tantos guerreiros era necessário grande gasto; mas, como a Fazenda Real na capitania estava sem condições, o bispo se dispôs a encabeçar as despesas, conseguindo fazê-lo a contento (Vieira, 2024).

Entretanto, o exército defensor não poderia ter sucesso sem o apoio imprescindível de materiais, em especial, de suprimentos e de pessoal. Para manter uma força compatível, o bispo determinou que cada freguesia enviasse cerca de 20 homens para o rio Vermelho. Desse modo, o arraial e os postos avançados eram abastecidos de carne, peixe, frutas, farinhas e outros produtos enviados do Recôncavo, além de vinho e azeite, que vinham de Pernambuco em barcos até a terra de Francisco Dias de Ávila, e depois por terra ao arraial (Salvador, 1954). Desse modo, negava-se ao adversário o interior. Sem fontes de recursos e mantimentos necessários à manutenção dos conquistadores, seu sistema logístico colapsaria⁹.

O icônico combate das Águas dos Meninos

No dia 17 de junho, o coronel Johan van Dorth e alguns soldados foram inspecionar o for-

⁸ Francisco Dias D'Ávila era um dos aliados próximos de D. Marcos. Assim, foi em suas terras, na localidade de Tatuapara, que começaram a chegar cargueiros oriundos de Pernambuco, trazendo reforços e suprimentos destinados a abastecer o arraial do Rio Vermelho e outros postos avançados. Ver SALVADOR, 1954.

⁹ Um dos médicos da frota invasora e cronista neerlandês dos episódios vivenciados por seus compatriotas, Johann Aldenburgk, escreveu que tinham permanecido muitos escravos na capital conquistada, o que levou os holandeses a embarcarem algumas dezenas deles e tentarem trocá-los por comida no interior da baía. Como os moradores se negaram, eles atacaram suas propriedades e roubaram animais, levando-os para a cidadela. Aos poucos, a opção pela força foi se tornando cada vez mais recorrente. Testemunha ocular da invasão e um dos mais estudados narradores da mesma, Aldenburgk cita que certo dia um grupo de negros a serviço dos holandeses saiu para apanhar mandioca, batatas, bananas, laranjas, ananases, limões e outras frutas. Mesmo estando armados, foram tocados pelos baianos que os renderam ou os mataram. Em outra tentativa, os escravos foram dispersos ou aprisionados pelos nativos, sendo que um dos cativos teve as mãos decepadas e foi reenviado à cidadela como exemplo vivo. Cf. BEHRENS, 2004.

te de Montserrat. No retorno, foram vítimas de uma espera armada pela companhia de emboscada de Francisco Padilha. Van Dorth foi morto pelo comandante baiano e por ele degolado, levando sua cabeça para por em exposição no Arraial do Rio Vermelho. Os mercenários recuaram para Salvador. Esta foi a primeira vez que uma companhia de emboscada atuou na sua plenitude, sendo também sua mais icônica ação nesta campanha, o que lhe valeu uma placa na entrada deste bastião.

Após este episódio, ambos os lados adotaram novos procedimentos. Para fazer face ao já consolidado sistema defensivo holandês, que priorizava como acidentes capitais os principais acessos pelas muralhas de Salvador, o Conselho de Guerra baiano posicionou forças diante dos portões do Carmo (ao norte) e São Bento (ao sul), designando seus mais bem sucedidos comandantes, os capitães Manuel Gonçalves Dória e Francisco Padilha, para liderarem os setores setentrional e meridional, respectivamente. Em cada um deles foram alocadas seis companhias de emboscada¹⁰.



Fig. 2 - Croqui que mostra a localização do Arraial do Rio Vermelho, principal centro de resistência dos baianos contra os invasores holandeses¹¹.

Fonte: Biblioteca do Exército/Odebrecht, 1998.

Novas investidas e derrotas dos invasores

Morto seu comandante, o Conselho de Guerra mercenário empossou o major Albert (Arnt, Alardo) Schoutten em seu lugar. Como seu antecessor, ele continuou dando atenção às defesas da cidade, recuperando as danificadas e construindo fortificações de campanha em locais estratégicos, antes de se arriscar em incursões pela baía ou pelo interior. Para reforçar as defesas da cidade e proteger o perímetro urbano de um ataque frontal aos muros da cidade do

¹⁰ Certa noite, sabendo os capitães Francisco de Padilha e Jorge de Aguiar, que os holandeses estavam alojados na casa de Cristóvão Vieira, ex-escrivão dos agravos, um pouco além do muro e porta de São Salvador, investiram sorrateiramente com cerca de uma dezena de guerreiros selecionados e eliminaram quatro adversários, destruindo essa e outras casas nas vizinhanças, além de roçando o mato para facilitar a observação. Nesse roçar matos e derribar casas houve alguns encontros, os guerreiros dos capitães Lourenço de Brito e Antônio Machado mataram uma vez quatro, e os de Lourenço de Brito e Luiz de Siqueira eliminaram outros. Já os neerlandeses, quando assaltaram a casa de Jorge de Magalhães, distante mais de uma légua da cidade, roubaram o que achavam de valor e queimaram o que havia pelo caminho, inclusive só não estupraram uma mulher porque chegaram os homens de Francisco Padilha, que trucidaram quatro deles, e depois levaram a moça para o rio Vermelho, quando para lá retornaram. Cf SALVADOR, 1954.

¹¹ O bispo-soldado dispôs seu contingente de modo a concentrar suas ações sobre os acessos dos portões do Carmo, ao norte, e de São Bento, ao sul. Nas cercanias da sede da WIC nas Américas, em especial nos caminhos que demandavam aos seus portões, que as contendas se concentrariam.



lado continental, Schoutten pôs em prática o plano de seu antecessor de se construir obras de defesa complementares com base em diques, atividade que eram especialistas em sua terra natal. Coube a seu capitão engenheiro projetar e supervisionar tal obra¹².

Durante o represamento das águas para formação dos diques, as companhias de embocada passaram a atuar tentando retardá-la, como ocorreu no dia 24 de junho (Vargas, 1628). Porém, o apoio cerrado dos mercenários e de suas bocas de fogo acabou prevalecendo e em poucos meses o dique se transformou num obstáculo de difícil transposição para os meios da época (Souza Júnior, 1998).

Consolidados em suas posições na urbe e temendo que os baianos se aproximassem muito de suas muradas, os neerlandeses partiram para ocupar a “terra de ninguém”. Mas suas ações também não tiveram êxito¹³.

Em 27 de julho, a WIC deslocou a frota invasora para novas operações no Caribe e na África, reduzindo sua força naval na baía de Todos os Santos para somente quatro belonaves. Mas como não havia oposição marítima, eles passaram a assediar e saquear engenhos e fazendas pela capitania. Todavia, a reação das companhias de emboscada fez prevalecer o seu valor, cujas tocaias resultaram em pesadas baixas para os flamengos.

Diante desses fracassos, os Orange mudaram de estratégia. Senhores das águas, passaram a projetar poder pelo mar. Os assaltos anfíbios tiveram como alvos preferidos a ilha de Itaparica; o Morro de São Paulo; as vilas de Boipeba, Cairu e Camumu¹⁴. Merece destaque a ação que ocorreu no dia 3 de setembro, cuja derrota dos neerlandeses foi tão significativa, que D. Marcos Teixeira recomendou ao rei ibérico seus capitães para as mais altas condecorações e ordens militares¹⁵.

O bispo-soldado tinha motivos para isso, pois quase todas as expedições holandesas fora da cidadela batávica até aquele momento, tinham sido alvo das companhias de emboscadas,

¹² Joos Coeck, capitão e engenheiro militar, foi o responsável pela fortificação da cidadela conquistada. Em novembro de 1624, ele concluiu um relatório sobre seus trabalhos, intitulado *Grontteijc-keninge van de stad BAHIA in Brasilien* (Plano da Cidade da Bahia no Brasil), onde apresenta mapas e descrições detalhadas da ocupação batava e das obras de fortificação de Salvador, muitos deles empregando sistemas defensivos de engenharia hidráulica, como dois diques represando as águas continentais a leste de Salvador, sendo que o maior deles que daria origem à atual lagoa de Tororó. Cf. MAGALHÃES, XAVIER, 2022.

¹³ No dia 17 de agosto, uma cilada próxima à saída do Carmo vitimou três e feriu oito soldados de fortuna. Pouco depois, atuando nos arredores do portão de Santa Lúcia (ou de São Bento), guerreiros do capitão Padilha mataram três flamengos e ferir outros. Em outro lugar, um grupo intruso perdeu nove europeus e sete africanos, perto de uma estância. Ver VARGAS, 1628. Uma semana depois, uma companhia de mercenários investiu sobre uma casa nas cercanias do forte São Felipe, onde antes morava seu capitão, a fim de derrubá-la. Liderados pelo comandante do setor, Manuel Gonçalves, as tropas dos capitães Jorge de Aguiar, Luís Pereira e Pero do Campo a atacaram quando a demoliam. No confronto tombaram dois neerlandeses no local e outros nas redondezas do convento do Carmo. Cf. DONATO, 1996.

¹⁴ Dentre os assaltos anfíbios holandeses daquele período, um se destacou quando eles fundearam uma belonave na baía, entre as ilhas dos Frades e de Maré, enviando lanchas para pegar um barco. O capitão mercenário Cornélio Corneles também tentou roubar mantimentos nos engenhos do rio Iguaripe e da ilha dos Frades, navegando com 25 mosqueteiros e confundindo a igreja de Nossa Senhora do Socorro com uma fortificação. Eles voltaram sem nenhum botim. Ver SALVADOR, 1954. Outro ataque ocorreu na Ponta da Cruz, na ilha de Itaparica, onde mercenários pegaram óleo de baleia e se dirigiram ao engenho de Gaspar de Azevedo. Após uma luta contra moradores da ilha, liderados por Afonso Rodrigues Adorno e Pero de Campos, oito zelandeses tombaram e 2 lanchas armadas foram capturadas. A cruz de madeira da ermida, que fora derrubada pelos protestantes, acabou venerada. Cf. SALVADOR, 1627 e DONATO, 1996. Por fim, Antônio Cardoso de Barros armou uma cilada defronte da ilha de Maré, após denúncias sobre o feitor do engenho de Simão Nunes de Mattos negociando com invasores. Ele atacou enquanto os guerreiros comiam, matando vários holandeses e capturando outros. Seis meses depois, uma das companhias de emboscada de Antônio Cardoso de Barros contra-atacou os invasores, os que não morreram, fugiram para seus barcos (Salvador, 1954, p. 404-405).

¹⁵ Naquele dia, combatentes liderados pelos capitães Antônio Machado, Antônio de Moraes, Francisco Brandão e Francisco Padilha, desbarataram um grande contingente batavo que colhia frutos no pomar de Diogo Sodré. Eles investiram com tanto vigor que, mesmo com um efetivo menor, as companhias de emboscada venceram o duelo. Dom Marcos Teixeira ficou tão contente que comemorou o feito com uma festa, cujo ápice foi a exaltação à liderança e coragem da gente da terra, agradecendo com mimos e honraria de Cavaleiros a alguns comandantes, além de premiar quem se destacou naquela peleja. Cf. DONATO, 1996.



reduzindo a vontade dos invasores de se aventurarem além dos limites da cidade e isolando suas guarnições nos fortes de Santo Antônio e de São Felipe¹⁶.

O SOCORRO DOS IRMÃOS

Ao saber da queda de Salvador e de sua eleição como governador-geral do Brasil, Matias de Albuquerque Coelho optou por permanecer na administração em Pernambuco e apoiar a resistência na Bahia. No dia 1º de junho, enviou mensageiros à Europa, providenciou suprimentos e criou um sistema de transporte para manter o fluxo de abastecimento (Costa, 1952). Também ordenou a construção e recuperação de bastiões nas capitanias ameaçadas.

Albuquerque enviaria duas flotilhas em socorros aos baianos. Na primeira delas, seguiu Francisco Nunes Marinho de Eça, por ele nomeado capitão-mor do Arraial do Rio Vermelho. Ex-capitão-mor da Paraíba, Nunes assumiria poderes também sobre as capitanias de Ilhéus, Porto Seguro e Sergipe, substituindo o bispo e ampliando o esforço de guerra. Com ele, seguiram voluntários comandados por Antônio Carneiro Falcato, Antônio de Moraes, D. Felipe de Moura, Lourenço Cavalcanti e Feliciano Coelho de Carvalho (Costa, 1952).

O outro socorro aproou para o Recôncavo, seis caravelões transportando voluntários pagos e comandados por figuras proeminentes em Pernambuco. Nos seus porões, suprimentos no valor de 80 mil cruzados. Desembarcando na região da torre de Garcia d'Ávila, seguiram para o quartel-general da resistência.

Entra em cena o capitão-mor do Arraial

Nunes Marinho assumiu o comando em 22 de setembro, mantendo a mesma postura e vigor que seu antecessor. Infelizmente, em 8 de outubro, uma enfermidade levou a óbito o bravo D. Marcos Teixeira de Mendonça, impulsor da defesa da Capitania Real e alma da resistência contra os holandeses. As tocaias prosseguiram, sob o comando do capitão-mor do Arraial do Rio Vermelho. Sabedor do envio de reforços pela metrópole, ele aproveitou o domínio do Recôncavo para abrir novas linhas de comunicação e suprimento, bem como fortificar melhor os engenhos e portilhos. Isso facilitaria o apoio ao primeiro escalão. Ele também planejou conquistar a fortaleza de São Felipe para obter pólvora, mas a evacuação dos invasores, em março de 1625, tornaria a ação desnecessária.

¹⁶ Na primeira jornada de agosto de 1624, o engenho da Freguesia foi atacado pelos frísios, que queimaram casas e a igreja. Os defensores, liderados por Manuel Gonçalves e André de Padilha, intervieram e interromperam o ataque. O coronel Lourenço Cavalcanti, com 40 homens, contra-atacou, levando os holandeses a embarcarem após perda de 65 homens entre mortos, feridos e capturados. O comandante do forte de Montserrat, que chefiava o destacamento, foi um dos aprisionados por Manoel Gonçalves Dória. Ver FERREIRA, 1945. Também ocorreu uma incursão em Sepetiba, que resultou em 20 baixas holandesas (Vieira, 2024). Em 13 de setembro de 1624, os baianos atacaram um destacamento, resultando na morte de sete ou oito flamengos. Em 1º de outubro, gente de Manuel Gonçalves Dória e Luís Pereira de Aguiar investiu contra um grupamento de soldados de fortuna nas proximidades do convento do Carmo. Apesar de mais numerosos, os usurpadores perderam alguns dos seus, incluindo um sargento-mor (Vargas, 1628).



Operações bem sucedidas em terra e mar

Na mesma jornada da troca de comando das forças da resistência, Manuel Gonçalves realizou uma emboscada contra a guarnição do forte de Tapagipe, matando cinco soldados. No mês seguinte, as guerrilhas luso-brasileiras repeliram novas investidas dos soldados de fortuna, resultando em baixas de soldados germânicos e auxiliares africanos da WIC (Vargas, 1628).

Veterano de campanhas contra os franceses na Paraíba, o capitão-mor do Arraial sabia da importância de agilidade nos movimentos. Por isso abriu novas rotas de suprimentos e de comunicações, encurtando os acessos a Salvador. Isto favoreceu o apoio cerrado aos elementos de primeiro escalão. Construiu trincheiras e posições mais próximas aos muros da cidadela, a ponto de permitir que fossem alvejadas a tiros e até a flechadas¹⁷.

Equacionado o problema terrestre, voltou suas atenções ao aquático. Mesmo não tendo superioridade naval, coube a Francisco Nunes criar um sistema de alerta frente às incursões anfíbias frísias. Embarcações foram posicionadas em locais estratégicos, o que não só tirou a surpresa das ações batavas, como ajudou um cargueiro português a furar o bloqueio dos usurpadores e fundear em área segura e a incendiar uma lancha inimiga¹⁸.

No final de outubro, as forças estrangeiras tinham sido reduzidas a aproximadamente 2.300 soldados e marinheiros (Ibid.). Desgastados e limitados a manobrar somente dentro dos muros da sua cidadela, começaram a surgir fissuras na moral dos mercenários¹⁹.

CHEGADA DE NOVO COMANDANTE ENVIADO POR EL-REI

Em 8 de agosto de 1624, chegava em Lisboa a notícia da queda de Salvador. Imediatamente o Reino de Portugal iniciou a mobilização de gente e material, bem como avisou ao rei Felipe IV, em Madri. Este, então, resolveu nomear um brasileiro, D. Francisco de Moura, capitão-mor do Recôncavo. Nascido em Olinda e famoso no Império Ibérico por seus serviços nos campos de batalha de Flandres e na administração de terras de El-Rei, ele substituiria Matias de Albuquerque no governo-geral do Brasil, além de assumir temporariamente o comando geral da luta contra os invasores holandeses (Freyre, 1977).

¹⁷ Em 15 de outubro, houve uma tentativa de saque de um engenho pelos holandeses, mas os defensores conseguiram repelir o ataque, resultando na morte de três germânicos e um africano (Vargas, 1628). Três dias depois, os luso-brasileiros atacaram na Fonte Nova, com a participação de um grupo de negros comandados por Antônio de Brito Correa. Cf. Behrens, 2004. No dia 20 de outubro, uma espera causou a morte de três soldados, um marinheiro e um auxiliar negro. Em 27 daquele mês, uma sentinela frísia foi morta em Tapagipe. Mais tarde, a tropa de Padilha capturou quatro inimigos e matou um europeu e cinco africanos (Vargas, 1628). Em um desafio, os batavos reuniram cerca de 200 mercenários e trabalhadores pretos para limpar o campo de tiro no sul. Logo foram atacados pelos tocaieiros baianos, resultando na morte de três soldados. Dias depois, a tropa do capitão Lourenço de Brito Correa atacou o portão de São Bento, matando 12 mercenários. Em outra ação, sete frísios e nove escravos foram mortos. Finalmente, em uma incursão no engenho de Estevão de Brito, no setor do forte de Tapagipe, os baianos eliminaram um, afugentando os demais. Cf. VARGAS, 1628.

¹⁸ O comandante luso-brasileiro posicionou duas embarcações de vigília face ao alto mar, uma na altura da praia de Itapuã e outra diante do Morro de São Paulo, a fim de alertarem sobre incursões anfíbias dos sitiados, bem como às naus ibéricas da ação de belonaves batavas (Salvador, 1954). Foi uma dessas que permitiu que, no dia 24 de setembro, os nativos socorrem um cargueiro proveniente de Viana, Portugal, que, furando o bloqueio da WIC, entrasse rapidamente pela barra, indo fundear numa área segura no fundo da baía. E as ações navais dos baianos na baía de Todos os Santos prosseguiram no mês seguinte, quando no dia 9, uma lancha que apoiava o forte do norte foi incendiada pelos guerrilheiros, Cf. VARGAS, 1628.

¹⁹ ALDENBURGK (1913, p. 186), que participou como mercenário da WIC nas fases da conquista, ocupação e restauração de Salvador, relatou que, a partir do segundo semestre de 1624, ocorreram diversos julgamentos por furto, duelos e assassinato de parte de seus camaradas, inclusive com algumas penas capitais. Tais evidências mostram a queda do moral e da disciplina no seio da força invasora germânica.



Portugal envia flotilhas com reforços ao Brasil

Em 19 de agosto de 1624, duas expedições partiram de Lisboa para socorrer o Brasil, uma para a Bahia e outra para o Rio de Janeiro. A expedição para a Bahia, que conduzia o nomeado capitão-mor do Recôncavo fez uma parada em Pernambuco, levando soldados, armamento e munição. Junto, trouxe notícias do aprestamento avançado de uma poderosa armada ibérica. Em 22 de setembro, assumiu como governador-geral do Brasil, substituindo Matias de Albuquerque, que retornou ao cargo de capitão-mor de Pernambuco.

Em 3 de dezembro de 1624, D. Francisco de Moura assumiu o comando das forças da resistência como capitão-mor do Recôncavo. Um levantamento detalhado das forças de resistência e de sua localização aponta que existiam 240 guerreiros guarnecendo o Arraial do Rio Vermelho, 211 nas estâncias e 336 cercando Salvador. Em caso de necessidade, poderia arregimentar cerca de 2.000 homens em armas, habitantes das cercanias do Recôncavo, da região do Morro de São Paulo e na baía de Todos os Santos, totalizando um contingente que reunia mazombos, índios, negros e mestiços (Vargas, 1628).

O comando do capitão-mor do Recôncavo Baiano

Como seu antecessor, D. Francisco de Moura manteve a continuidade das operações da Guerra Brasílica. Mas também de ampliar a atividade naval, criando uma flotilha armada para vigiar as movimentações dos vasos adversários, D. Francisco de Moura designou um engenheiro especializado na construção de fortificações de campanha para defesa dos engenhos do Recôncavo e para apoiar as forças restauradoras que estavam a caminho²⁰.

Paralelo a isso, as emboscadas continuaram resultando em perdas para os flamengos, enquanto as forças de resistência mantinham o moral elevado. Em dezembro, os comandantes nativos realizaram escaramuças para obter informações sobre o inimigo, além do escopo de causar-lhes danos. Fruto delas, eles desistiram de incursionar na ilha de Itaparica²¹.

Os soldados de fortuna perdem outro comandante

A última ação de 1624 foi um assalto anfíbio dos flamengos, que recebeu a confirmação da chegada de uma poderosa frota ibérica. Mas, conforme um extenso e detalhado relatório, pareciam que estavam suficientemente preparados para resistirem a um cerco demorado levado a cabo por forças profissionais enviadas pelo império das Duas Coroas²².

²⁰ O capitão-mor do Recôncavo mandou seu engenheiro, Francisco de Frias Mesquita, estudar qual seria o melhor local para construir fortificações próximas às posições adversárias e para ali instalar as armas que trouxera da metrópole. O novo comandante da resistência designou os capitães mais capazes para liderarem os setores e posições estratégicas do perímetro de cerco, em especial, de onde o oponente poderia partir para realizar um ataque. Os armamentos mais leves, bem como munição, foram para eles distribuídos. Cf. VARGAS, 1628.

²¹ No dia 30 de dezembro, forças de emboscada enfrentaram mais de 300 estrangeiros liderados pelo capitão Kijf que tentavam saquear o engenho de açúcar de Itaparica, com. Eles foram surpreendidos pelos guerreiros de Paulo Coelho, capitão da ilha, e de Antônio de Brito Correa, que, protegidos por uma trincheira, dispararam contra os saqueadores, ferindo e matando alguns e obrigando-os a retornarem a Salvador (Behrens, 2004, p. 79). A vitória neste duelo levou o capitão-mor a adotar medidas de proteção, construindo fortificações nos engenhos do Recôncavo. Ele encarregou Manuel de Souza D'Eça de inspecionar as defesas. Para impedir o avanço da WIC, organizou uma flotilha com canoas e lanchas, que monitoravam as movimentações do inimigo e atrapalhavam desembarques. Souza D'Eça se tornaria o comandante daquelas defesas (Varnhagen, 2002). Para evitar novas operações anfíbias da WIC pela baía de Todos os Santos e apertar o cerco sobre os flamengos, um militar organizou uma flotilha com canoas e lanchas armadas, lideradas por João de Salazar D'Almeida. Estas embarcações monitoravam as movimentações inimigas e protegiam o transporte de suprimentos para a resistência baiana. Além disso, atrapalhavam o desembarque de suprimentos e capturavam embarcações do oponente. Algumas embarcações batavas foram capturadas graças à coragem individual dos baianos, em especial as que transitavam na rota Porto-Tapagipe. Ver VARGAS, 1628.

²² A União Ibérica (1580-1640) foi o período no qual as coroas de Portugal e Espanha estiveram unidas sob um mesmo monarca, a partir da ascensão de Filipe II de Espanha ao trono português, após a crise de sucessão iniciada com a morte de D. Sebastião e a breve regência de D. Henrique. Apesar da união dinástica, Portugal manteve formalmente suas instituições, leis e fronteiras, sendo administrado separadamente de Castela. Alguns historiadores referem-se a esse período como o "império das Duas Coroas", ressaltando a dualidade jurídica e política que, em tese, preservava a autonomia portuguesa dentro de um arranjo monárquico comum.



Se o ano de 1624 terminara mal para os zelandeses, o que se iniciou, também não trouxe bom augúrio. Em 24 de janeiro de 1625, uma nau da WIC aportara na Ribeira das Naus, trazendo mantimentos e reforços. Neste mesmo dia, o comandante da cidadela batávica, coronel Albert Schoutten, faleceu vítima de uma enfermidade. Seu irmão, Arnt Willem Schoutten, o substituiria (Salvador, 1954). Mas, para os sitiados, esta mudança seria bastante danosa, pois, ao contrário dos dois líderes anteriores, este se mostraria um profissional sofrível e um péssimo comandante.

Somente em 13 de março, quando um cargueiro zelandês desembarcou reforços e materiais, é que as coisas melhoraram para o moral dos cercados. Com ele, veio a notícia de que a Companhia das Índias Ocidentais estava finalizando o aprestamento de uma frota poderosa o suficiente para consolidar suas posses na América lusitana (Varnhagen, 2002).

Com ânimo revigorado, os holandeses decidiram começar a erguer uma torre de vigia na área do portão do Carmo. Quatro dias depois, a companhia do capitão Bastefeld, com cerca de 120 mercenários, escoltou dezenas de negros para retirar material do Calvário²³.

A vitória em Vitória

Em 12 de março de 1625, uma frota de seis vasos de guerra da Companhia das Índias Ocidentais, comandada pelo famoso almirante Pieter Heyn, tentou conquistar a sede da capitania do Espírito Santo, Vitória.

O donatário capixaba, Francisco de Aguiar Coutinho, organizou a defesa com companhias de emboscada. Alertados pelo frei Manuel do Espírito Santo, que mandou badalar os sinos do convento da Penha, os defensores evacuaram os civis da vila capital e posicionaram suas forças.

À frente de aproximadamente 400 moradores e reforçado por mais de 40 colonos e 70 brasilíndios aliados das capitanias do sul, que, a comando de Salvador Corrêa de Sá e Benevides, ali estava se reabastecendo para prosseguirem viagem para Salvador, o comandante local preparou a armadilha.

No combate que ocorreu próximo à Vitória, se destacou Maria Ortiz, uma jovem habitante que despejou água fervente sobre os invasores da janela de seu sobrado, encorajando os moradores a contra-atacarem com diversos objetos. Os flamengos recuaram, deixando 44 corpos para trás.

Derrotados na tentativa de ocupar a localidade, os mercenários de Heyn tentaram saquear engenhos no interior, mas foi surpreendido por uma flotilha comandada por Salvador Corrêa de Sá e Benevides. Apesar de ter conseguido abordar alguns navios, os luso-brasileiros recuperaram suas embarcações e forçaram os invasores a recuar.

Após oito dias de tentativas fracassadas e perdas elevadas, os invasores levantaram âncoras no dia 19 de março de 1625 e retornaram para a Europa²⁴. Dias depois, foi a vez das vitoriosas tropas de Salvador Benevides navegarem, só que para Salvador.

²³ O primeiro ataque foi feito pelos combatentes do capitão Jordão de Salazar, que estava na ermida. Depois, o capitão Francisco de Padilha chegou para reforçá-lo. O confronto ocorreu sob chuva, dificultando o uso de armas de fogo, e resultou em várias mortes e feridos de ambos os lados. A resistência matou nove holandeses, e feriu uns tantos outros, dos quais um capitão, que morreu dias depois. Além disso, os baianos recolheram do campo de batalha 18 mosquetes, dois alabardas, um tambor, e algumas espadas. Para tudo isso o custo nas forças luso-brasileiras foi de dois mortos e de uma dúzia de feridos. No final, só levaram de volta os corpos de seus colegas, sem conseguir uma pedra sequer, nem a cal tão necessária à construção de suas defesas. Cf. SALVA-DOR, 1627.

²⁴ Dentre as mortes sofridas nesta malograda incursão ao Espírito Santo estavam o almirante Wilhelm Jans, comandante da incursão, e Rodrigo Petry, um holandês que vivia no Brasil e que servira de guia aos invasores. Com raiva pela derrota, Heyn ordenou que matasse os capixabas capturados. Ver VARGAS, 1628.

Encurralados pelas companhias de emboscada

No final de março de 1625, ambos os lados aguardavam receber reforços na Bahia. Os ibéricos pretendiam recuperar Salvador, enquanto os neerlandeses queriam manter este ponto estratégico.

Aproximadamente 2.200 soldados e marinheiros, apoiados por um regimento de negros (tapanhunos), todos a serviço da Companhia das Índias Ocidentais, estavam entrincheirados na capital e aguardavam reforços das Províncias Unidas. Do lado de fora dos muros encontravam-se as companhias de assalto luso-brasileiras. Por volta de 1.400 guerreiros, além de destacamentos de ameríndios, esperavam reforços e artilharia para expulsar os invasores.



Fig. 3 - Planta da defesa da cidadela batava-sul-americana, de autoria do capitão e engenheiro militar responsável por aquelas fortificações de campanha, Joos Coecke²⁵.

Fonte: Magalhães; Xavier, 2022

A FORÇA LATINA RESTAURADORA CHEGA A SALVADOR

Como vimos, em 24 de julho de 1624, chegaram a Lisboa as notícias da queda de Salvador e as medidas do aclamado governador-geral Matias de Albuquerque Coelho. Diante da ameaça neerlandesa, mobilizaram-se lusitanos e castelhanos, apoiados por Estados subordinados, para expulsar os neerlandeses da Bahia. O resultado foi o aprestamento e envio da maior força militar de reconquista do século XVII: a Jornada dos Vassalos²⁶.

²⁵ Ela seguiu junto às informações sobre a situação das forças Orange em carta dezembro de 1624: "[...] havia cerca de 1.600 soldados, dentre esses uma companhia de negros, cerca de 550 marinheiros e também 12 navios bem equipados e prepararam três navios de fogo, para usar contra os espanhóis. A cidade estava bem fortificada com valas e bastiões e bem provida de armamento e munição. No lado norte havia uma bateria muito forte com 10 canhões, no lado sul encontram-se 10 canhões, 21 canhões perto da igreja que atiram ao longo dos barrancos. Em volta da cidade há mais de 60 canhões e diariamente se ocupam com fortificações. A água em torno da cidade tem 2 varas de profundidade e está fechada com um dique que o inimigo não tem como destruir, pois, está protegido por entrincheiramentos e por cercas. Na plataforma sobre a água há 12 canhões; é feita de madeira e pedra natural e o parafeito é de tijolo de cerâmica da Frísia".

²⁶ A Península Ibérica preparou uma frota de 52 belonaves e 18 navios de transportes, sendo 29 castelhanos, 23 lusitanos e quatro italianos, fora outros. Era uma força de 12.566 homens de mar e terra, a maioria de espanhóis, mas havia também 4.348 portugueses e 1.583 napolitanos, todos comandados pelo generalíssimo de mar e terra D. Fradique de Toledo y Osório, Marquês de Villanueva de Valdeza. O poder de fogo respondia por 1.185 bocas de canhão, fora os milhares de arcabuzes e mosquetes. Muitos deles retornariam para combater os holandeses em sua segunda tentativa no Brasil. Dentre eles destacamos o então sargento-mor Giovanni Vincen-zo de Sanfelice, conde de Bagnoli, e Duarte de Albuquerque Coelho, donatário de Pernambuco. Ver DONATO, 1996.



A esquadra lusa zarpou de Lisboa em 22 de novembro de 1624, enquanto os vasos de guerra hispano-napolitanos partiram de Cádiz, a 14 de janeiro de 1625. As duas forças se reuniram em 14 de fevereiro no arquipélago de Cabo Verde e rumaram para o Brasil.

Em 29 de março de 1625, a armada chegou a Salvador. D. Fradique de Toledo, comandante ibérico, decidiu adentrar com a armada na baía de Todos os Santos, encurralando os vasos inimigos. Era o início da segunda batalha de Salvador, aquela que expulsaria os invasores neerlandeses e restauraria o Estado do Brasil (Ferreira, 1945).

Participação luso-brasileira na segunda batalha de Salvador

Nesta última fase da campanha, os luso-brasileiros desempenhariam um papel secundário. Inicialmente, com base nos dados coletados pelas companhias de emboscada, puderam muito bem ambientar os latinos sobre a situação e o moral dos sitiados, informando seus efetivos, detalhando suas posições e repassando outros elementos essenciais de informação.

Como as tropas das Duas Coroas foram distribuídas no terreno nas zonas de ação mais importantes, os guerreiros aventureiros receberam ordens para permanecerem em seus postos, auxiliando na ocupação de fortificações abandonadas, construção de estradas e movimentação de suprimentos. Vale lembrar que o apoio ao movimento e transporte terrestre e aquático, especialmente nas operações logísticas de fornecimento de alimentos e de patrulhamento foram cruciais para o sucesso da operação de cerco.

Nos últimos dias de março, D. Francisco de Moura e o grosso das tropas baianas ocuparam uma zona de ação no setor setentrional, entre o convento do Carmo e a baía, diante do colégio jesuíta. Ali, próximo às posições sitiadas, eram alvo constantes dos germânicos²⁷. No *front* sul, permaneceram duas companhias de emboscada, que, inclusive, participariam do contra-ataque que deteve o assalto frísio de 2 de abril de 1625. Como as baixas católicas foram altas neste confronto, os reforços luso-brasileiros provenientes de Pernambuco e Rio de Janeiro acabaram sendo alocados para recompor o efetivo latino naquele setor²⁸.

Em meados de abril, D. Fradique de Toledo decidiu fechar ainda mais o cerco, deslocando as forças baianas para ocuparem uma posição diante do outro lado do dique maior, de onde vigiariam aquele setor da frente frísia. Aqueles luso-brasileiros ficaram baseados em uma estância que ali havia e subordinados ao comando sul, cujo posto de comando estava no quartel de São Bento, vizinho àquele local.

²⁷ Ficando bem próxima às defesas de Salvador, e por isso, mais sujeita a duelos de mosquetes, foi entregue às tropas luso-brasileiras de Dom Francisco de Moura e seus capitães de assalto (Freyre, 1977).

²⁸ No dia 16 de abril, se apresentou para reforçar os sitiantes o contingente luso-brasileiro de 300 homens de Sá e Benevides, proveniente das capitâncias meridionais e recém-chegado do Espírito Santo. Eles se juntaram ao contingente que chegara uma semana antes de Pernambuco, sendo ambos designados para auxiliar o terço do mestre-de-campo D. Francisco de Almeida, no setor de São Bento. Com eles seguiram cerca de 300 escravos para trabalharem nas fortificações de campanha, em especial no avanço de trincheiras, além do transporte de cargas. Cf. MENEZES, 1922.

Após quase um mês de bombardeio, em 30 de abril, o comandante invasor assinou a capitulação diante de D. Fradique²⁹. Salvador foi reconquistada, o governo devolvido a D. Francisco de Moura e as forças ibéricas partiram para outras batalhas na América e na Europa.



Fig. 4 - Mapa baseado na ilustração com o dispositivo de bloqueio de cerco das forças comandadas por D. Fradique de Toledo. Diferente de todas as batalhas da Guerra do Brasil, esta seria ganha mais pela artilharia do que pela infantaria.

Fonte: Biblioteca do Exército/Odebrecht, 1998.

O comandante-em-chefe latino e seus reforços retornariam à Europa em 1º de maio de 1625. Na Bahia, permaneceria um terço português com aproximadamente 1.000 soldados profissionais para defender o território do Estado do Brasil, como parte de uma reestruturação na defesa de toda a possessão luso-americana³⁰.

²⁹ No total depuseram armas 1.919 mercenários, entre soldados e marinheiros, sendo 56 oficiais. A maioria era jovem e bem adestrada, mas a heterogeneidade afetara a disciplina. Eram ingleses, franceses, batavos, alemães e poloneses. Junto estavam escravos, que, incluindo mulheres e crianças, passavam de 800, que ou foram restituídos aos seus antigos donos, ou, como foi o caso dos capturados vindos de Angola, vendidos aos senhores baianos ao preço da época (Vargas, 1626). As perdas das forças de El-Rei não foram altas: pouco mais de 200 mortos e perto de 150 feridos. Das baixas das forças restauradoras, 124 mortos e 144 feridos eram do efetivo da Jornada dos Vassalos, sendo um mestre-de-campo, seis capitães e 65 soldados mortos, além de nove capitães e 55 homens feridos (Ibid.). Estima-se que os Oranges perderam mais de 300 homens na reconquista de Salva-dor (Guedes, 1990). Dentre outros materiais bélicos aprisionados, estavam 18 bandeiras, quase 2.500 armas (1.578 mosquetes, 90 escopetas de sete palmos, 16 arcabuzes e centenas de armas brancas), perto de 2.000 barris de pólvora (500 quintais de pólvora), 21 de corda, milhares de granadas e outros petrechos e equipamentos de sapa e diversos outros petrechos menos significativos. A artilharia capturada também foi significativa. 42 canhões de bronze foram encontrados na cidade, nas muralhas e em quatro urcas fundeadas na baía, além de 179 de ferro, sendo 52 deles embarcados nas naus da WIC e quatro em terra danificadas por granadas e estilhaços. Havia ainda 35 pedreiros, donde oito estavam dispostos sobre os muros da cidadela batava e 27 nas embarcações. Por fim, um esmeril posicionado numa plataforma (Vargas, 1626, p. 287-289).

³⁰ Após a restauração de Salvador, Francisco Padilha, Manuel Gonçalves, Antônio de Moraes e Pero Mendes, capitães de emboscada que se distinguiram por sua bravura e liderança na campanha, foram confirmados capitães das companhias de infantaria do terço que guarneceria a Bahia (Salvador, 1954, p. 172). Nesse terço, também foram aceitos alguns não colonos se destacariam na campanha. O mais famoso foi um mulato de Salvador, Manuel Gonçalves Dória, que liderou companhias de emboscada na frente setentrional. Rival de Francisco Padilha em coragem e liderança, é provavelmente o primeiro herói moreno da Bahia. Já de negros tivemos Bastião e Antônio. O primeiro, um escravo que entrou na cidade armado com um facão. Ameaçado de enforcamento, fugiu com outros escravos. Inquirido por seis holandeses, reagiu, matando um deles e levando os outros para um pântano, onde matou quatro e capturou o último (Ibid.). O outro, um escravo de Santo Antônio, que lutou bravamente e mais tarde seria liberto.



ASPECTOS CONCLUSIVOS

A História e os mais renomados historiadores nos mostram que a guerra é, antes de tudo, a luta de duas vontades, vencendo-a quem por mais tempo conserva a fé inabalável na vitória final.

No decorrer deste artigo, observamos que a cada troca de comando, a estratégia de emprego das forças de resistência prevalecia a mesma, havendo apenas o aperfeiçoamento das ações táticas, objetivando um melhor desempenho das companhias de emboscadas que culminaram no sítio completo dos invasores, impactando na Guerra Brasília.

A versão luso-brasileira dessa guerra visava criar inquietação e causar a morte entre os inimigos, minando sua vontade de lutar e se aventurar fora dos muros da capital. Esta forma genuinamente nacional de combate se destacou como o primeiro emprego da atual Estratégia da Resistência.

A forma de desgaste se mostraria eficaz, incentivando mais ações de emboscada até a chegada de reforços. Tal iniciativa pode ser considerada um ponto de inflexão na Guerra Brasília. Enquanto os invasores primavam pela adoção de uma técnica ortodoxa, os invadidos se destacariam pela improvisação e pelo aproveitamento do terreno e dos recursos locais.

A inovação militar dos luso-brasileiros, calcada no emprego das peças de manobra das companhias de emboscada, foi fundamental para, quando sob o comando do bispo D. Marcos Teixeira, deter o avanço dos invasores rumo ao seu objetivo principal que eram as ricas fontes açucareiras. E teve sorte quando seus sucessores prosseguiram a adotando, tanto sob a liderança de Nunes Marinho, que logrou expulsar os intrusos das redondezas da capital, como depois negar a ele o uso dos espaços aquáticos, já sob comando do capitão-mor do Recôncavo. Tais atitudes enfraqueceram os flamengos, inclusive moralmente, até que a chegada de um reforço capaz de expulsá-lo de vez das paragens tropicais, que acabou ocorrendo em 1625, com a chegada da Jornada dos Vassalos.

O sucesso da conduta guerrilheira dos baianos, difundido entre seus irmãos de colônia, com quem haviam lutado lado a lado naquela campanha, serviria, mais tarde, de base para as futuras companhias de emboscada. Essas forças defenderiam, com o mesmo ardor e eficácia, Pernambuco, Paraíba e outros rincões durante a segunda invasão holandesa, ocorrida entre 1630 e 1654.

O que nos interessa, no momento, é saber se as companhias de emboscada transbordaram suas peculiaridades para outras atividades? Advogo que sim, baseado no que afirma Francisco Ruas Santos (1998, p. 120) que, se a guerra é um produto da cultura, é também um instrumento dela, os reflexos desta ganha vulto na História do Brasil, ao ratificar o dito pelo historiador Pedro Calmon (2002, p. 67), de que as invasões holandesas tiveram a virtude de amalgamar na sociedade luso-brasileira os elementos díspares da colonização, de um modo tão profundo, como desconhecido.

Quando as velas dos navios da frota holandesa invasora apareceram no horizonte, a população julgava ser mais um butim pirata que visava somente roubar e pilhar, demorando-se no máximo um mês em suas terras. Tal sentimento seria o mesmo em qualquer outro rincão da colônia luso-americana, uma terra de dimensões imprecisas, de formação étnica mestiça, com núcleos populacionais concentrados em engenhos de açúcar, aldeamentos indígenas e poucas vilas, separada por distâncias colossais para aquela época.



Um ano mais tarde, sem que se percebesse, tudo mudaria. Adotando uma fórmula “brasileira” de evolução, o convívio comum com o perigo, a necessidade de se auto protegerem, a solidariedade com quem era escorraçado de sua propriedade, o apoio mútuo em meios humanos e materiais, a união em prol de um ideal sobrepujando antigas desavenças, e, finalmente, o amor demonstrado pelos diversos tipos étnicos fizeram com que brotasse o nativismo no seio daquela gente. Vale lembrar que muitos negros, índios e mestiços foram exaltados por seus atos de bravura e liderança.

Por isso, os impactos sociais, econômicos, políticos e militares das companhias de emboscada extrapolaram, em muito, sua missão militar. Na verdade, na espinha dorsal da Guerra Brasílica é que se forjou um núcleo de sentimento real de defesa da sua terra a qualquer custo e até de ascensão social, sementes do nativismo brasileiro. Afirmo isso porque elas eram não só um mosaico da sociedade da época, mas porque a maioria de seus integrantes era composta por brasileiros natos, e não estrangeiros, e defendiam o Brasil, e não suas metrópoles ou países de origem. Novas e mais coesas relações humanas ali se desenvolveram mais fortes, diferentes das existentes antes da invasão, ou até mesmo em outros setores da comunidade assediada pelo invasor.

Por fim, dentro destas formações militares, as noites de constante vigília, as agruras do dia a dia, o desconforto de viver e dormir expostas ao frio e à chuva, enfrentando toda sorte de doenças, tendo animais selvagens ou selvagens mercenários ao seu encalço, recorrendo sua defesa física ao uso do que tinha em mãos, tudo sustentado com farinha de guerra e água pouco potável, numa vida sentida e vivida por aquele pequeno grupo, forjaria uma camaradagem mais que fraternal. E nesse ambiente onde tudo de material faltava, nunca rareou ânimo, nem se duvidou do sentimento comum de valorização da meritocracia, pois sabiam que ela é que conduziria as ações ao sucesso, ou minimizaria os fracassos. Enfim, no seio da companhia dos que nela pertenciam, nasceria a vontade de pátria, mais tarde escrito no compromisso sagrado dos insurretos pernambucanos.

Após uma maior concentração de meios e melhor assimilação das técnicas da Guerra Brasílica, em especial, com o implemento de uma guerrilha letal e reforçados por um novo bloqueio naval de naus ibéricas, os luso-brasileiros partiriam para a ofensiva final, vencendo os intrusos e consolidando-se no terreno. Isto ocorreu na expulsão dos franceses do Rio de Janeiro, no final do século XVI, e depois, do Maranhão, no início do século XVII. Tais fatores seriam mais tarde predominantes para alicerçar os sucessos dos luso-brasileiros contra os invasores neerlandeses, que mesmo tendo um caráter mais incisivo de conquista, acabariam expulsos tanto na Bahia, em 1625, como em Pernambuco, em 1654.

Em última análise, foram as companhias de emboscada, uma verdadeira fênix, concebida e conduzida por habitantes locais e por guerreiros luso-brasileiros, que emergiram das cinzas da primeira batalha de Salvador. Transformadas em elemento decisivo no enfrentamento à mais séria ameaça estrangeira ao território, tornaram-se o alicerce da vitória luso-brasileira na Guerra do Açúcar e, até hoje, simbolizam a criatividade nacional diante dos desafios que se impõem.

BIBLIOGRAFIA

- ALDENBURGK, Johann Gregor. *Relação da Conquista e Perda da Cidade do Salvador pelos Holandeses em 1624-1625*. Traduzida por Alfredo de Carvalho. Recife: 1913.
- ATLAS Histórico Escolar. Rio de Janeiro: FENAME, 1968.
- BEHRENS, Ricardo Henrique Borges. *A capital colonial e a presença holandesa de 1624-1625*. Salvador: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, 2004.
- BIBLIOTECA DO EXERCITO/ODEBRECHT. *O Exército na História do Brasil*, v. 1. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.
- BIBLIOTHECA NACIONAL. *Documentos Históricos (1637 a 1639): Patentes, Provisões e Alvarás*. Rio de Janeiro: Typografia Monroe, 1930.
- CALMON, Pedro. *História da Civilização Brasileira*. Coleção Biblioteca Básica Brasileira. Brasília: Senado Federal, 2002.
- CASTRO, Adler Homero Fonseca de. *Muralhas de pedra, Canhões de bronze, Homens de ferro: fortificações do Brasil de 1504 a 2006*, v. 2 – Regiões Norte e Nordeste. Rio de Janeiro: Fundação Cultural Exército Brasileiro, 2009.
- DONATO, Hernâni. *Dicionário das Batalhas Brasileiras*. São Paulo: IBRASA, 1996.
- ESTADO MAIOR DO EXERCITO. *História do Exército Brasileiro*, v. 1. Brasília: Estado-Maior do Exército, 1972.
- FERREIRA, Aurélio Alves de Souza. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1945.
- FREYRE, Francisco de Brito. *Nova Lusitânia: História da Guerra Brasílica*. Coleção Pernambucana, v. 5. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1977.
- LAET, Johannes de. *Annaes dos feitos da Companhia Privilegiada das Índias Occidentaes, desde o começo até o final do anno de 1636*. Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, v.30, p. 2-165, 1912.
- MAGALHÃES, Pablo; XAVIER, Lucia. O Plano da Cidade de Bahia no Brasil: um mapa inédito de Salvador durante a ocupação holandesa (1624). *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Salvador, v. 117, p. 111-140, jan./dez. 2022.
- MENEZES, Francisco Henrique da Conceição. *Os holandeses na Bahia*. Salvador: Livraria e Typographia do Commercio, 1922.
- RODRIGUES, José Honório. *Historiografia e bibliografia do domínio holandês no Brasil*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949.
- SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1954.
- SANTOS, Francisco Ruas. *A arte da guerra*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.
- SOUTHEY, Robert. *História do Brasil*. São Paulo: Obelisco, 1965.
- SOUZA JÚNIOR, Antônio. *Do Recôncavo aos Guararapes*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.
- TAMAIIO DE VARGAS, Thomas. *Restauracion de la ciudad del Salvador, i Baia de Todos-Santos, en la Provincia del Brasil, por las armas de Don Philippe IV. el Grande, Rei Catholico de las Espanas i Indias, [et.]*. Madrid: Alonso Martin, 1628.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 até 1654*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.
- VIEIRA, Antônio. Anua ou Annaes da Provincia do Brazil dos dous anos de 1624, e de 1625. 1626. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*. Vol XIX. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger. 1897, pp. 208-211. Disponível em: <https://historiacapixaba.com/documentos/anua-ou-annaes-da-provincia-do-brazil-dos-dous-anos-de-1624-e-de-1625-do-padre-antonio-vieira-1626/>. Acesso em: 5 mai. 2024.



Cláudio Ricardo Hehl Forjaz é coronel de Engenharia do Exército Brasileiro, engenheiro e professor. Mestre em Ciências Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e em Operações Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. É bacharel em Engenharia Biomédica, Engenharia de Produção e Engenharia Civil. Pesquisador associado do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército.



**O LEGADO DO ESPÍRITO MILITAR
PORTUGUÊS E DE ALEXANDRE DE GUSMÃO
PARA A FORMAÇÃO DOS LIMITES
TERRITORIAIS DO BRASIL**

Carlos Eduardo Gomes de Queiroz



Resumo: Este artigo analisa o papel do espírito militar português na formação das fronteiras ocidentais do Brasil-Colônia, articulando aspectos culturais, religiosos, administrativos, cartográficos e diplomáticos. A investigação parte das origens templárias da identidade militar portuguesa e sua consolidação nas ordens de Santiago, Aviz e Cristo, avançando pelas ações estratégicas dos reinados de D. João III (r. 1521–1557) e D. Sebastião I (r. 1557–1578) — marcadas pela implementação de modelos administrativos como as capitanias hereditárias e o Governo-geral — até culminar na atuação diplomática de Alexandre de Gusmão e na aplicação da tese do *Uti possidetis* no Tratado de Madri (1750). A pesquisa fundamenta-se em fontes primárias e secundárias, adotando abordagem qualitativa e de longa duração. Os resultados evidenciam que o *ethos* militar português estruturou a ocupação e a defesa do território colonial, expressando-se não apenas nas ações armadas, mas também na produção cartográfica e na racionalidade jurídica da diplomacia ilustrada.

Palavras-chave: Espírito Militar Português; *Uti possidetis*; Alexandre de Gusmão; Tratado de Madri; fronteiras coloniais.

Abstract: This article analyzes the role of the Portuguese military spirit in the formation of the western frontiers of colonial Brazil, articulating cultural, religious, administrative, cartographic and diplomatic aspects. The research starts with the Templar origins of the Portuguese military identity and its consolidation in the Orders of Santiago, Aviz and Christ, moving on to the strategic actions of the reigns of King João III (1521-1557) and King Sebastião I (1557-1578) - marked by the implementation of administrative models such as the hereditary captaincies and the General Government - until culminating in the diplomatic actions of Alexandre de Gusmão and the application of the *Uti possidetis* thesis in the Treaty of Madrid (1750). The research is based on primary and secondary sources, adopting a qualitative and long-term approach. The results show that the Portuguese military ethos structured the occupation and defense of colonial territory, expressing itself not only in armed actions, but also in cartographic production and the legal rationality of illustrated diplomacy.

Keywords: Portuguese Military Spirit; *Uti possidetis*; Alexandre de Gusmão; Treaty of Madrid; colonial borders.

INTRODUÇÃO

O espírito militar português, constituído desde os primórdios da nacionalidade lusa, representa um arcabouço identitário de longa duração, enraizado na confluência entre religiosidade, guerra e poder régio. Esse *ethos* foi forjado a partir do protagonismo das ordens militares e religiosas, do ideal de Cruzada e da consolidação da autoridade régia através da guerra e da fé. Tendo como origem o período de D. Afonso Henriques e das influências templárias, tal espírito se expandiu e consolidou ao longo dos séculos, especialmente por meio das ordens de Santiago, Aviz e Cristo. Ferreira (2004, p. 7-8) descreve, sinteticamente, o surgimento de tais ordens na Europa:

A origem destas instituições, ao ter como referente as Cruzadas e a ideia de *miles christi* no combate ao Islão, terá o seu apogeu nos finais do século XI, com a bula de Urbano II proclamada no concílio de Clermont em novembro de 1095, onde se incita os cristãos a empreenderem expedições militares para expulsar os muçulmanos da Terra Santa. A Santa Sé assumiu, assim, a organização e a direção desta empresa com a chegada dos guerreiros cristãos a Constantinopla, importante ponto de entrada no Oriente em finais de 1096. A ideia de Cruzada radica no direito de conseguir pelas



armas territórios ocupados por cristãos e apelar ao combate nessas regiões distantes.

Ao chegar aos reinados de D. João III (r. 1521–1557) e de D. Sebastião I (r. 1557–1578), esse espírito militar estava não apenas enraizado, mas instrumentalizado para a expansão ultramarina e a administração colonial.

Este artigo tem por objetivo analisar como o espírito militar português foi elemento fomentador da política e da administração colonial lusa na América do Sul, especialmente no processo de ocupação e consolidação da fronteira oeste do Brasil-Colônia.

Para tanto, propõe-se investigar três eixos fundamentais: a formação e evolução desse espírito militar, desde D. Afonso Henriques até os reinados de D. João III e de D. Sebastião I; a articulação da doutrina do *Uti possidetis* por Alexandre de Gusmão, no contexto da diplomacia portuguesa; e, por fim, a repercussão desse ideário no Tratado de Madri (1750), que redefiniu as fronteiras coloniais, quase que integralmente, entre Portugal e Espanha.

A justificativa desta pesquisa reside na necessidade de compreender como concepções culturais e militares de longa duração influenciaram diretamente a política expansionista portuguesa e suas negociações internacionais no Brasil. A problemática que orienta este estudo pode ser formulada nos seguintes termos: em que medida o espírito militar português, consolidado desde a fundação da nacionalidade, foi determinante para a organização e legitimação das fronteiras do Brasil-Colônia, especialmente na elaboração e defesa da tese do *Uti possidetis* no século XVIII?

A metodologia adotada é de natureza qualitativa e interpretativa, com base na análise documental e bibliográfica. A pesquisa recorreu a fontes primárias - como tratados diplomáticos, correspondência régia e escritos de Alexandre de Gusmão -, além de uma seleção criteriosa de obras historiográficas de referência. Ao se retratar o espírito militar português e suas raízes templárias, os estudos de Mattoso (2010), Dias (2000), Loureiro (2015) e Ferreira (2004) oferecem o embasamento necessário para compreender o vínculo entre fé, poder e militarização da cultura portuguesa. Ao centrar na formulação da doutrina do *Uti possidetis*, ampara-se em análises como as de Neves (2005), Ferreira (2007) e Synesio (2021), que elucidam a atuação de Alexandre de Gusmão e os fundamentos jurídicos e estratégicos que legitimaram a diplomacia luso-brasileira. Para explorar a consolidação territorial, instrumentalizada por meio do Tratado de Madri, com destaque para os Mapas das Cortes, apoia-se na concepção de Lacoste (1993) sobre a cartografia como instrumento de poder militar e territorial. O percurso metodológico articula a perspectiva de longa duração, conforme proposta pela Escola dos *Annales*, ao integrar dimensões culturais, político-institucionais e geoestratégicas da experiência imperial portuguesa ao longo dos séculos, buscando compreender como o *ethos* militar foi internalizado e projetado na prática estatal.

O ESPÍRITO MILITAR PORTUGUÊS: DAS ORIGENS AO SÉCULO XV

D. Afonso Henriques e a matriz templária

A formação do espírito militar português remonta à figura de D. Afonso Henriques, primeiro



rei de Portugal, cuja trajetória está profundamente associada à luta pela autonomia e à expansão territorial em direção ao sul peninsular, em plena Reconquista.

O apoio da Ordem do Templo, com sua cultura de combate sagrado e disciplina cavaleiresca, foi decisivo na consolidação do Reino de Portugal como entidade política autônoma. D. Afonso Henriques não apenas combateu os mouros, mas, de igual forma, buscou legitimar seu governo pela via espiritual, recebendo o apoio de instituições eclesiásticas e militares que encarnavam a simbiose entre fé e guerra. Portanto, o embrião do espírito militar português nasce dessa aliança entre religiosidade militante e ação régia expansionista.

As ordens militares e religiosas: Santiago, Aviz e Cristo

A entrada do ideário de tais congregações em Portugal aconteceu durante as lutas pela reconquista peninsular, cujo início se situa no século IX.

No princípio, pouco teve a ver com as Cruzadas (1095-1270), contudo, estes grupos de cavaleiros passaram a dar suporte ao poder político, ao mesmo tempo em que lutavam contra os infiéis. Esta união baseada na conciliação da violência bélica com a religiosidade foi inicialmente confirmada pelo Papa Alexandre III, por intermédio da bula *Justis petentium*, de 25 de setembro de 1164 (Ferreira, 2004).

No processo de consolidação e expansão do reino, três ordens religiosas-militares ganharam protagonismo: Santiago, Aviz e Cristo.

A Ordem de Santiago, de origem castelhana, logo se estabeleceu no território português, colaborando com a defesa e o povoamento das fronteiras. Isto só foi possível - a defesa dos interesses da coroa portuguesa em detrimento aos do reinado de origem - em razão da bula de Nicolau V, *Ex apostolice sedis*, na qual é concedida “ao ramo português de Santiago todos os privilégios que o castelhano usufruía, ficando livres de todos e quaisquer outros poderes, sendo só, dependente da Santa Sé e seus delegados” (Ibid., p. 14).

A Ordem de Aviz, de fundação lusa, teve um papel central na política interna, sobretudo a partir da crise de 1383-1385, quando D. João, Mestre de Aviz, ascendeu ao trono, instaurando a dinastia de Aviz. Em sua obra, Ferreira (2004) descreve como a ordem de Calatrava, que surgiu ainda no processo de reconquista da Península Ibérica pelos cristãos das mãos dos mouros, se transforma nesta nova organização, ou seja, remonta a quando Évora foi conquistada em 1166. Em reconhecimento, D. Afonso II, em 1211, doou a vila Aviz para ser a sua definitiva sede, por cujo nome passou a ser conhecida.

Já a Ordem de Cristo surgiu como herdeira dos bens e da missão espiritual da extinta Ordem do Templo, assumindo um papel preponderante na expansão ultramarina, financiando expedições e legitimando a ação de conquista. Na leitura da tese da investigadora Ferreira (2004), pode-se extrair as origens da referida ordem:

A Ordem do Templo originariamente denominada *Frates Militae Templi* formada por cavaleiros que pretendiam libertar os lugares santos, nasceu em 1118-1119 no Mediterrâneo Oriental e tinha essencialmente uma vocação defensiva e de salvaguarda da vida dos peregrinos. O nome vem do fato da sua primeira sede ter sido num local onde, segundo a tradição, se edificou o templo do rei Salomão. Hugo de Payens e seus companheiros viram a primeira *Regra* da milícia ser elaborada por S.



Bernardo por volta do ano de 1128, tendo a ordem o definitivo reconhecimento pontifício com Inocêncio II em 1138.

Essas ordens não eram apenas instituições religiosas, sendo verdadeiras engrenagens do Estado, com jurisdição territorial, poder militar e prestígio social. Por meio delas, o espírito militar português manteve-se ativo, adaptando-se às novas fronteiras, primeiro na península, depois nos mares e nas suas colônias.

A militarização da fé e do poder régio

Ao longo da Idade Média, a fé e a guerra tornaram-se elementos indissociáveis do poder régio português. O rei era visto como defensor da cristandade e chefe militar do povo lusitano. A espiritualidade guerreira das ordens militares foi gradualmente absorvida pela monarquia, que as instrumentalizou em benefício do projeto da coroa. A militarização do sagrado e sacralização do poder régio resultou em um *ethos* político-religioso que se estenderia por séculos, culminando no espírito das Grandes Navegações e da consequente colonização.

Ao final da Idade Média, já sob o domínio de D. João II (r. 1481-1495), este espírito se encontrava plenamente incorporado ao projeto político do Estado português. As campanhas africanas, os pactos secretos de expansão ultramarina e o controle centralizado sobre a nobreza indicam a continuidade e sofisticação do Espírito Militar em uma nova era de exploração e conquista.

Assim, a simbiose ficou muito bem caracterizada pela ligação da Ordem de Cristo ao projeto expansionista português. Como se pode extrair da fonte AN/TT, Ordem de Cristo, nº 312, fls. 101-101v; Ordem de Cristo, nº 312, fl. 101v, na qual está bem explicitada a troca de interesses entre D. Sebastião I e os cavaleiros da ordem:

[...] a instancia d'El Rey Dom Sebastião, o Pappa Pio quinto, no anno de settenta, e Gregório decimo tercio no de settenta, e dous, passarão Breves com que se reformou isto de maneira que senão pudesse prover senão com serviços de Africa e da Índia e por certos annos, como se conthem nos dittos Breves; depois do que houve outra declaração em respeito das Armadas. Epara que conste fique Regra certa no provimento das Comendas velhas e novas: Ordenamos e diffinimos, que as comendas se não possam prover, se não em pessoas, que as tiverem servido em Africa com carta e licença do Mestre que sempre hade preceder; E o tempo de serviço hão de ser três annos cumpridos [...]. (A grafia original foi mantida).

A imbricação entre a nobreza e as ordens militares-religiosas não se limitou ao campo institucional; ela foi determinante na conformação de valores coletivos e na modelagem da cultura portuguesa entre os séculos XII e XVI.

Como demonstra Monteiro (1999), o *ethos* aristocrático, orientado pela honra, pelo serviço à fé e pela guerra justa, espalhou-se para além das fileiras nobres e passou a estruturar o imaginário nacional, criando o ideal do cavaleiro cristão como modelo moral e social. Essa difusão cultural foi intensificada pela presença das ordens militares nos territórios reconquistados, onde atuavam não apenas como forças armadas, mas também como administradoras e agentes religiosos, influenciando práticas cotidianas, festividades populares e a própria



religiosidade coletiva. Segundo Ferreira (2004), as normas e preceitos das ordens influenciaram desde a organização do espaço rural até as formas de sociabilidade e devoção comunitária.

Destarte, o espírito militar português tornou-se também um elemento identitário, incorporado na linguagem simbólica da cultura popular e nas formas de lealdade ao rei e à Igreja, perpetuando-se como base da expansão imperial portuguesa nos séculos seguintes. Esse mesmo espírito animaria, ainda que com diferentes resultados, o idealismo trágico de D. Sebastião I no século XVI, encerrando o ciclo medieval e abrindo as portas para os desafios modernos do império português.

OS REINADOS DE D. JOÃO III E D. SEBASTIÃO I: POLÍTICA, COLONIZAÇÃO E O ESPÍRITO MILITAR NA AMÉRICA PORTUGUESA

D. João III e a centralização política do império ultramarino

O reinado de D. João III (1521–1557) marcou um ponto de inflexão no projeto imperial português e na colonização efetiva do Brasil. Conhecido como “o Piedoso”, D. João III herdou um império em expansão, contudo, enfrentou desafios significativos para sua consolidação, especialmente diante das ameaças de outras potências europeias aos territórios ultramarinos portugueses.

Diante da necessidade de proteger e desenvolver as possessões na América, D. João III implementou duas estratégias fundamentais que transformariam a presença portuguesa no Brasil: o sistema de capitanias hereditárias (1534-1536) e, posteriormente, o governo-geral (1548).

A criação das capitanias hereditárias representou a primeira tentativa sistemática de colonização do território brasileiro. Dividindo a costa em quinze lotes, o monarca concedeu a fidalgos portugueses amplos poderes administrativos, judiciais e econômicos, com o objetivo de promover o povoamento, a defesa territorial e a exploração econômica. Como observa Dias (2000), essa estratégia refletia tanto a limitação de recursos da Coroa quanto à continuidade do modelo senhorial português, adaptado ao contexto colonial.

Diante do sucesso limitado das capitanias, D. João III promoveu uma significativa centralização administrativa com a criação do Governo-geral em 1548. A nomeação de Tomé de Sousa como primeiro governador-geral em 1549, acompanhado de um regimento detalhado, evidencia a preocupação do monarca com a organização institucional e a defesa do território. Esse regimento, considerado por alguns historiadores como a primeira “Constituição” do Brasil, estabelecia diretrizes para a administração, justiça, defesa e evangelização.

A nomeação de governadores-gerais com perfis essencialmente militares, prática consolidada durante o reinado de D. João III, reforça a ideia de que a administração ultramarina portuguesa estava intimamente ligada ao *ethos* guerreiro e à lógica expansionista que definia o poder régio. Diversos estudos, como os de Boxer (2002) e Costa (2012), mostram que a maioria desses governadores-gerais possuía larga experiência em campanhas militares no Norte da África ou na defesa do território português, sendo preparados para enfrentar os desafios da conquista e da ocupação de terras em contextos hostis.



Tal militarização do governo colonial não era mero acaso, mas sim uma extensão do espírito militar português enquanto doutrina de soberania e organização estatal. A escolha desses oficiais refletia o ideal de que o território se conquista, se governa e se defende pela espada, ainda que legitimado pela cruz, fazendo com que o poder régio encontrasse na tradição das ordens militares e em sua prática administrativa a continuidade lógica para a manutenção do império.

A preocupação com a posse e a legitimação das terras descobertas aparece nas missivas enviadas por D. João III aos navegadores e governadores, nas quais a defesa da soberania e a vigilância territorial eram constantemente enfatizadas. O espírito militar português, aqui entendido como *ethos* de conquista, disciplina e religiosidade, foi mobilizado para justificar e garantir a ocupação dos espaços ultramarinos (Mattoso, 2010).

Outro aspecto fundamental do reinado de D. João III foi a introdução sistemática da catequese jesuítica no Brasil, com a chegada do padre Manuel da Nóbrega e outros missionários em 1549, na mesma expedição de Tomé de Sousa. A política de evangelização, embora de caráter religioso, estava profundamente integrada ao projeto colonial e à estratégia de dominação territorial, representando uma faceta complementar do Espírito Militar na conquista espiritual dos povos indígenas.

D. Sebastião I e o ideal messiânico-expansionista

O reinado de Dom Sebastião I (1557–1578) foi fortemente marcado pelo messianismo e pelo ideal das Cruzadas. Criado sob rigorosa educação religiosa e militar, D. Sebastião incorporou o *ethos* cavaleiresco medieval a um projeto de expansão espiritual e territorial. Tal ideal, ainda que anacrônico diante dos desafios políticos e econômicos do século XVI, encontrou respaldo nas elites cortesãs e eclesiásticas, que alimentavam a ideia de um império luso-cristão regenerador do Mundo (Loureiro, 2015).

Em relação ao Brasil, o governo de D. Sebastião implementou medidas administrativas visando ao fortalecimento do controle metropolitano sobre a colônia. A manutenção do sistema de Governo-geral, a divisão do território em comarcas e a nomeação de magistrados régios contribuíram para a organização institucional da América Portuguesa, consolidando estruturas de poder que refletiam a centralidade régia (Boxer, 2002).

Ao mesmo tempo, o espírito militar foi reforçado como ferramenta de combate não apenas aos indígenas e às potências estrangeiras, mas também à desordem moral percebida na colônia. A catequese armada, os conflitos internos e a fundação de fortes, fortalezas e paliçadas expressaram a sobreposição entre a missão religiosa e o domínio territorial (Fragoso; Gouvêa, 2014).

Conexões entre fé, guerra e administração colonial

Tanto no reinado de D. João III quanto no de D. Sebastião I, o espírito militar português aparece como vetor estruturante da ação régia, adaptado aos contextos específicos de cada reinado. Se no primeiro prevaleceu a racionalidade administrativa e a organização institucional, com a criação das capitanias hereditárias e do governo-geral, no segundo houve o predomínio do entusiasmo religioso e do ideal heroico. Em ambos os casos, contudo, a fé armada e a centralização do poder na figura do monarca foram elementos mobilizados para consolidar o domínio sobre o Brasil.

Do exposto, nos reinados de D. João III e D. Sebastião I, observa-se como esse espírito foi canalizado para a consolidação da presença portuguesa no Atlântico Sul e, nomeadamente, na colonização do Brasil. As medidas administrativas adotadas no espaço temporal revelam uma ação coordenada entre fé e espada, entre evangelização e controle territorial, entre a missão espiritual e a racionalidade militar.

A expansão territorial lusa nas Américas foi, portanto, mais do que um empreendimento de exploração: foi uma extensão da cultura militarista e da concepção teocrática de poder que marcou o Portugal medieval e moderno.

Para melhor compreensão das intersecções entre as ordens militares-religiosas e a monarquia, o seguinte quadro, elaborado pela investigadora Maria Isabel Rodrigues Ferreira (2004), clarifica essa evolução, na qual as cabeças coroadas passaram a dominá-las pouco a pouco:

Ano	Ordem de Aviz	Ordem de Cristo	Ordem de Santiago
	D. Fernão Rodrigues de Sequeira (1387-1433)	D. Lopo Dias de Sousa (1373-1417)	Mem Rodrigues de Vasconcelos
1418			Infante D. João, filho de D. João I
1420		Infante D. Henrique, filho de D. João I	
1434	D. Fernando, filho de D. João I		
1442			D. Diogo, filho do mestre anterior.
1444	Condestável D. Pedro, filho do Infante D. Pedro		D. Fernando, irmão de D. Afonso V
1460		D. Fernando, irmão de D. Afonso V	
1468	Infante D. João, futuro rei D. João II		
1470		D. João, duque de Beja e Viseu, filho do mestre anterior	D. João, duque de Beja e de Viseu, filho do mestre anterior
1472		Infante D. Diogo, filho do Infante D. Fernando e irmão do mestre anterior e do futuro rei D. Manuel	D. João, futuro rei D. João II
1481	D. Afonso, Príncipe herdeiro de D. João II		D. Afonso, Príncipe herdeiro de D. João II
1484		D. Manuel, Duque de Beja (1484-1495) D. Manuel I, rei (1495-1521)	
1491	D. Jorge, filho natural de D. João II		D. Jorge, filho natural de D. João II
1521		D. João III	D. João III
1551	Anexação à coroa	Anexação à coroa	Anexação à coroa
1568	D. Sebastião	D. Sebastião	D. Sebastião

Tabela 1 - Ligações familiares da dinastia de Aviz às Ordens Militares

Fonte: Adaptado de Ferreira (2004).



Portanto, a militarização da colonização refletia um padrão mais amplo do império português, no qual o expansionismo territorial era justificado teologicamente e exercido com aparato bélico. Essa conjugação entre fé e força armada — herdada da tradição templária e das ordens religiosas — seria também evocada nos discursos diplomáticos do século XVIII, especialmente por Alexandre de Gusmão na formulação da tese do *Uti Possidetis*.

ALEXANDRE DE GUSMÃO, O *UTI POSSIDETIS* E O TRATADO DE MADRI: O ESPÍRITO MILITAR NA DIPLOMACIA LUSO-BRASILEIRA

Alexandre de Gusmão e o pensamento diplomático luso-brasileiro

Alexandre de Gusmão (1695–1753), nascido em Santos e educado em Coimbra e Paris, foi uma das figuras mais importantes da diplomacia portuguesa no século XVIII. Sua formação humanista e jurídica, aliada ao domínio de línguas e ao conhecimento do direito internacional, permitiu-lhe atuar como conselheiro de D. João V e como artífice da política externa portuguesa (Neves, 2005).

Em discurso proferido no palácio do Itamaraty, sede do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, em setembro de 1949, o embaixador Jaime Cortesão assim descreveu o itinerário acadêmico de Gusmão:

Aos dezessete, já frequenta na Universidade de Coimbra, as *Instituta*, e no ano seguinte interrompe Cânones, para acompanhar, aos dezenove, o Conde da Ribeira Grande, Embaixador em Paris, como seu secretário. Aí, faz o curso de direito na Sorbonne e abre o espírito ávido e insaciável aos ventos renovadores que de todos os lados sopram, carregados de gérmenes fecundos. Vinga-se dos tempos da Cachoeira. Aprende os nomes e o pensamento revolucionário de Descartes, de Grotius, de Puffendorf, de Spinoza, de Newton e de Locke. Forma-se para sempre no racionalismo universalista francês, no direito natural holandês e germânico e no empirismo e liberalismo ingleses. Regressando a Portugal, em 1719, é, por decreto de D. João V e, após exame público, incorporado à Universidade de Coimbra.

Inspirado pelos princípios do Direito Romano, Gusmão desenvolveu uma argumentação baseada no princípio do *Uti possidetis, ita possideatis* — “como possuis, assim possuas” —, que legitimava a posse de territórios ocupados de fato, independentemente das delimitações formais anteriores (Synesio, 2021).

Ao reinterpretar e atualizar para atender os interesses do império colonial português, Gusmão articulou uma defesa jurídica das fronteiras da América portuguesa com base na ocupação efetiva, contrapondo-se ao meridiano do Tratado de Tordesilhas (1494), então obsoleto diante da realidade colonial.

O princípio do *Uti possidetis* e sua aplicação pela diplomacia portuguesa

Embora derivado do Direito Romano, o *Uti possidetis* foi apropriado no século XVIII como ferramenta geopolítica em negociações territoriais. Gusmão, ao redigir os Memoriais Diplomáticos apresentados nas negociações com a Espanha, demonstrou que a presença portuguesa no interior do continente — com vilas, missões, fortalezas e rotas comerciais — configurava uma ocupação legítima e pacífica.

Essa tese conferia base legal à expansão portuguesa para além do Tratado de Tordesilhas, respaldada tanto pela ocupação efetiva quanto pela defesa da soberania territorial contra incursões estrangeiras.

A amplitude dos trabalhos de Alexandre de Gusmão é desenhada pelas palavras proferidas por Cortesão (1949, p. 451), que se expressou em conferência proferida no palácio do Itamaraty nos seguintes termos: “Para isso, êle [sic] ergueu-se à altura de fundador da geopolítica da América do Sul, cujos conceitos esboçou nos seus escritos, e a precursor, que formulou, antes de Rousseau e dos fisiocratas, o conceito das fronteiras naturais e, mais largamente, o de ajustar a política às leis da Natureza.”

Destarte, Portugal conseguiu inverter a lógica da partilha meramente cartográfica por uma baseada na ocupação e administração, em sintonia com a tradição do espírito militar português de vigilância e controle do território (Costa, 2012).

O Tratado de Madri (1750): desdobramentos geopolíticos e herança militar

Assinado em 1750 entre Portugal e Espanha, o Tratado de Madri incorporou a doutrina do *Uti possidetis* como eixo central. Portugal e Espanha iniciaram o movimento de estabelecimento de fronteiras mais adequadas entre suas respectivas colônias na América do Sul com a ascensão de Fernando VI ao trono espanhol, em 1746. As tratativas foram intermediadas, em nome do trono lusitano por Tomás da Silva Teles, Visconde de Vila Nova da Cerveira.

As negociações tomaram forma no tratado concluído em 13 de janeiro de 1750, denominado “Tratado de Limites das Conquistas entre os muito Altos e Poderosos Senhores D. João V, Rei de Portugal, e D. Fernando VI, Rei de Espanha”, que passou para a História conhecido simplesmente como Tratado de Madri.

O tratado reconheceu a soberania portuguesa sobre vastas áreas do interior da América do Sul, legitimando as possessões que os colonos, bandeirantes e, particularmente, ordens religiosas haviam consolidado nas décadas anteriores. De fato, o tratado foi de envergadura global, haja vista que houve cessões territoriais na Ásia, posto que Portugal deixaria de reclamar áreas que hoje estariam em território das Filipinas. Porém, na América, Portugal abriu mão da Colônia de Sacramento para receber em troca a região dos Sete Povos das Missões e áreas na Amazônia e no Planalto Central brasileiro.

Esse avanço diplomático só foi possível graças à articulação entre conhecimento cartográfico, presença administrativa e ocupação militar dos territórios. O mapa do geógrafo e cartógrafo francês Guillaume Delisle (1675-1726), nos anos do século XVIII, já deixava clarificado que os luso-brasileiros estavam a palmilhar muito além do meridiano imposto pelo Tratado de Tordesilhas. A ação dos militares, missionários e sertanistas representava a continuidade do espírito militar português, agora transmutado em instrumento de política externa.

A vigilância armada das fronteiras, a fundação de postos de guarda e a repressão a invasões estrangeiras constituíram os pilares da posse efetiva requerida pelos princípios do *Uti possidetis* (Monteiro, 1999).

Desta forma, a herança militar portuguesa encontrou expressão no campo diplomático por meio da atuação de Alexandre de Gusmão. Sua elaboração jurídica da tese do *Uti possidetis* — reinterpretada a partir do Direito Romano (Synesio, 2021, p. 198) — permitiu a legitimação das ocupações de fato e fundamentou o Tratado de Madri, consagrando a soberania portuguesa sobre imensas regiões da América do Sul. Para tanto, Gusmão fundamentou-se em evidências concretas de ocupação e administração lusa, dentre as quais se destacam os Mapas das Cortes —



levantamentos cartográficos minuciosos elaborados por técnicos portugueses, cujas informações foram fundamentais para a sustentação diplomática do argumento da posse efetiva (Ferreira, 2007; Synesio, 2021).

A importância desses mapas — que se tornaram instrumentos centrais no processo negocial com a Espanha — revela um vínculo estreito entre cartografia, cultura militar e diplomacia. Esta assertiva encontra amparo em Lacoste (1993), que afirma que a cartografia é, por excelência, uma arte militar, pois serve à lógica do controle e do planejamento territorial. Neste diapasão, os Mapas das Cortes, além de documentação técnica, representavam a expressão concreta do espírito militar português no campo da diplomacia ilustrada, sendo indispensáveis à articulação entre o saber científico e a prática de ocupação territorial que deu fundamento à aplicação do *Uti possidetis*.

A atuação de Alexandre de Gusmão pode, portanto, ser compreendida como a expressão diplomática de uma tradição militarista portuguesa que remonta às Cruzadas e às ordens religiosas, que soube se adaptar ao século XVIII.

A lógica da conquista deu lugar à lógica da ocupação racionalizada, contudo, o *ethos* do espírito militar permaneceu como fundamento da soberania e da integridade territorial.

CONCLUSÃO

A formação das fronteiras ocidentais do Brasil-Colônia foi resultado de um longo processo histórico no qual se entrelaçaram elementos culturais, militares, religiosos e diplomáticos. A presente pesquisa demonstrou que o espírito militar português, originado na Idade Média com D. Afonso Henriques e fortemente influenciado pela tradição templária e Cruzada, moldou não apenas a organização das ordens militares e religiosas — como as de Santiago, Aviz e Cristo —, mas também a própria noção de soberania, defesa e ocupação territorial praticada por Portugal.

Nos reinados de D. João III e D. Sebastião I, observa-se como esse espírito foi canalizado para a consolidação da presença portuguesa no Atlântico Sul e na colonização do território brasileiro.

As medidas administrativas adotadas naquele período, como a criação das capitanias hereditárias e do governo-geral, revelam uma ação coordenada entre fé e espada, entre evangelização e controle territorial, entre a missão espiritual e a racionalidade militar. A expansão territorial lusa nas Américas foi, portanto, mais do que um empreendimento de exploração: foi uma extensão da cultura militarista e da concepção teocrática de poder que marcou o Portugal medieval e moderno.

No século XVIII, essa herança militar encontrou expressão no campo diplomático por meio da atuação de Alexandre de Gusmão. A sua exploração jurídica da tese do *Uti possidetis* — reinterpretada a partir do Direito Romano — permitiu a legitimação das ocupações de fato e fundamentou o Tratado de Madri, consagrando a soberania portuguesa sobre vastas regiões da América do Sul. A negociação bem-sucedida com a Espanha evidenciou como a lógica militar da posse efetiva foi adaptada ao contexto da diplomacia ilustrada, sem perder de vista os fundamentos ideológicos do Espírito Militar.

Portanto, a presente análise permite concluir que a formação das fronteiras do Brasil-Colônia não se deu unicamente por força de tratados ou iniciativas cartográficas, mas resultou de uma continuidade histórica do *ethos* militar português, presente desde a fundação da nacionalidade até o florescimento do império ultramarino.

O espírito militar português, ao perpassar os campos da administração, da fé, da guerra e da diplomacia, foi um elemento estruturante da ocupação e defesa territorial, permitindo a consolidação do espaço luso-brasileiro no cenário geopolítico do século XVIII.



FONTES

Arquivo da Biblioteca Nacional.

Arquivo do Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores – Conferência proferida no Palácio do Itamaraty pelo embaixador Jaime Cortesão em setembro de 1949. CORTESÃO, J. Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores – Instituto Rio Branco, 1953, parte IV, tomo I, doc. LXXVIII, Instituto de Arquivos Nacionais/Torre do Tombo. Ordem de Cristo/Convento de Tomar. Livro 312 - Definições e Estatutos originais da Ordem Militar de Cristo.

BIBLIOGRAFIA

- BOXER, C. R. *O império marítimo português, 1415–1825*. Lisboa: Edições 70, 2002.
- COSTA, J. P. O. *O Império e o Mundo: uma história do império ultramarino português (1415–1825)*. Lisboa: Temas e Debates, 2012.
- DESLILE, G. *Carte de la Terre Ferme, du Perou, du Bresil et du Pays des Amazones*. Paris: Chéz l'auteur, sur le Quai de l'Horloge à l'Aigle d'Or, [1718]. Mapa. Disponível em: <https://www.loc.gov/item/gm71005438/>. Acesso em: 17 jun. 2025.
- DIAS, J. *A formação do império português*. Coimbra: Almedina, 2000.
- FERREIRA, M. C. O Mapa das Cortes e o Tratado de Madrid, a cartografia a serviço da diplomacia. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 23, n. 37: p.51-69, jan.-jun. 2007.
- FERREIRA, M. I. R. *A normativa das Ordens Militares Portuguesas (séculos XII-XVI): poderes, sociedade, espiritualidade*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, vol. I, 2004.
- FRAGOSO, J.; GOUVÊA, M. F. *O Brasil colonial: 1580–1720*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- LACOSTE, Y. *A geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Campinas: Papirus, 1993.
- LOUREIRO, R. *Sebastianismo: o império e o mito*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2015.
- MATTOSO, J. *Identidade nacional e formação do Estado português*. Lisboa: Gradiva, 2010.
- MONTEIRO, N. G. *O crepúsculo dos grandes: a casa e o património da aristocracia em Portugal (1750–1832)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999.
- NEVES, L. M. B. P. Alexandre de Gusmão: diplomacia e império. In: SCHAFFRATH, M; NEVES, L. M. B. P. (org.). *A diplomacia no Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2005.
- SYNESIO, S. G. F. *Fronteiras: a construção do território no Brasil*. São Paulo: Ed. UNESP, 2021.



Carlos Eduardo Gomes de Queiroz é coronel do Exército Brasileiro, doutor em História, Estudos de Segurança e Defesa pelo Instituto Universitário de Lisboa-Portugal. Bacharel em Ciências Militares e em Administração; mestre em Operações Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e em Ciências Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Atua como pesquisador de História Militar da Academia Militar de Portugal e integra o corpo docente da Escola Preparatória de Cadetes do Exército.



A PARTICIPAÇÃO DO 13º BATALHÃO DE CAÇADORES DE JOINVILLE NA TOMADA DE ITARARÉ

Rafael José Nogueira



Resumo: O artigo tem como objetivo demonstrar a participação do 13º Batalhão de Caçadores (BC) de Joinville na tomada de Itararé. Na primeira parte, serão apresentados detalhes da adesão do batalhão ao movimento de 1930, além das ações e combates no referido levante. Por fim, o artigo detalha e analisa todo o percurso percorrido pelo denominado Destacamento Bittencourt, ao qual o 13º BC foi incorporado de modo a mapear a participação e contribuição no assalto final às posições legalistas.

Palavras-chave: 13º Batalhão de Caçadores; Revolução de 1930, Joinville; Itararé.

Abstract: The article aims to show the participation of the 13th Joinville Hunters Battalion in the capture of Itararé. The first part presents details of the battalion's adherence to the 1930 movement, as well as the actions and fighting in the uprising. Finally, the article details and analyzes the entire route taken by the so-called Bittencourt Detachment, to which the 13th Battalion was incorporated, in order to map its participation and contribution to the final assault on the legalist positions.

Keywords: 13th Hunters Battalion; 1930 Revolution, Joinville; Itararé.

INTRODUÇÃO

Nos turbulentos anos da década de 1920, o Exército se agitou e ensaiou movimentos armados e organizados em níveis maiores ou menores, dependendo do calor do momento. O ponto de partida foi o episódio de 1922, no Rio de Janeiro, envolvendo um pequeno grupo de militares insatisfeitos com a situação política do país. O capítulo final foi o levante, no alvorecer da década de 1930.

O 13º Batalhão de Caçadores (13º BC), sediado em Joinville-SC desde 1918 e mergulhado nesse contexto, contava em suas fileiras com vários oficiais recém-formados. Tinha sido testado pela primeira vez em 1924, e decidiu combater ao lado das tropas legalistas. Após o fim do movimento, se arraigou em periódicas manobras na região do Contestado, na divisa do Paraná com Santa Catarina, entre 1925 e 1930.

Com as eleições presidenciais de 1930 e o aumento das tensões na situação política, o 13º BC, embora tivesse sua sede em Joinville, ficou praticamente todo o período instalado na região do Contestado, principalmente nas cidades de Porto União-SC e União da Vitória-PR, para manter a ordem na região, devido aos resquícios de disputas advindas da Guerra do Contestado (1912-1916).

É importante lembrar que seus oficiais e praças não viviam isolados, conviviam com os habitantes do entorno e percebiam que a situação política no Brasil tinha chegada em um estado irreversível, de ruptura. Da sucessão de acontecimentos dos meses posteriores às eleições de março 1930, iniciou-se o levante, ao qual o 13º BC aderiu de imediato, na madrugada de 4, e que teria seu batismo de fogo nos combates na retomada de Joinville, no mesmo mês de outubro.

Após a vitória em Joinville, o batalhão aceitou a missão de participar das operações da tomada de Itararé e se juntou ao Destacamento Bittencourt, juntamente com o 5º Grupo de Artilharia Montada (5º GAM) e com um esquadrão da Força Pública Paranaense (FPPR). Mesmo que a esperada batalha de Itararé não tivesse ocorrido contra as tropas oficiais, não significou ausências de combates e não deixou mais fácil a missão pelas estradas e serras adentro. Isso porque, em busca do objetivo de ter mais destaque, somado a ser uma das possíveis primeiras



tropas a entrar em Itararé e marcar seu nome para sempre na história do Brasil, o 13º BC se apresentou em armas nas primeiras horas.

O 13º BATALHÃO DE CAÇADORES NO MOVIMENTO DE 1930

No dia 3 de outubro de 1930 iniciou-se o movimento nos quartéis do Rio Grande do Sul, naquela que ficaria conhecido como Revolução de 1930¹. As tropas rebeldes partiram rumo à Capital Federal, localizada na época na cidade do Rio de Janeiro, para depor o presidente de então, Washington Luís Pereira de Sousa. Porém, nessa incursão, foi necessário primeiro passar por Santa Catarina e, mais do que isso, dominá-la para evitar problemas maiores com as forças legalistas. As cidades catarinenses foram sendo tomadas sem maiores problemas e sem grandes conflitos, com exceção de Florianópolis, que resistiu até os últimos dias (Nunes, 2009).

Uma vez as forças aliancistas adentrando no território catarinense, o 13º Batalhão de Caçadores de Joinville aderiu ao movimento sem grande resistência de seus oficiais, já na madrugada do dia 4 de outubro. O 13º BC estava acantonado em Porto União e União da Vitória, cumprindo missões corriqueiras de patrulhamento desde as eleições de março de 1930 (Guedes; Neto; Olska, 2008). Outros batalhões também seguiram seu exemplo e foram aderindo à revolução, o que facilitou a tomada das cidades. Entretanto, a historiadora Karla Nunes (2009, p. 225) analisa que se esperava um confronto com o 13º BC:

[...] um grupo de rebeldes saídos de Herval - e que se envolvera na troca de tiros deixando como saldo muitos estragos e uma criança morta - seguiu em marcha para cidade de Porto União (na divisa entre SC e PR e distante cerca de 150 km de Herval), onde se esperava um confronto mais violento por estar guarnecendo aquela cidade o 13º Batalhão de Caçadores [...].

Diferente da expectativa sobre a posição do 13º BC e qual seria sua opção, a guarnição mostrou-se simpática à causa revolucionária. Pelo lado oficial, nos documentos da Marinha, ainda operando como legalista, já se percebe a confirmação de que os rebeldes começavam a ter vantagem com a decisão do 13º BC em se unir ao movimento: “É delicada a situação em Santa Catarina. Tive informações de que Herval, Porto União, Mafra já estão em poder dos rebeldes” (Fonseca, 1930, p. 299). Com a notícia da adesão do 13º BC e de outras tropas, logo se espalharam informações que Santa Catarina estava tomada, questão essa que chegou ao conhecimento da 5ª Região Militar, em Curitiba, que também se mostrava, a essa altura, altamente favorável a se juntar aos insurgentes, e por eles foi ocupada (Nunes, 2009). Voltando ainda em 4 de outubro, o 13º BC tomou as cidades de Porto União e União da Vitória de forma rápida e sem grandes problemas, e também assegurou o trecho da estrada de ferro São Paulo - Rio Grande do Sul, que era de vital importância para os revolucionários, pois era por ela que iriam passar as tropas rumo à Capital. No dia 6, com a situação controlada em Porto União

¹ Tema complexo que não pode ser contemplado pelas limitações do espaço do artigo. Ver mais em: Edgard Carone (1965); Hélio Silva (1966); Victor Nunes Leal (1975); Virgínio Santa Rosa (1976); Carlos Alberto Visentini (1977); Nelson Werneck Sodré (1979); Boris Fausto (1980); Edgard Salvador de Decca (1981); Alzira Alves de Abreu (1982); Ângela Castro Gomes (1988); Ítalo Tronca (1990); Vavy Pacheco Borges (1998 e 1999); Orlando de Barros (2001); Marcos Pansardi (2002); Florestan Fernandes (2006); Ângela de Castro Gomes (2008); Noé Freire Sandes (2010) e Cláudia Viscardi (2012).



e União da Vitória, o 13º BC partiu rumo a Joinville pela estação férrea, conforme consta no boletim interno² da corporação, ao ser informado que a cidade estava em poder de forças legalistas recém-chegadas de Florianópolis (Guedes; Neto; Olska, 2008 e Corrêa, 1984).

O comandante da insurreição no 13º Batalhão de Caçadores foi o capitão Manoel Caldas Braga³, que formou a junta militar revolucionária que, entre alguns nomes, contava com o jovem tenente José Alexino Bittencourt,⁴ futuro líder do 13º BC em Itararé, apresentado mais adiante (Ibid.).

De 4 a 9 de outubro, o 13º BC realizou movimentações objetivando atingir Joinville, pelas regiões de Rio Natal (Corupá), Rio Vermelho (São Bento do Sul), a própria cidade de São Bento do Sul e Mafra. O batalhão seguiu pela estrada de ferro, de modo a ocupar posições ao redor de Joinville, atacando de surpresa as forças legalistas que ocupavam a cidade (Guedes; Neto; Olska, 2008). Depois de alguma troca de informações e espionagem sobre a situação, o 13º BC iniciou o assalto à Joinville (Tourinho, 1980). Esses combates foram-se desenhando desde o dia 9 de outubro, pela manhã, e adentrando a madrugada e todo o dia 10. Como previsto, do choque no encontro com as tropas legalistas, aconteceram combates por vários pontos da cidade.

Aos poucos, os governistas começaram a ficar cercados e, sem saída, foram-se rendendo. O 13º BC foi reocupando a cidade até tomá-la completamente, já sem focos de resistência (Guedes; Neto; Olska, 2008). No dia 11 de outubro, a cidade estava plenamente tomada e assegurada. Com o prefeito Ulysses Costa⁵ deposto, em seu lugar assumiu o presidente da Aliança Liberal em Joinville, Plácido Olímpio de Oliveira⁶. Não foi surpresa, pois, com seu cunhado Carlos Gomes de Oliveira⁷, era um dos nomes mais fortes para assumir a prefeitura, já que desde 1929 se alinhara e era um dos chefes municipais aliancistas em Joinville (Meyer, 1989).

Enquanto Joinville tentava se recuperar do trauma passado pelos combates, Oswaldo Cabral afirma que o 13º BC partiu para o Paraná, como confirma o boletim interno nº 11 do dia 16 de outubro de 1930, e a cidade ficou sob os cuidados de uma guarda municipal (Cabral, 1968, p. 346). No próximo tópico serão detalhados os movimentos do 13º BC rumo a Itararé.

² Os boletins internos diários se configuram como diários do cotidiano onde se registra, resumidamente, os fatos julgados importantes e que podem ser colocados ao público. O que o Exército considera confidencial fica contido nos chamados boletins reservados, sem acesso ao público.

³ Manoel Evangelista Vieira Caldas Braga nasceu em 1893 na cidade de Rio Grande, no Rio Grande do Sul e ingressou na Escola Militar de Porto Alegre aos 15 anos, em 1908. Em 1930 era capitão, posto conquistado em 1929. Ainda participou do movimento de 1932, como rebelde, sendo posteriormente anistiado e reintegrado ao Exército. Passou a residir em Curitiba, onde faleceu em 1980.

⁴ José Alexino Bittencourt nasceu a 17 de julho de 1905 na cidade do Rio de Janeiro. Depois de terminar os estudos primários no colégio Pedro II, sentou praça no Exército em março de 1923 e ingressou na Escola Militar do Realengo. No final de 1929 foi declarado aspirante a oficial e classificado no 13º Batalhão de Caçadores.

⁵ Ulysses Gérson Alves da Costa (1874-1937), natural da Paraíba, ocupou diversos cargos no meio jurídico em Santa Catarina. Foi Superintendente de Joinville, de 1927 até 1930, quando foi deposto pelo movimento de 1930. Após isso continuou sua carreira de magistrado, e faleceu em 1937, na cidade de Florianópolis.

⁶ Plácido Olímpio de Oliveira nasceu em 5 de outubro de 1900, na cidade de Campo Alegre-SC. Foi advogado, empresário, promotor público e político radicado em Joinville. Oriundo da tradicional família Gomes de Oliveira, se aproximou da Aliança Liberal e logo assumiu posição de destaque entre seus membros. Foi nomeado prefeito em outubro de 1930, ficando no cargo até 1933. Faleceu em Joinville no ano de 1957.

⁷ Carlos Gomes de Oliveira, nascido em 12 de outubro de 1894 na cidade de Joinville, também pertencente à família dos Gomes de Oliveira. Atuou como advogado, jornalista e político. Junto ao seu cunhado Plácido Gomes de Oliveira, tomou frente no comitê da Aliança Liberal de Joinville, e foi nomeado membro do Conselho Consultivo da cidade. Faleceu no ano de 1997.



AS MOVIMENTAÇÕES RUMO A ITARARÉ

Com a missão completada de assegurar a cidade de Joinville, sua sede original, o 13º BC se envolveu em uma nova empreitada, chamada Itararé, cidade paulista cravada entre os Estados do Paraná e São Paulo, posição que a tornava um ponto estratégico tanto para quem defendia quanto para quem a atacava, pois, uma vez vencida sua resistência, abrir-se-ia caminho para uma possível investida contra a Capital Federal, o Rio de Janeiro. É nesse ponto que o então tenente José Alexino Bittencourt entra de fato na história do enfrentamento.

A entrevista de Alexino Bittencourt, concedida após retornar para Joinville no mês de novembro para o jornal *Correio de Joinville*, e depois de completar a tarefa de entrar em Itararé, é uma das fontes que permite traçar detalhadamente a jornada do destacamento que ele comandou, que ficou denominado Destacamento Bittencourt.

Bittencourt inicia a entrevista relatando que era desejo do batalhão joinvilense ter uma participação mais significativa no movimento e buscar um maior protagonismo:

Interessei-me então junto ao Cel. Mendonça Lima no sentido que nos fosse designada uma função mais ativa no movimento com que nos identificáramos. E assim foi que recebemos ordem de partir em direção de Itararé. Embarcamos aqui na madrugada de 14, e fomos parar em Jaguariahyva, incorporando-nos às forças comandadas pelo general Miguel Costa. (*Correio de Joinville*, 19 nov. 1930).

As informações atestam que o próprio Alexino Bittencourt mostra que a oficialidade estava influenciada pelo ideal tenentista, conforme afirmou o major Plínio Tourinho em seus relatórios, ao afirmar que os militares joinvilenses eram guiados pela corrente tenentista (Tourinho, 1980). Aliás, Bittencourt assinaria todos os boletins internos até o final de outubro. Não houve, então, uma ordem oficial, mas sim uma vontade de participar de forma mais ampla no levante, norteados pelo ideal tenentista e sua ação era ideológica, além do espírito corporativo da tropa⁸.

No dia 13 de outubro, o jornal *A Notícia* publicou nota afirmando que o 13º BC recebera ordem de embarque para Jaguariahyva (*A Notícia*, 13 out. 1930). O jornal *Correio de Joinville*, de 15 de outubro, comentou sobre a partida no dia 13, exaltando a corporação:

O valoroso 13º BC sob o comando do capitão Alexino, embarcou ante-hontem á noite, para a cidade de Jaguariahyva, na fronteira dos Estados de Paraná e S. Paulo. Essa unidade de guerra está encarregada de guarnecer a retaguarda da coluna gaúcha, que está operando naquela fronteira (*Correio de Joinville*, 15 out. 1930).

O pesquisador Hélio Tenório dos Santos, em sua obra *As batalhas de Itararé*, relata que “no dia 14 de outubro, haviam chegado membros da tropa do 13º BC [...]”. A partir do dia 14, começaram

⁸ O debate sobre o Tenentismo é grande e seria impossível trazê-lo aqui, por não ser o objetivo central do artigo. Ver mais em alguns trabalhos como: Boris Fausto (1970); Edgar Carone (1975); Virgínio Santa Rosa (1976); Maria Cecília Spina Forjaz (1979); José Murilo de Carvalho (1985); Vavy Pacheco Borges (1992); Anita Leocádia Prestes (1999); Edmundo Campos Coelho (2000); Frank McCann (2009); Pedro Ernesto Fagundes (2010); Mário Cleber Martins Lanna Júnior (2013); Amílcar Guidolim Vitor (2019).



a chegar a Sengés os reforços revolucionários do sul, Destacamento General Flores da Cunha e Destacamento Major Alexino Bittencourt” (Santos, 2015, p. 84).

No dia 15 de outubro, o tenente Balthazar enviou telegrama para o jornal *A Notícia*, publicado dois dias depois, afirmando que, no dia anterior em 16 de outubro, o 13º BC já integrado ao Destacamento Bittencourt entraria em combate (*A Notícia*, 17 out. 1930). Contudo, consultando o boletim diário do dia 16 de outubro, já em Jaguariahyva, percebe-se que pela narrativa de Alexino Bittencourt, que no dia 14 de outubro de 1930, o 13º BC estava em viagem, e só chegaria de fato no dia 16, na cidade de Jaguariahyva.

Conforme estava determinado; o batalhão embarcou na cidade de Joinville, em trem especial militar, partindo às 0,25 hs. do dia 14, chegando à Rio Vermelho às 9,30 hs., sendo ahi servido o café, partindo em seguida com destino a Mafra, onde chegou às 15 horas, – partindo em seguida com destino à Ponta Grossa, onde chegou às 11 hs. do dia 15, partindo em seguida com destino a esta localidade, onde chegou a 1 hora do dia de hoje (Boletim Diário nº 11, 16 out. 1930).

Nesse contexto, José Alexino Bittencourt assevera que foi em Jaguariahyva o batismo de fogo do 13º BC, ao ser atacado por aviões com “22 bombas mortíferas” (*Correio de Joinville*, 19 nov. 1930). O militar Higino de Barros Lemos, em seu depoimento sobre o combate, explica que o que levou ao ataque aéreo foi uma perseguição ao 5º Regimento de Cavalaria Divisionário, que não tinha aceitado participar do movimento (Tourinho, 1980).

Cruzando as informações contidas nos boletins diários, esse ataque só pode ter acontecido realmente durante a madrugada e manhã do dia 16 de outubro, quando o 13º BC chegou a Jaguariahyva, uma vez que, na tarde do dia 16, partiu para a cidade de Sengés, no limite com Itararé, na divisa entre Paraná e Santa Catarina.

Tal fato é reforçado, com a ausência de boletim interno no dia 17 de outubro de 1930, possivelmente impossibilitado pelos combates em Jaguariahyva, no dia 16. O próximo boletim interno foi o de número 12, emitido em 18 de outubro, no qual aparece a informação do acantonamento já em Sengés, ainda na fronteira entre Paraná e São Paulo, e onde é relatada a saída de Jaguariahyva com chegada ao dia 16, e chegada à Sengés, propriamente dita, no dia 17: “Por ordem superior, o Batalhão partiu às 15,30 horas do dia 16, de Jaguariahyva, com destino a esta localidade [Sengés], onde chegou às 7,30 horas de ontem e acampou” (Boletim Diário nº 12, 18 out. 1930).

Uma síntese dos resultados da situação em Jaguariahyva é apresentada pelo *Jornal de Joinville*, em edição do dia 16 de outubro:

O quartel-general revolucionário em Curitiba comunica que em Jaguariahyva foram feitos 140 prisioneiros, inclusive 5 oficiais, sendo apreendidas 9 metralhadoras pesadas e 80.000 cartuchos, além de grande número caminhões com víveres. O efetivo do inimigo era de 1.000 homens, com a [sic] moral bastante abatida, comandados pelo Major Agnello e Coronel Sandoval, cujos destacamentos foram completamente aniquilados (*Jornal de Joinville*, 16 out. 1930).

O número de captura de munições é considerável. Esse material possivelmente ajudou de forma mais profunda a tomada de Itararé. O número de soldados inimigos também é apreciável,



isso porque, naquela altura dos acontecimentos, recrutar voluntários e reservistas era mais difícil devido ao movimento avançar e gerar medo e tensão em quem era convocado. A cidade teria sofrido ataques aéreos dos legalistas entre 9 e 23 de outubro, com algumas exceções por conta de chuvas, conforme assinala Sebastião Paraná (Tourinho, 1980).

O jornal aliancista *Correio de Joinville*, em sua edição de 18 de outubro, publicou que no mesmo dia, o 13º BC se preparava para entrar em seu primeiro combate: “segundo telegrama particular recebido nesta cidade, o valoroso 13º BC, que se encontrava em Jaguariahyva, partiu hoje para a linha de frente, a fim de oferecer combate às forças governistas” (*Correio de Joinville*, 18 out. 1930).

Em Sengés, ocorreu um novo ataque aéreo, e, desta vez, a tropa estava mais preparada e não houve grandes baixas e perdas materiais (*Correio de Joinville*, 19 nov. 1930). Entretanto, confrontando as informações contidas nos boletins do período do acampamento Sengés, estima-se que este ataque ocorreu provavelmente no dia 20 de outubro.

A linha de frente estava concentrada em Sengés, onde as tropas revolucionárias se aglutinaram para um ataque frontal à cidade de Itararé, e onde o 13º BC estava desde o dia 17, tendo ficado estacionado até a tarde do dia 24 de outubro, quando marchou para Itararé (*Boletim Diário* nº 17, 26 out. 1930).

No próximo tópico serão delineados os aspectos envolvendo todo o planejamento de ataque tendo como objetivo a cidade de Itararé, no Estado de São Paulo, um dos últimos redutos das tropas legalistas, do qual se criou a expectativa de um grande combate entre as tropas rebeldes e as tropas leais ao governo federal.

O PLANO DE ATAQUE A ITARARÉ E SEUS DESDOBRAMENTOS

Estacionado em Sengés, na fronteira com São Paulo, muito próximo a Itararé, o 13º BC necessitava se integrar na estratégia elaborada pelos revolucionários e desempenhar com eficiência sua parte na missão para o sucesso coletivo do movimento que chegava a seus momentos decisivos.

Sobre a estratégia de ação, Alexino Bittencourt coloca que, como as forças legalistas já tinham se retirado de Sengés para mais adentro de Itararé, deixando pelo caminho muita munição, esse recuo foi aproveitado pelos revolucionários para conquistar posições e abastecer suas tropas. Era a munição, segundo ele, um dos grandes interesses no desejo de tomar Itararé, visto que os legalistas tinham uma boa quantidade à sua disposição (*Correio de Joinville*, 19 nov. 1930).

O supracitado Alexino Bittencourt teve seu grupo batizado como Destacamento Bittencourt⁹, sendo formado, segundo Hélio Tenório dos Santos, com contingentes do “[...] 13º BC de Joinville, uma seção do 5º GAM e um esquadrão da FPPR, com 1.600 soldados” (Santos, 2015, p. 126).

A seção do 5º GAM era especializada na guerra de montanha, propícia para o terreno montanhoso entre Sengés e Itararé. O esquadrão da Força Pública do Paraná era da cavalaria, o que, segundo Hélio dos Santos, dava “[...] capacidade de desdobrar-se com elasticidade e rapidez suficiente para enfrentar os remanejamentos de tropa que a defesa poderia tentar” (*Ibid.*, p. 141).

⁹ Grupo de Destacamentos Miguel Costa; Destacamento Silva Junior; Destacamento Flores da Cunha, Destacamento Batista Luzardo e o próprio Destacamento Alexino Bittencourt. Cf. Santos, 2015, p. 126-127.



Os batalhões de caçadores, organizados sob a influência portuguesa, eram usados em missões de exploração e de flanqueamento, como era o caso do 13º BC, o que os colocava em posição estratégica na retaguarda pelos flancos (Teixeira, 2010). Ademais, a cavalaria, aliada à infantaria e reforçada pela artilharia fazia o Destacamento Bittencourt ser alvo grande de preocupação pelo lado legalista.

Com relação à logística, Alexino tinha a sua disposição canhões Krupp de 75 mm, sem informações exatas da quantidade à disposição, embora Hélio Santos afirme que: “Sabe-se que os revolucionários tinham 18 canhões Krupp 75 mm, mas não consegui identificar que tipos de peças foram empregadas em Itararé” (Santos, 2015, p. 100).

Sobre o número de homens que Alexino descreveu, dentro da estratégia para penetrar em Itararé foram postos ao seu comando 1.300 soldados para apoiar seu destacamento, e não 1.600 soldados, conforme declara Hélio Tenório dos Santos (Correio de Joinville, 19 nov. 1930). Embora uma diferença pequena, qualquer vantagem poderia ser nevrálgica para o resultado final.

Talvez querendo enaltecer sua participação, Alexino apresentou uma vantagem numérica bem significativa das forças rebeldes, afirmando que, somando as outras colunas dos demais destacamentos, os inimigos teriam um total de 7.844 homens, frente aos possíveis 3.000 homens dos legalistas (Ibid.).

Por outro lado, o já citado pesquisador Hélio dos Santos, sem demonstrar alguma fonte primária passível de ser averiguada, faz uma estimativa inflada em que “o total de revolucionários no eixo de Itararé estava estimado em mais de 30.000 soldados” (Santos, 2015, p. 97). Caso este dado esteja correto, os revolucionários teriam ampla vantagem numérica de homens e recursos logísticos, que a cada dia cresciam, tanto em pessoal, como em material bélico.

Continuando com a atuação do Destacamento Bittencourt, sabe-se que o agrupamento foi designado como força para atacar a retaguarda do inimigo, caso os outros destacamentos demonstrassem dificuldade em tomar as posições inimigas, como pode se depreender lendo o boletim interno diário nº 17, de 26 de outubro, do 13º BC (Boletim Diário nº 17, 26 out. 1930). A estratégia era atacar pelo flanco esquerdo, ao sul, contornando a linha de defesa para usar o efeito surpresa atacando de imediato a estação ferroviária. Na descrição de Hélio dos Santos (2025, p. 139)

pelo flanco sul, o Destacamento Alexino, em uma longa marcha, ultrapassaria o rio Itararé em um passo desguarnecido, desbordaria a linha de defesa e atacaria diretamente o coração fracamente protegido do dispositivo legalista, na encosta onde se localizava a estação ferroviária.

É bem verdade que seria uma manobra bem agressiva, e, caso fracassasse (o que Hélio dos Santos considerava improvável), ainda teria o movimento do destacamento de Flores da Cunha que compensaria a tomada de Itararé (Ibid.). Em resumo, seria uma manobra de pinça com o objetivo de flanquear o inimigo.

Santos vai mais longe, e assevera que ação do Destacamento Bittencourt teria grande impacto no poder de luta do lado legalista: “A ação do Destacamento Alexino, se bem executada, seria suficiente para tomar a cidade e destruir grande parte da capacidade de combate legalista, senão a sua totalidade” (Ibid., p. 140.). Isso acabou ficando no campo das possibilidades pelo fato

de o confronto em Itararé não ter ocorrido. É certo que as tropas revolucionárias tinham seus objetivos bem definidos e estavam dispostos a lutar até o último homem e o último cartucho de munição se fosse preciso para entrar em Itararé.

Na continuidade das movimentações do Destacamento Bittencourt, depois de dias acampados em Sengés, na zona limite de combate, saiu na frente partindo “[...] dia 23, manobrando pelo sul, via Capivari, para atacar as defesas de Itararé pela retaguarda, em uma marcha de cerca de 45 quilômetros, a partir de Morungava” (Ibid., p. 102). O boletim diário nº 17, do dia 26 de outubro, confirma a movimentação com ordem de Miguel Costa e chegada ao local que denomina fazenda Capivary, na manhã do dia 24 de outubro, com o objetivo bem definido de chegar ao: “[...] flanco esquerdo da cidade de Itararé, com a missão de atacar as forças inimigas que se acham localizadas defensivamente naquela cidade” (Boletim Diário nº 17, 26 out. 1930). A essa altura, o Destacamento Bittencourt, no qual o 13º BC estava inserido, já parecia estar bem ciente da sua função de flanqueamento, caso fosse acionado, conforme figura 1.



Fig. 1 - Mapa representando as posições na divisa entre São Paulo e Paraná, perto de Itararé
Fonte: FGV/CPDOC.

O mesmo boletim registra que o destacamento teria saído da vila de Sengés às 16 horas do dia 23, chegando à localidade de Pellame às 22 horas, de onde partiu no dia 24, ao amanhecer, chegando às 9 horas na fazenda Capivary. Após refeição, saiu às 15 horas e chegou ao fim da tarde na serra da Palmeirinha, na divisa de Sengés pelo lado paranaense com o lado paulista de Itararé, onde acampou e ficou de prontidão esperando uma provável ordem para atacar (Boletim Diário nº 17, 26 out. 1930). Conforme o documento, o objetivo seria atacar o flanco esquerdo das forças inimigas que estavam posicionadas de forma defensiva em Itararé. O boletim não cita o detalhe da retaguarda (Ibid.).



Sobre esse percurso, foi preciso, entretanto, mudar a rota inicial para evitar ser descoberto pelos inimigos governistas, e também porque a frente de defesa dos legalistas era muito grande para ser atacada. Assim, a opção era evitar ser visualizado contornando as linhas de defesa. Os terrenos percorridos eram ruins, com montes, e necessitava a abertura de picadas. A marcha era feita preferencialmente de noite, para não serem localizados pelos aviões na região (Correio de Joinville, 19 nov. 1930). O fator terreno e sua dificuldade também foi destacado por Hélio Santos: “Enfrentando as maiores dificuldades opostas pelo terreno, hostil por natureza, na véspera do ataque o Destacamento Alexino atravessou o rio Itararé em um passo desguarnecido” (Santos, 2015, p. 103).

Três militares do 13º BC que fizeram parte do Destacamento Bittencourt abonaram a fala de Alexino Bittencourt no tocante às dificuldades do terreno e como as posições legalistas eram propícias para quem defendia, e desfavoráveis para as tropas atacantes, ainda que tivessem o recurso de não serem vistos em suas manobras (Jornal de Joinville, 18 nov. 1930).

Os boletins internos do 13º BC, de fato, demonstram que foram oito dias, de 17 a 24 de outubro, o período de acampamento da tropa em Sengés, porém não citam o morro do Café em nenhum momento. Somente são mencionados o morro do Pellame, fazenda Capivary, serra da Palmeirinha e a fazenda Ibity, já em Itararé (Jornal de Joinville, 18 nov. 1930).

Ao se aproximarem de Itararé, por ordem superior teriam se desfeito de mochilas e outros materiais para acelerar a caminhada. Quando já tinham alcançado o rio Itararé, para adentrar na linha inimiga dominada pelos legalistas e entre morros apertados, acabaram encontrando um vaqueano, morador há 40 anos na região, que, além de ser solidário à causa revolucionária, ofereceu ajuda indicando um caminho melhor. Sobre o encontro com o personagem anônimo e a ajuda oferecida, assim sintetizaram os militares do 13º BC:

O velho matuto informou-nos que conhecia um atalho ignorado dos demais então já invadido pelo mato durante aquele tempo todo. O atalho feito por cima da serra foi logo desbravado e por ele poderíamos trilhar sem que o inimigo suspeitasse sequer a nossa marcha (Jornal de Joinville, 18 nov. 1930).

Por sua vez, Alexino Bittencourt lembrou-se da dificuldade por conta da chuva e que houve ajuda de terceiros, conforme relatado pelos seus colegas. Contudo ele cita vaqueanos como fonte de ajuda para que chegassem no dia 25 de manhã no lugar determinado pelo comando, e também aborda a dificuldade enfrentada para atravessar o rio Itararé e adentrar a cidade homônima (Correio de Joinville, 19 nov. 1930).

Diante de tudo isso, teriam chegado ao destino previsto a tempo e estavam preparados já no dia 24, no início da noite, para o ataque na retaguarda, acampados na serra da Palmeirinha ou morro do Café (Boletim Diário nº 17, 26 out. 1930; Jornal de Joinville, 18 nov. 1930).

Estava previsto o ataque pela vanguarda dos destacamentos do coronel Silva Junior e de Batista Luzardo. Na retaguarda, ficou acertado que o destacamento de Flores da Cunha e o destacamento de Alexino Bittencourt iriam avançar pelos flancos. Flores da Cunha, pelo flanco direito, e Bittencourt, pelo esquerdo, conforme esquematizado entre os comandantes (Correio de Joinville, 19 nov. de 1930).

A *Revista do Globo* traz um croqui do comandante revolucionário Glicério Alves¹⁰, no qual é possível depreender que o 13º BC era realmente tropa de retaguarda no Destacamento Bittencourt, porém para atacar não o lado esquerdo, mas o lado direito (Correio de Joinville, 19 nov. 1930; *Revista do Globo*, 1931). Analisando este croqui (figura 2), percebe-se pela linha desenhada saindo da caixa com o nome do Destacamento Alexino Bittencourt, que, no plano de ataque, estava previsto de fato ser o flanco direito a posição que o 13º BC deveria tomar, partindo da perspectiva do atacante. Se levada em conta a visão do defensor seria o lado esquerdo, sem dúvidas.

Pela posição das outras tropas fica indicado que eles atacariam pela frente e na posição de vanguarda, com o 13º BC vindo pela direita ou esquerda, dependendo da orientação que se adotar na análise. O croqui publicado e já mencionado na edição especial da *Revista do Globo* não resolve a questão, embora indique ser mais à direita a posição das tropas de Bittencourt.

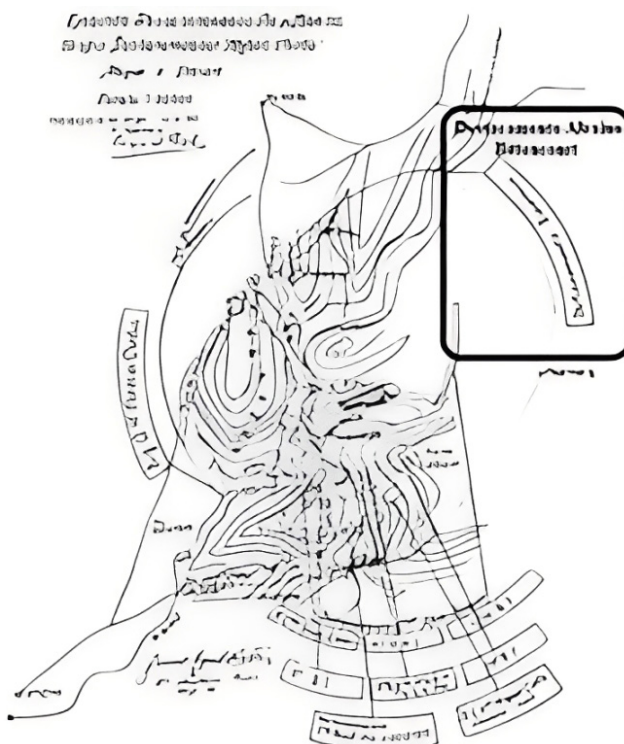


Fig. 2 - Croqui do plano de ataque a Itararé feito pelo Estado-Maior das forças de Flores de Cunha

Fonte: *Revista do Globo*, 1931, p. 415.

Ainda existe um terceiro croqui no acervo do Arquivo Histórico do Exército, encontrado pelo pesquisador Edson Lopes e publicado em seu livro sobre o 13º Regimento de Infantaria de Ponta Grossa, no Paraná, referente ao envolvimento da corporação nos eventos de 1930 (figura 3).

¹⁰ Glicério Alves (1893-1967). Natural de Rio Pardo, Rio Grande do Sul, destacou-se como pecuarista, advogado e político, ocupando diversos cargos públicos. Aderiu ao movimento de 1930 e ficou famoso por participar da negociação em Itararé, que resultou na rendição das tropas legalistas. Faleceu em Porto Alegre.

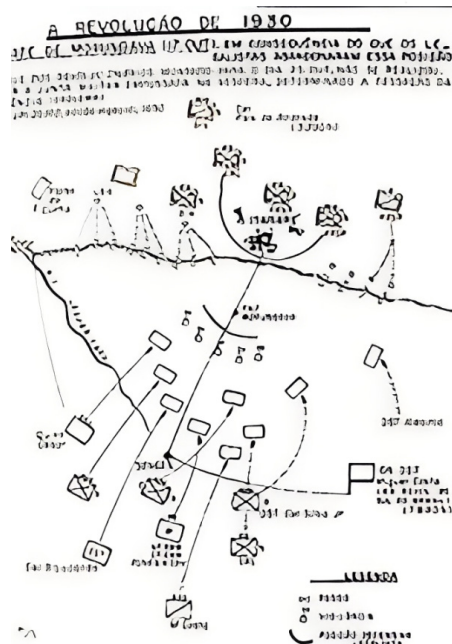


Fig. 3 - Croqui do plano de ataque a Itararé feito pelo estado-maior das forças de Flores da Cunha.

Fonte: LOPES, Edson; MARQUES, Daniel Moreira. *Nunca vencidos*: 13º Batalhão de Infantaria Blindado. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2019, p. 99.

Este croqui posiciona o Destacamento Bittencourt no lado direito para quem ataca e no flanco esquerdo para quem defende, confirmando com mais precisão e certeza a posição dos homens de Bittencourt.

Outra exposição da questão vem por meio dos tenentes Fernando Rodrigues Peixoto¹¹ e Gamaliel de Carvalho¹², em entrevista ao jornal *Diário Carioca* na Escola de Aviação Militar, contemporâneos aos eventos em novembro de 1930, dias depois de terminado o movimento revolucionário, na qual mencionam a função do 13º BC no Destacamento Bittencourt:

Nesse *front*, foi designada ao 13º Batalhão de Caçadores a incumbência de efetuar o desbordamento pelo flanco esquerdo do inimigo, a fim de participar do ataque geral marcado para o dia vinte e cinco, e em que Itararé fatalmente cairia nas mãos dos revolucionários (*Diário Carioca*, 7 nov. 1930).

A informação de que o Destacamento Bittencourt atacaria pelo lado esquerdo se alinha com outras fontes, embora haja controvérsias, lembrando que Luiz Carlos Pereira Tourinho¹³ afirme que Miguel Costa tentou atrair o inimigo pelo flanco esquerdo usando o 15º BC do Destacamento Silva Junior (Tourinho, 1980). Por outro lado, João Gualberto Gomes de Sá Filho¹⁴, relatou que o 15º BC teria recebido ordem para prolongar o flanco direito do teatro de operações de

¹¹ Fernando Rodrigues Peixoto (1905-1988). Natural da cidade do Rio de Janeiro foi militar de carreira. Era filho do também militar Eurico Rodrigues Peixoto, que, além de pai, era seu comandante em 1930 no 13º Batalhão de Caçadores, quando o mesmo se envolveu com o movimento de outubro de 1930. Serviu na mesma unidade e período com seu irmão Ney Rodrigues Peixoto. Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, em 1988.

¹² Gamaliel Carvalho Peixoto (1901-1951). Catarinense de Nova Trento. De pai militar seguiu também carreira no Exército na medicina veterinária. No levante de 1930 atuou como 2º tenente veterinário. Faleceu na cidade de Curitiba em 1951.

¹³ Luiz Carlos Pereira Tourinho (1913-1998). Natural de Curitiba e filho de Plínio Tourinho, que chefiou o movimento de 1930 no Paraná, especialmente em Curitiba. Foi engenheiro-militar, político, escritor e intelectual dedicado a várias áreas, entre elas a história, da qual preservou e perpetuou vários documentos da história de sua família. Faleceu em 1998, na cidade de Curitiba.

¹⁴ João Gualberto Gomes de Sá Filho (1901-1982). Filho do personagem da Guerra do Contestado, João Gualberto, foi militar de carreira e ativo no movimento de 1930, servindo no 15º BC de Curitiba. Faleceu em Curitiba, no ano de 1982.



Morungava, inclusive cobrindo o mesmo lado em ajuda ao 13º RI (Tourinho, 1980).

De toda forma, pode-se pensar, baseado nesse croqui e no anterior, que o Destacamento Bittencourt teria que atacar pelos dois lados mais à retaguarda ou talvez tenha havido um erro de comunicação quanto ao flanco designado, e, por fim, uma divergência entre os comandos, partindo da hipótese que o 13º BC tinha mais voz ativa nas decisões frente ao 5º GAM e à FPPR, pelo fato de Alexino Bittencourt ser o comandante do destacamento.

No epílogo, no acampamento na serra da Palmeirinha, na noite do dia 24 de outubro, Alexino Bittencourt recebeu a ordem para suspender todas as posições e o ataque, afinal, em suas palavras: “Era o dia 24, já á noite, quando recebi ordem de suspender o ataque. O Cel. Mendonça Lima enviou-me uma ordem nesse sentido” (Correio de Joinville, 19 nov. 1930). Pelo boletim interno de 26 de outubro, essa ordem chegou depois das 18 horas, no fim da tarde do dia 24 de outubro, quando o Destacamento Bittencourt entrou na serra da Palmeirinha ainda em Sengés e lá acampou, somente saindo na manhã do dia seguinte (Boletim Diário nº 17, 26 out. 1930).

O deputado gaúcho Glicério Alves, em entrevista para a *Revista do Globo*, fala que se ofereceu para negociar com Paes de Andrade¹⁵ do lado governista. Ele era o parlamentar do telegrama do coronel Mendonça Lima que acabou indo com dois acompanhantes, um dos quais era um prisioneiro que aderira à revolução.

Em vez do pior, ao serem vistos já de manhã no dia 25 de outubro de 1930, foram levados para conversar com Paes de Andrade, que, intimado a render-se, recusou-se, mas aceitou partir com Alves para negociar com os chefes revolucionários. No fim, Alves convenceu Paes de Andrade a se entregar, argumentando que Washington Luís tinha sido deposto no dia anterior e que não havia mais sentido em lutar. Itararé suspirou aliviada (Correio de Joinville, 19 nov. 1930). Segundo os já referidos tenentes Fernando e Gamaliel, duas horas antes do início previsto, o ataque foi cancelado (Diário Carioca, 7 nov. 1930).

O médico Lucidoro Ferreira dos Santos, integrante do 13º Regimento de Infantaria de Ponta Grossa, fornece mais subsídios em suas observações num pequeno diário de bolso, ao mencionar em seus escritos no dia 25 de outubro que o 13º BC, incorporado no Destacamento Bittencourt, teve papel ativo na campanha para invadir Itararé:

25 – De manhã incorporei-me na primeira companhia do 13 RI onde aguardava ordens para o ataque na barreira do Itararé. Lá permaneci até o almoço. Voltei para o acampamento onde soube que o exército legalista havia aderido à revolução, pois estava cercado pela retaguarda pelo 13 BC e pelos gaúchos. entusiasmos e vivas (Costa, 2017. Transcrição do diário de Lucido Ferreira dos Santos).

Embora a informação esteja em um documento escrito, a origem é oral, que de todo modo se coaduna com outras fontes sobre a posição e estratégia do Destacamento Bittencourt, do qual o 13º BC fazia parte, ter sido designado como tropa de retaguarda durante todas as movimentações objetivando o assalto à cidade de Itararé, e que essa função que o 13º BC se

¹⁵ Arnaldo de Sousa Pais de Andrade (1875-1957). Natural de Amazonas foi oficial do Exército Brasileiro. Ficou conhecido por comandar as tropas legalistas e, após negociação com Glicério Alves, evitar o confronto em Itararé. Mesmo na condição de inimigo do movimento, continuou no Exército e, nas revoltas de 1932 e 1935, atuou no lado governista, mantendo-se fiel ao legalismo. Faleceu em 1957.

empenhou foi proeminente na decisão do lado legalista em se render.

Com relação à chegada do 13º BC em Itararé, tem-se à disposição uma fonte audiovisual vinda do filme *Pátria Redimida*, de João Batista Groff e W. Fischer. Em uma das cenas filmadas é possível visualizar fileiras de soldados desfilando, que, segundo a legenda, seria o 13º BC entrando em Itararé e destaca que o batalhão era a tropa de vanguarda e a primeira a entrar em solo paulista: “Vitoriosas tropas de vanguarda: 13º BC, o primeiro batalhão que entrou em Itararé sob o comando do bravo capitão Alexino” (Costa, 2010. Reprodução do filme *Pátria Redimida* no Canal do Youtube de Paulo José da Costa).



Fig. 4 - Tomada de ponte em Itararé. É possível que o 13º BC tenha auxiliado na ação

Fonte: TESSER, Rosa Maria. *Claro Jansson: o fotógrafo do Contestado*, um memorial dos 10 anos do conflito. Balneário Piçarras: Edição da Autora, 2016, p. 81.

Sobre essa questão, o boletim diário do dia 26 de outubro descreve ter chegado o batalhão na parte urbana da cidade de Itararé apenas na manhã do mesmo dia, por volta das 10 horas, depois da vitória assegurada do movimento revolucionário (Boletim Diário nº 17, 26 out. 1930).

A questão do 13º BC ser o primeiro batalhão a entrar na cidade não parece estar incorreta ou ser absurda, quando se lê a ata de rendição transcrita por Hélio dos Santos. No documento, datado de 25 de outubro de 1930, em que consta o quartel-general ainda em Sengés, todos os comandantes assinam o documento, exceto Alexino Bittencourt: “Interessante notar que o major Alexino não participou da reunião, pois estava com suas tropas posicionadas em profundidade, no extremo sul das linhas combatentes, desbordando os legalistas” (Santos, 2015, p. 115). O 13º BC entrava em Itararé e concluía a missão com sucesso e destreza.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou mostrar as ações e movimentações do 13º Batalhão de Caçadores, desde o momento que tomou parte no movimento de 1930 até seu desfecho em Itararé, em um esperado combate que entrou para a história justamente porque não ocorreu. O texto se valeu de fontes primárias do 13º BC para narrar todos os pormenores em toda sua incumbência como membro do Destacamento Bittencourt para alcançar Itararé, de modo a deixar mais clara a posição do 13º BC dentro do referido destacamento e as possibilidades estratégicas para apoiar a posição defensiva no planejamento de invasão a Itararé.

A fonte oral oriunda da entrevista de José Alexino Bittencourt somou-se como parte importante para analisar e cruzar sua narrativa minuciosa com as afirmações dos boletins internos assinados pelo próprio Bittencourt, e possibilitar relacionar essas fontes com os relatos orais de outros personagens do 13º BC ou de envolvidos nos desdobramentos, e, assim, identificar e corrigir divergências e incoerências no desenrolar dos acontecimentos.

Não obstante, diante das dificuldades e da falta de experiência e instrução, o 13º BC conseguiu chegar a Itararé e, ao que tudo indica, tinha força e recursos suficientes para assaltar a cidade, ainda que integrante de um destacamento colocado como tropa de retaguarda, caso os outros destacamentos encontrassem resistência e dificuldades diante do adversário.

As fontes disponíveis no momento apontam que o 13º BC, incorporado ao Destacamento Bittencourt foi, de fato, a primeira tropa a adentrar a cidade de Itararé. A importância de ser a primeira guarnição a ter entrado na cidade pode parecer irrelevante à primeira vista, entretanto, é simbólica, levando em conta que o 13º BC estava instalado em Joinville.

Defronte os percalços, o batalhão cumpriu sua missão como integrante do Destacamento Bittencourt fixado como tropa de retaguarda dentro do desenrolar do conflito, que não tornou necessário o ataque final a Itararé.

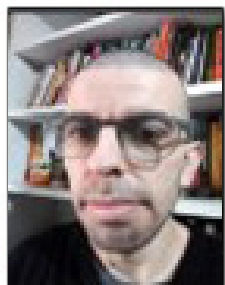


FONTES

Boletins diários do 13º BC
A Notícia, edições diversas
Correio de Joinville, edições diversas
Diário Carioca, edições diversas
Jornal de Joinville, edições diversas

BIBLIOGRAFIA

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *História de Santa Catarina*. Florianópolis: Imprensa da UFSC, 1968.
CORRÊA, Carlos Humberto. *Um estado entre duas Repúblicas: a Revolução de 30 e a política catarinense até 35*. Florianópolis: Editora da UFSC/Assembleia legislativa de Santa Catarina, 1984.
COSTA, Paulo José. *Um pequeno diário de um médico na Revolução de 30*. Disponível em: <http://amemoriadosesquecidos.blogspot.com.br/2014/03/um-pequeno-diario-de-um-medico-na.html>. Acesso em: 28 abr. 2017.
GUEDES, Sandra; NETO, Wilson de Oliveira; OLSKA, Marília Gervasi. *O Exército e a cidade: Joinville e o seu batalhão*. Joinville: Univille, 2008.
LOPES, Edson; MARQUES, Daniel Moreira. *Nunca vencidos: 13º Batalhão de Infantaria Blindado*. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2019.
MEYER, Vera Maria. *Os reflexos da Revolução de Trinta em Joinville*. Joinville, 1989. 34f. Monografia (Especialização em História da América) – Fundação Educacional da Região de Joinville.
NUNES, Karla Leonora Dahse. *Santa Catarina no caminho da Revolução de Trinta: memórias de combates (1929-1931)*. 2009. 365 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
REVISTA DO GLOBO. *Revolução de outubro de 1930: imagens e documentos*. Porto Alegre: Globo, 1931.
SANTOS, Hélio Tenório dos. *As batalhas de Itararé: a barreira de Itararé na história militar em 1893, 1930 e 1932*. São Paulo: Clube de Autores, 2015.
TEIXEIRA, Humberto Nuno Araújo Barbosa. *Caçadores portugueses na Guerra Peninsular*. 2010. 111f. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares – Especialidade de Infantaria) – Academia Militar, Lisboa, 2010.
TESSER, Rosa Maria. *Claro Jansson: o fotógrafo do Contestado, um memorial dos 10 anos do conflito*. Balneário Piçarras: Edição da Autora, 2016.
TOURINHO, Plínio. *Cinquentenário da Revolução de Trinta no Paraná*. Curitiba: Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1980.



Rafael José Nogueira é licenciado em História pela Universidade da Região de Joinville. No campo da história militar, estuda as temáticas da Revolução de 1930, principalmente no sul do Brasil, e a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, com foco nos expedicionários de Santa Catarina. Também se dedica a estudos genealógicos de militares e suas relações familiares e sociais com os eventos militares da história do Brasil.

ID Lattes: 4014884067145109.



UN BRASILEÑO EN EL EJÉRCITO ITALIANO

Matteo D'Angella



Resumen: En el registro de defunciones italiano de la Primera Guerra Mundial figuran 671 soldados nacidos en Brasil: 77 murieron o desaparecieron en 1915, 144 murieron en 1916, 163 en 1917, y 239 en 1918. 34 murieron en Italia por enfermedad en 1919 y 10 en 1920. En otros casos aislados, se registran las ciudades de origen y no la patria brasileña. Un ejemplo es Nicola Barbiero, nacido en São Paulo el 13 de abril de 1888, soldado del 20º Regimiento de Infantería, que murió en el monte San Michele (Carso) el 29 de junio de 1916, cuando los austríacos lanzaron el primer ataque con gas en el frente italiano. Mi artículo pretende recordar la carrera de Giacomo Giassi, soldado del 63º Regimiento de Infantería, nacido en Brasil y muerto en combate el 5 de julio de 1915, y de otros brasileños que perdieron la vida luchando para el Real Ejército Italiano.

Palabras clave: Infantería, Italia, Real Ejército Italiano, Brasil, Primera Guerra Mundial, Guerra de trincheras

Resumo: No registro de óbitos italiano da Primeira Guerra Mundial, 671 soldados são registrados como tendo nascido no Brasil: 77 foram mortos ou desaparecidos em 1915, 144 morreram em 1916, 163 em 1917 e 239 em 1918. 34 morreram na Itália devido a doenças em 1919, e 10 em 1920. Em outros casos isolados, as cidades de origem são registradas e não a Pátria brasileira. Um exemplo é Nicola Barbiero, nascido em São Paulo, em 13 de abril de 1888, soldado do 20º Regimento de Infantaria, que morreu no monte San Michele (Carso), em 29 de junho de 1916, quando os austríacos lançaram o primeiro ataque a gás na frente italiana. Meu artigo visa rememorar a trajetória do soldado do 63º Regimento de Infantaria, Giacomo Giassi, nascido no Brasil e morto em ação no dia em 5 de julho de 1915, e de outros brasileiros que perderam a vida combatendo pelo Exército Real italiano.

Palavras-chave: Infantaria, Itália, Exército Real Italiano, Brasil, Primeira Guerra Mundial, Guerra de trincheiras.

INTRODUÇÃO

A finales del siglo XIX, muchos italianos abandonaron su país por la pobreza y se trasladaron a América del Norte y del Sur. Cuando en julio de 1914 estalló la Primera Guerra Mundial en Europa, a nadie le importó, porque estaba muy lejos y América del Sur era neutral. Teniendo en cuenta las ganancias territoriales de las tierras de habla italiana de Trento y Trieste, el Reino de Italia declaró la guerra a Austria-Hungría el 23 de mayo de 1915, y muchas personas que habían nacido en Italia o eran de ascendencia italiana decidieron servir a su país.

Uno de ellos era un ciudadano brasileño, Giacomo Giassi, nacido en Brasil el 18 de junio de 1894¹ (el nombre de su padre era Giovanbattista y, a juzgar por su apellido, su familia tenía raíces en el norte de Italia, probablemente en Lombardía, cerca de Bérgamo).

¹ Registro de los italianos caídos en la Gran Guerra Lombardía II, v. XI, p. 419, n. 13.



Fig. 1 - Insignia de cuello de la Brigada Cagliari (63º y 64º Regimientos de Infantería)

Fuente: Wikimedia/Wikicommons

Tras un largo viaje por mar, Giacomo llegó a Italia y fue destinado al 90º Distrito Militar de Treviglio, en la provincia de Bérgamo, donde probablemente fue registrado y enviado al sur de Italia para servir en el 63º Regimiento de Infantería, que tenía guarnición en Salerno, en el Cuartel Camillo Boldoni, en via Duomo, mientras que el Regimiento gemelo (64º) estaba estacionado cerca de la actual estación de trenes en el Cuartel Umberto I.

Ambos regimientos formaban la Brigada de Infantería de Cagliari² y, para facilitar el desarrollo de una identidad nacional, los regimientos recibieron el nombre de una región o de una ciudad, pero la guarnición estaba lejos del asentamiento real y los soldados provenían de todas las regiones de Italia.

La orden de movilización de la Brigada de Cagliari se dio a las 19.00 horas del 22 de mayo de 1915³ y el soldado Giacomo Giassi era ahora un soldado italiano listo para ser enviado a la región de Friuli, mientras que el 63º Regimiento estaba comandado por el coronel Antonio Simoncelli y la Brigada de Cagliari por el mayor general Giacomo Desenzani.

Salió de Salerno en la tarde del 1 de junio y cruzó la frontera austriaca en los primeros días de junio de 1915, llegando a Codroipo dos días después. Su unidad estaba en el 3º Ejército italiano, 10º Cuerpo de Ejército, 20ª División de Infantería, y tuvo que marchar en la región de Friuli, para conquistar Trieste.

En Tapogliano, Begliano, Turriaco y en los pueblos cercanos se volvieron a entrenar jóvenes reclutas porque el Ejército Italiano estaba intentando en Pieris cruzar el río Isonzo y era seguro que una dura lucha estaba por comenzar y el 23 de junio. Los enfrentamientos alrededor del río fueron rebautizados más tarde como primera Batalla del Isonzo.

² ITALIA. Ministero della Guerra. Comando del Corpo di Stato Maggiore - Ufficio Storico (a.c.), *Indice delle truppe e dei servizi mobilitati durante la guerra 1915-18. Vol. I* – Le Truppe, Roma, Istituto poligrafico dello Stato, 1939.

³ SCALA, Ferdinando. *Il caduto dimenticato: la breve Grande Guerra di Federico Mensingher*. Napoli: Associazione Nazionale ex Allievi Nunziatella, 2016.

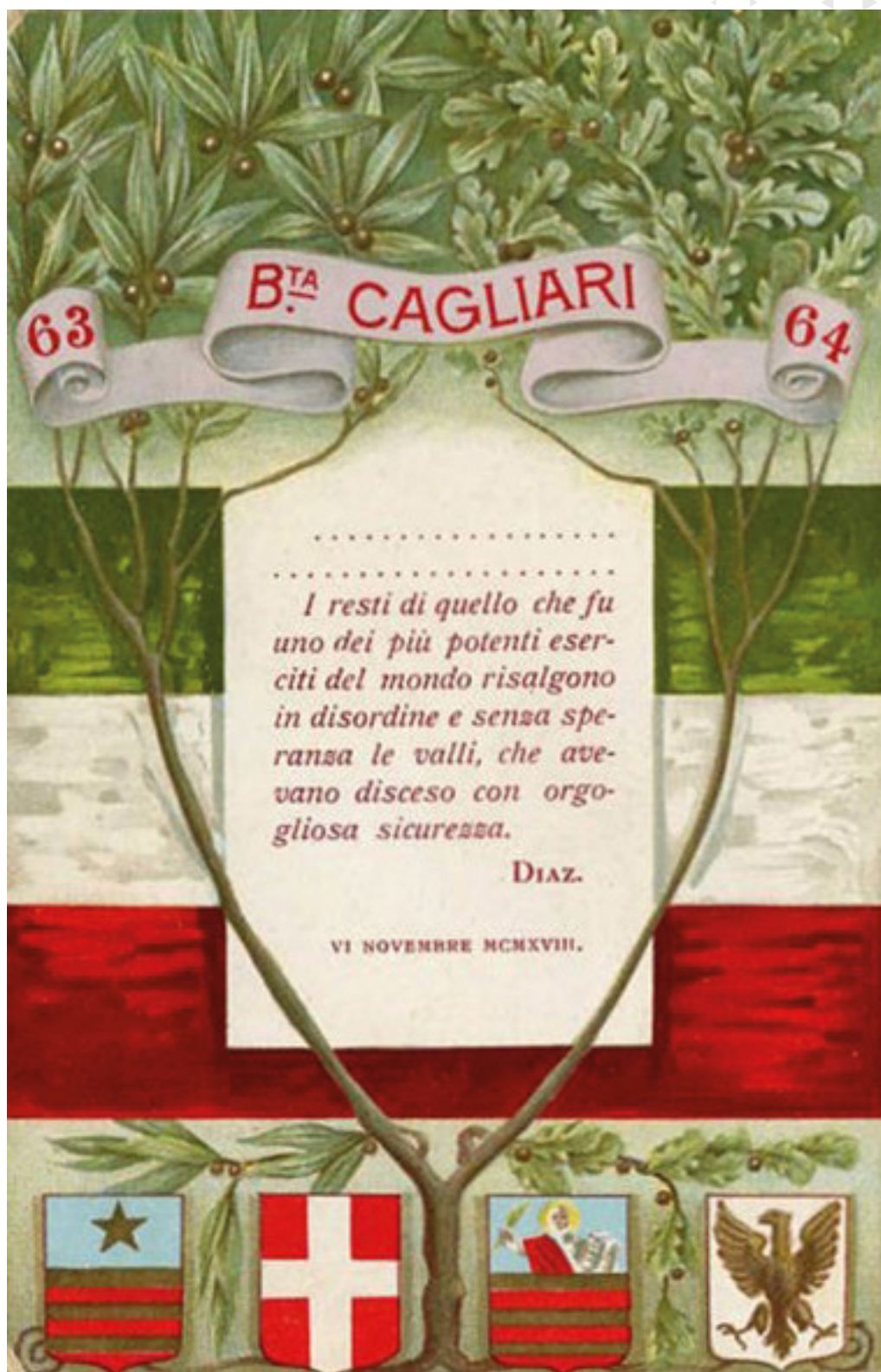


Fig. 2 - Postal del Brigada Cagliari
Fuente: Postalista



Fig. 3 - Tropas de asalto de la Brigada Cagliari con gorras y orejeras de acero, ubicación desconocida, c.1915.

Fuente: Zheit

La cabeza de puente de Pieris estaba bien defendida, pero el 1 de julio, la Brigada de Cagliari tuvo su bautismo de fuego y al día siguiente el 3º Batallón del 64º Regimiento de Infantería atacó las alturas de Polazzo junto con el 15º Regimiento de Infantería de la Brigada de Savona. La acción comenzó a las 10.30 horas y duró aproximadamente dos horas y 20 minutos, terminando con la captura de treinta y un austriacos.

Esa tarde el enemigo intentó en vano entrar en la trinchera que había perdido anteriormente⁴, El 4 de julio, ambos regimientos de la Brigada de Cagliari se encontraban en la línea de la cota 89 (donde hoy se encuentra el osario de Redipuglia) y monte Sei Busi. El enemigo envió patrullas desde sus trincheras y desde las alambradas de púas disparó contra los italianos que avanzaban, intentando incluso cercar a una compañía. El ataque fue suspendido, mientras que la 8ª Compañía del 17º Regimiento de Infantería capturó una trinchera y cuarenta prisioneros austríacos⁵.

Al día siguiente, el 63º Regimiento de Infantería sufrió otras 28 muertes, entre ellas Giacomo Giassi, desaparecido en combate en los ataques contra las alturas 112, 111 y 118 al este de Polazzo (no confundir con las alturas 111 y 118 de monte Sei Busi, al Este de Redipuglia)⁶.

⁴ ITALIA. Ministero della Guerra. Comando del Corpo di Stato Maggiore. Ufficio Storico L' esercito Italiano nella Grande Guerra a- v. II Tomo 1. Roma: Istituto Poligrafico dello Stato, 1929.

⁵ Ibid.

⁶ Registro de defunciones de la ciudad de Salerno del año 1915, parte II C (conservado en el archivo estatal de Salerno).

Giacomo fue abandonado a su suerte en el campo de batalla, mientras muchos colgaban de las alambradas enemigas, y lo confirma también el certificado de defunción del soldado Roberto de Roberto, de la 11ª Compañía del 64º Regimiento de Infantería, muerto el 5 de julio y enterrado en algún lugar del monte Sei Busi. Sólo de los caídos existen actas de defunción en los respectivos registros de defunción que se llevan en los municipios de nacimiento. Lamentablemente, los desaparecidos no fueron recordados, salvo unos pocos casos afortunados, cuando el Ejército emitió certificados de imposibilidad de rastrearlos (*Certificati d'irreperibilità*), después de años.

El soldado Filippo Russo, de la 8ª Compañía del 64º Regimiento de Infantería, murió en la cota 118 y fue enterrado en Polazzo al mes siguiente⁷. Teniendo en cuenta que la zona estuvo envuelta en duros combates hasta noviembre de 1915, los que no fueron recuperados en la tierra de nadie fueron encontrados después de agosto de 1916, cuando las tropas austríacas se retiraron a una nueva línea defensiva. Prueba de lo difícil que fue identificar a los muertos durante la limpieza del campo de batalla son los 60.000 desconocidos de los 100.000 soldados italianos enterrados en el cementerio de guerra de Redipuglia. Otros 40.000 nombres fueron informados erróneamente⁸; de hecho, el hermano de mi bisabuela fue considerado por las autoridades italianas como desconocido y nadie lo visitó hasta 2023, cuando por primera vez tuve la oportunidad de visitarlo (el campesino Rocco di Gaetano, nacido en San Cipriano Picentino, cerca de Salerno en 1891, y muerto por heridas recibidas en monte Sei Busi el 21 de julio de 1915, como soldado de infantería del 136º Regimiento, Brigada de Infantería de Campania).

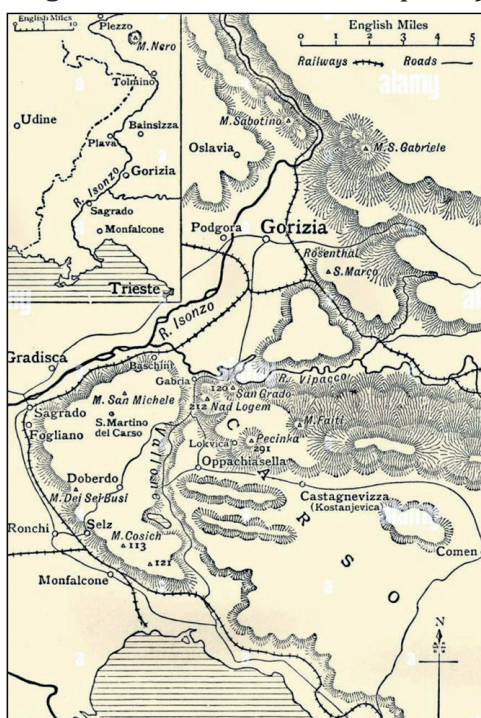


Fig. 4 - El frente del Carso

Fuente: The Print Collector

⁷ Ibid.

⁸ Ver em NUOVO aggiornamento del 13 luglio 2025 elenco caduti sacrario di redipuglia sepolti con dati errati. Caduti del Carso nella Grande Guerra, 13 jul. 2025. Disponível em <<https://icadutidelcarso.blogspot.com/>>. Acesso em 20 jul. 2025.



En el Carso, sector oriental del frente o llamado Frente Sudoriental por los austríacos, cayeron otros brasileños en 1915, no sólo el soldado Giassi. Augusto Chiappa⁹, nacido en Brasil el 16 de abril de 1893, fue llamado de nuevo al Distrito Militar de Bérgamo y, como soldado del 10º Regimiento de Infantería, fue reportado como desaparecido en el monte San Michele el 21 de julio de 1915, cuando ocho batallones austríacos repelieron a los Bersaglieri y a la infantería italiana. Francesco Crespolini¹⁰, nacido el 3 de abril de 1899, fue al Distrito Militar de Lecco y ciertamente mintió sobre su edad real y fue integrado en el 73º de Infantería como cabo mayor.

El cabo Lugi Della Benetta¹¹ nació en Brasil el 25 de abril de 1895 y fue llamado al Distrito Militar de Verona, luego fue enlistado en el 17º de Infantería y murió en acción el 22 de julio de 1915, al este de la altura 65 de Selz. La misma suerte corrió el soldado Giuseppe Delfini¹², nacido el 22 de octubre de 1892 y llamado de nuevo al Distrito Militar de Treviglio, desaparecido como miembro del 30º Regimiento de Infantería el 21 de julio de 1915 en el monte San Michele.

Francesco Pifferi¹³, nacido el 28 de junio de 1892, del Distrito Militar de Cremona, desapareció el 2 de julio de 1915 en la cota 89 de Polazzo como soldado del 16º de Infantería. El último brasileño caído fue Pietro Vida¹⁴, nacido el 3 de junio de 1895 en el Distrito Militar de Venecia, desaparecido en el monte San Miguel el 22 de julio de 1915 como soldado de infantería del 156º Regimiento de Infantería.

El mes anterior ya había caído Pietro Martin¹⁵, nacido el 12 de diciembre de 1893 (Distrito Militar de Treviso), desaparecido el 16 de junio de 1915 en la zona del Isonzo, militar del 135º de Infantería. Giovanni Michelazzo¹⁶ soldado numero de matricula n. 45.387 del 94º de Infantería, nació el 15 de octubre de 1893 en Rovolon (Padua), ciudadano brasileño, cayó el 30 de junio de 1915 en el monte Cosich, recibió una medalla de bronce al valor militar con la cita: "mientras avanzaba y luchaba con coraje y firmeza, mostrándose un ejemplo para sus compañeros, cayó mortalmente herido en el campo del honor¹⁷".

En agosto de 1915 cayeron otros dos brasileños en la zona del monte San Michele, Antonio Donadon¹⁸, fusilero del 15º Batallón de Fusileros, nacido el 15 de septiembre de 1895 (Distrito militar de Treviso), desaparecido el 1 de agosto, y Amerigo Gottardi¹⁹, artillero del 10º Regimiento de Artillería de Campaña, muerto por la explosión de una granada el 27 de agosto.

En octubre se desató la tercera ofensiva italiana sobre Carso y murió Giuseppe di Paolo, militar de la 17ª Infantería y del Distrito Militar de Chieti, nacido el 21 de mayo de 1894 y muerto a causa de sus heridas en un puesto de primeros auxilios en Ronchi el 23 de octubre. Está enterrado en el cementerio de Redipuglia²⁰.

⁹ Registro de los italianos caídos en la Gran Guerra Veneto I - (v. XXVI), p. 773, n. 24.

¹⁰ Registro de los italianos caídos en la Gran Guerra Lombardía III - (v. XII) p. 301, n. 2.

¹¹ Registro de los italianos caídos en la Gran Guerra Veneto III - (v. XXIX) p. 193, n. 29.

¹² Registro de los italianos caídos en la Gran Guerra Lombardía II - (v. XI) p. 301, n. 21.

¹³ Registro de los italianos caídos en la Gran Guerra Lombardía III - (v. XII) p. 683, n. 28.

¹⁴ Registro de los italianos caídos en la Gran Guerra Veneto I - (v. XXVI) p. 773, n. 24.

¹⁵ Registro de los italianos caídos en la Gran Guerra Veneto I - (v. XXVI) p. 458, n. 5.

¹⁶ Registro de los italianos caídos en la Gran Guerra Veneto III - (v. XXIX) p. 377, n. 24.

¹⁷ Disponível em <http://decorativalvalormilitare.istitutonaostroazzurro.org/> p.1.

¹⁸ Registro de los italianos caídos en la Gran Guerra Veneto I - (v. XXVI) p. 291, n. 30.

¹⁹ Registro de los italianos caídos en la Gran Guerra Emilia I - (v. VII) p. 392, n. 23.

²⁰ Registro de los italianos caídos en la Gran Guerra Abruzzo e Molise - (v. II) p. 289, n. 21.



Amilcare Landini²¹, nacido el 3 de julio de 1891 y militar del Distrito Militar de Mantua, cayó sobre San Michele el 23 de octubre de 1915 cuando la 31ª Infantería atacó la trinchera *delle Frasche* (llamada así porque estaba cubierta de matorrales para camuflarla) ocupada por la 46ª y la 49ª Infantería húngara, pero un contraataque hizo retroceder a los defensores y capturó a 466 italianos mientras que unos 1.000 yacían muertos dentro y cerca de las trincheras²². No muy lejos de allí, en el monte San Michele, entre las cimas 3 y 4, murieron los infantes de marina del 112º Regimiento de Infantería Branlio Lupi²³, nacido el 16 de agosto de 1889 y alistado en el Distrito Militar de Reggio Emilia y Pietro Polesso²⁴, nacido el 27 de diciembre de 1893 y alistado en Treviso.

El 21 de octubre, los regimientos de infantería 21 y 22 de la brigada de Cremona avanzaron hacia las alturas 77 y 85 en Monfalcone, pero tuvieron que regresar a sus líneas de partida dos días después, sufriendo la pérdida de 2.500 hombres. Entre ellos se encontraba el brasileño Luigi Minello, nacido el 5 de julio de 1888 y alistado en el Distrito Militar de Treviso²⁵. También el 63º Regimiento de Infantería de la Brigada Cagliari intentó avanzar de nuevo después de un verano pasado luchando en vano, pero los 1º y 4º batallones en la altura 118 del monte Sei Busi hicieron un progreso mínimo, derrotando a la artillería enemiga en el área descubierta alrededor de la cima de la montaña. Entre los centenares de caídos había un desaparecido, Rizieri Ruffini, cabo alistado en el Distrito Militar de Cremona, nacido el 8 de diciembre de 1894²⁶.

Con el barro y la lluvia el Carso era un lodazal pero el comandante en jefe del Ejército, teniente general Luigi Cadorna, ordenó continuar cada ofensiva y "tomar posiciones dondequiera que se hubiera conquistado terreno", y así murieron otros soldados nacidos en Italia y que se habían nacionalizado brasileños o habían nacido directamente en Brasil. Luigi Amedei²⁷ nació el 20 de julio de 1895 y fue llamado a filas en el Distrito de Parma. Cayó en el monte San Michele como soldado de infantería del 20º Regimiento.

Giovanni Berti²⁸, nacido el 12 de junio de 1894 y llamado de nuevo a Lucca como soldado de infantería del 126º de Infantería, había conquistado el pueblo de Zagora en octubre contra el temido *Hoch und Deutschmeister* austríaco, pero el 25 de noviembre cayó en acción en Oslavia. En la toma de este pueblo murieron también Paolo Brigato²⁹, del 127º Regimiento de Infantería, nacido el 30 de noviembre de 1893 y llamado de nuevo a Rovigo. Salvatore Carpaneto³⁰, cayó el 3 de noviembre, soldado de infantería del 74º Regimiento de Infantería, nacido el 12 de septiembre de 1890 y llamado de nuevo al Distrito Militar de Génova, y Luigi Cena³¹, del 128º Regimiento, nacido el 26 de abril de 1895, llamado de nuevo a Turín y muerto el 19 de noviembre.

²¹ Registro de los italianos caídos en la Gran Guerra Lombardia I - (v. XI) p. 458, n. 6.

²² FOGGAL és körömmel. A Nagy Háború. 21 out. 2015. Disponível em <https://nagyhaboru.blog.hu/2015/10/21/foggal_es_korommel>. Acesso em 20 mai. 2025.

²³ Registro de los italianos caídos en la Gran Guerra Emilia II - (v. VIII) p. 431, n. 12.

²⁴ Registro de los italianos caídos en la Gran Guerra Veneto I - (v. XXVI) p. 597, n. 25.

²⁵ Registro de los italianos caídos en la Gran Guerra Veneto I - (v. XXVI) p. 489, n. 28.

²⁶ Registro de los italianos caídos en la Gran Guerra Lombardia III - (v. XII) p. 776, n. 12.

²⁷ Registro de los italianos caídos en la Gran Guerra Emilia II - (v. VIII) p. 14, n. 24.

²⁸ Registro de los italianos caídos en la Gran Guerra Toscana II - (v. XXIV) p. 79, n. 8.

²⁹ Registro de los italianos caídos en la Gran Guerra Veneto III - (v. XXVIII) p. 111, n. 6.

³⁰ Registro de los italianos caídos en la Gran Guerra Liguria - (v. IX) p. 94, n. 23.

³¹ Registro de los italianos caídos en la Gran Guerra Piemonte I - (v. XIV) p. 123, n. 6.

Se puede decir que Oslavia fue la tumba de los militares de origen brasileña en 1915: otros caídos fueron Arturo Fregni³², soldado de la 72° Infantería, nacido el 21 de octubre de 1890 y llamado a Mantua, muerto el 21 de noviembre de 1915. Giovanni Furlan³³, nacido el 4 de mayo de 1894 y llamado a Rovigo, desaparecido en acción el 18 de noviembre como soldado de infantería de la 127° Infantería, durante un asalto.

Dima Nadin³⁴ nació el 11 de noviembre de 1894, llamado a Sacile y enviado a la 132° Infantería en monte San Michele, donde también perdió la vida Amerigo Preti³⁵ el 25 de noviembre, nacido en Brasil el 23 de marzo de 1895 y llamado a Reggio Emilia, asignado a la 67° Infantería.



Fig. 5 - La primera línea austriaca entre el monte San Michele (al fondo) y el pueblo de San Martino del Carso

Fuente: VERLAG, Vasja Klavara. *Die Karstfront 1915-1916*, 2008, p. 235.

En diciembre, cuando el frente estaba paralizado y sólo había enfrentamientos esporádicos, como ataques nocturnos y disparos aislados de francotiradores, se registraron algunos brasileños más muertos en acción, mientras que otros murieron de enfermedades.

En las trincheras de Oslavia murió Oreste Cavallaro³⁶, quizás por una granada o por un disparo de fusil: había nacido el 11 de noviembre de 1889 y estaba destinado en el 153° de Infantería en el Distrito de Venecia. El último en caer directamente a causa de la guerra fue Emilio Grimoldi³⁷, nacido el 13 de diciembre de 1890 y llamado de nuevo a Lodi, fue reportado como desaparecido el 3 de diciembre en la zona ocupada por la 67° Infantería en el monte San Michele, alrededor de la altura 124 de Peteano.

³² Registro de los italianos caídos en la Gran Guerra Lombardia II - (v. XI) p. 371, n. 6.

³³ Registro de los italianos caídos en la Gran Guerra Veneto III - (v. XXVIII) p. 265, n. 13.

³⁴ Registro de los italianos caídos en la Gran Guerra Veneto II - (v. XXVII) p. 378, n. 26.

³⁵ Registro de los italianos caídos en la Gran Guerra Emilia II - (v. VIII) p. 603, n. 4.

³⁶ Registro de los italianos caídos en la Gran Guerra Veneto I - (v. XXVI) p. 182, n. 5.

³⁷ Registro de los italianos caídos en la Gran Guerra Lombardia III - (v. XII) p. 457, n. 15.

La lucha por el Carso di Doberdò, especialmente en las alturas de San Michele - Sei Busi y Cosich, continuó de nuevo con la llegada de la primavera y una quinta ofensiva se lanzó nuevamente en marzo de 1916, con el uso por primera vez de lanzallamas, contra la llamada "trinchera Z".

Las elevadas pérdidas no supusieron ninguna ventaja territorial, por lo que el enemigo tomó la iniciativa: los austrohúngaros, después de un potente bombardeo, atacaron las posiciones italianas y rompieron las líneas, amenazando incluso con alcanzar la ciudad de Vicenza³⁸. Muchos fueron dados por desaparecidos y considerados caídos en el período de posguerra. Uno de ellos fue Andrea Sensale, nacido el 9 de mayo de 1894, llamado de nuevo a Salerno en el 64º de Infantería del Cagliari y desaparecido desde el 15 de mayo de 1915 al norte de Asiago³⁹.

Los italianos poco después pasaron al contraataque, ayudados por los rusos que con la Ofensiva Brusilov en el este infligieron fuertes pérdidas al enemigo, hicieron fracasar la ofensiva en Trentino, pero mientras se preparaba una sexta ofensiva para tomar Gorizia, los austriacos utilizaron el gas por primera vez contra los italianos.

La 20ª División húngara rompió las líneas italianas al amanecer del 29 de junio de 1916, infligiendo 7.000 pérdidas, pero en realidad no logró ningún éxito estratégico. Dos brasileños fueron asfixiados, el subteniente Michele Pittaluga⁴⁰, nacido el 9 de septiembre de 1893 y destinado en el 10º de Infantería en Milán, y Giovanni Vezzoli⁴¹, nacido el 22 de febrero de 1893 y destinado en el 3º de Infantería en Treviglio. El primero recibió una medalla de bronce por su valor, mientras que el segundo está enterrado en el cementerio de Redipuglia.



Fig. 6 - El gran cementerio de Redipuglia con las alturas de Polazzo al norte, campo de batalla de 1915 a 1916

Fuente: Wikimedia/Wikicommons

El 4 de agosto de 1916 los italianos iniciaron un bombardeo y algunos ataques de diversión y dos días después atacaron por todo el Carso, saltando a las trincheras destruidas y capturando los objetivos después de trece meses de combates. El avance se realizó unos buenos 10 kilómetros después de que los austriacos abandonaron las trincheras cerca de San Michele y Sei Busi durante la noche del 10 al 11 de agosto.

³⁸ ITALIA. Ministero della Guerra. Comando del Corpo di Stato Maggiore. *Ufficio Storico "L' esercito Italiano nella Grande Guerra - V. II Tomo 1"*. Roma: Instituto Poligrafico dello Stato, 1929/VII.

³⁹ Registro de los italianos caídos en la Gran Guerra Campania I - (v. V) p. 632, n. 7.

⁴⁰ Registro de los italianos caídos en la Gran Guerra Lombardia I - (v. X) p. 590, n. 3.

⁴¹ Registro de los italianos caídos en la Gran Guerra Lombardia II - (v. XI) p. 887, n. 26.

⁴² Registro de los italianos caídos en la Gran Guerra Lombardia II - (v. XI) p. 42, n. 24.

⁴³ Registro de los italianos caídos en la Gran Guerra Abruzzo e Molise- (v. II) p. 126, n. 6.



En todo caso, estos combates fueron muy feroces y cayeron otros brasileños, como por ejemplo Ugo Bacchi⁴² (nacido el 1 de julio de 1896 y destinado al 205° de Infantería en Mantua) que desapareció cerca de Oslavia el 6 de agosto. Agostino Clematide⁴³ del 123° de Infantería, nacido el 31 de diciembre de 1895 y perteneciente al distrito militar de Sulmona, fue muerto el 11 de agosto, en Doberdò.

El Carso fue la tumba de muchos otros soldados hasta el 24 de octubre de 1917, cuando la ofensiva de Caporetto, planificada conjuntamente por alemanes y austríacos, obligó al Ejército Real italiano a retirarse al río Piave. Tal vez esta derrota, una pérdida de territorio conquistado que le costó a Italia alrededor de 300.000 muertos, hizo que quienes antes no se habían interesado o eran demasiado jóvenes respondieran al llamado a las armas, y muchos reclutas de América del Norte y del Sur llegaron a Italia, dispuestos a defender su nación (porque ahora el enemigo estaba en suelo italiano, mientras que el Carso estaba en territorio austríaco).

Hasta noviembre de 1918, los ítalo-brasileños perdieron 72 caídos y 8 desaparecidos en el frente debido a consecuencias directas de la guerra, 6 de los cuales durante la defensa del Piave en junio de 1918. Para muchos de ellos, se desconoce su entierro y a todos ellos dedico pues mi artículo, aunque Giacomo Giassi fue el militar tomado como ejemplo entre los muchos muertos en el Carso, una oportunidad para investigar a todos estos jóvenes empleados en el sector más caliente del frente italiano.

⁴² Registro de los italianos caídos en la Gran Guerra Lombardia II - (v. XI) p. 42, n. 24.

⁴³ Registro de los italianos caídos en la Gran Guerra Abruzzo e Molise- (v. II) p. 126, n. 6.



BIBLIOGRAFIA

FOGGAL és körömmel. *A Nagy Háború*. 21 out. 2015. Disponível em <https://nagyhaboru.blog.hu/2015/10/21/foggal_es_korommel>. Acesso em 20 mai. 2025.

ITALIA. Ministero della Guerra. Comando del Corpo di Stato Maggiore. *Ufficio Storico "L' esercito Italiano nella Grande Guerra - V. II Tomo 1*. Roma: Istituto Poligrafico dello Stato, 1929/VII.

ITALIA. Ministero della Guerra. Comando del Corpo di Stato Maggiore. *Ufficio Storico (a.c.), Indice delle truppe e dei servizi mobilitati durante la guerra 1915-18. V. I – Le Truppe*, Roma, Istituto Poligrafico dello Stato, 1939.

NUOVO aggiornamento del 13 luglio 2025 elenco caduti sacrario di redipuglia sepolti con dati errati. . *Caduti del Carso nella Grande Guerra*, 13 jul. 2025.

Registro de los italianos caídos en la Gran Guerra.



Matteo D'Angella é estudante universitário italiano com paixão pela História, dedicando seu tempo à pesquisa sobre o sul da Itália. Estuda unidades do Exército Real Italiano ligadas à sua região (brigadas de Campânia, Cagliari e Salerno) e também seus opositores, como o 63º Regimento de Infantaria prussiano, discutindo a história dessa unidade alemã com membros da *Western Front Association*. Compartilhou documentação sobre os combates contra os australianos em Pozières e contra o 9º East Surrey em Ypres. Colaborou brevemente com o Instituto Nacional de Memória da Polônia, com o grupo húngaro *A Nagy Háború*, com o Ministério da Defesa da República Tcheca e com a Comissão de Túmulos de Guerra da Eslováquia.

**LUAR ARTIFICIAL O EXPERIMENTO DE EMPREGO
DOS HOLOFOTES ANTIAÉREOS PELA FORÇA
EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA NOS CAMPOS DE
BATALHA DA ITÁLIA**

Wellington Ferreira Gomes



Resumo: Desde as guerras do mundo antigo até os conflitos militares da atualidade, a escuridão tem limitado a visibilidade no campo de batalha. Esta condição natural afeta a navegação, a coordenação, o controle e o uso eficiente da força militar durante os combates, tarefas exigentes das batalhas mesmo quando a visibilidade é restrita. Para se contrapor a esta restrição, a tecnologia do mundo moderno produziu dispositivos que reduzem os efeitos da escuridão da noite, uma das quais são os holofotes antiaéreos. O presente artigo visa revisitar um experimento militar em operações noturnas conduzidas pela Força Expedicionária Brasileira com o emprego do artifício conhecido como luar artificial, em ação coordenada com as baterias de holofotes da Artilharia Anti-aérea do Exército dos EUA, no contexto do Teatro de Operações da Itália durante a Segunda Guerra Mundial.

Palavras-chave: Holofote antiaéreo. Luar artificial. Iluminação do campo de batalha.

Abstract: From the wars of the ancient world to today's military conflicts, darkness has limited visibility on the battlefield. This natural condition affects navigation, coordination, control and the efficient use of military force during combat, demanding battle tasks even when visibility is restricted. To counter this restriction, the technology of the modern world has produced devices that reduce the effects of darkness at night, one of which is the anti-aircraft searchlight. This article aims to revisit a military experiment in night operations conducted by the Brazilian Expeditionary Force, using the artifice known as artificial moonlight, in coordinated action with the searchlight batteries of the US Army's Anti-Aircraft Artillery, in the context of the Italian Theater of Operations during the Second World War.

Keywords: Anti-aircraft searchlight. Artificial moonlight. Battlefield illumination.

INTRODUÇÃO

Desde a concepção do Estado moderno, tem-se o entendimento conceitual da guerra como um fenômeno social complexo, de natureza bélica, que envolve o conflito militar entre forças nacionais beligerantes ou contra forças irregulares. Deste conceito, incluem-se as políticas de defesa, as economias de guerra, estratégias, estruturas organizacionais, mobilizações, táticas, doutrinas, batalhas, equipamentos e outras formas de atividades militares e não-militares.

No contexto das táticas e doutrinas, um dos fenômenos naturais que frequentemente influencia na tomada de decisão de um comandante de força sempre foi o tempo de luz ou, em outra perspectiva, a ausência dela. Não por acaso que na teoria da guerra o filósofo militar Clausewitz (1984, p. 143), ao abordar no clássico *On War*, coloca o *time of day* (hora do dia) como um dos fatores de decisão que sempre acompanha o emprego dos meios bélicos para o alcance dos fins da guerra.

Segundo Clausewitz (1984), em uma guerra todo engajamento militar leva certo tempo de execução, principalmente os de grande vulto, que demandam muitas horas de combate; no entanto, é a chegada da noite que impõe restrições a todos os tipos de engajamentos, mesmo em tempos atuais.

Isto gera a necessidade de que haja condições especiais para justificar o emprego de operações noturnas. Em um exemplo, a aproximação da noite pode finalizar um ataque já em andamento, o que pode proporcionar aos defensores o reagrupamento de suas forças. Noutro exemplo, a ausência da luz do dia pode encerrar uma perseguição ao inimigo, possibilitando às tropas perseguidas uma oportunidade de retirada sob a proteção da escuridão.



Para ilustrarmos bem a importância da visibilidade em um campo de batalha, voltemos cerca de 3.200 anos atrás, nos tempos do fim do êxodo de Israel, onde verificamos na literatura das Sagradas Escrituras Cristãs, o caso de Josué, sucessor de Moisés na condução do povo de Israel, quando, na perseguição aos exércitos dos amorreus, falou a Deus:

Sol, detém-te em Gibeão, e tu, lua, no vale de Aijalom. E o sol se deteve, e a lua parou até que o povo se vingou de seus inimigos. Não está isto escrito no Livro dos Justos? O sol, pois, se deteve no meio do céu e não se apressou a pôr-se, quase um dia inteiro (Bíblia, 1993 [Josué, 10: 12-13]).

E o texto prossegue dizendo que não houve dia semelhante a este, nem antes, nem depois, assim sendo, como se contrapor às restrições impostas pela escuridão nos tempos modernos? Como resposta a esta questão, a tecnologia do mundo moderno elaborou diversos dispositivos que reduzem os efeitos da luminosidade limitada causada pela escuridão da noite.

Um desses dispositivos são os holofotes que projetam a longas distâncias um forte fecho de luz. O emprego das baterias de holofotes, orgânicas das artilharias antiaéreas das forças aliadas, durante a Segunda Guerra Mundial, contribuiu na iluminação de áreas operacionais e de pontos táticos em prol das forças terrestres empregados nos teatros de guerra da África, da Europa e do Pacífico.

Antes de prosseguir, cabe um esclarecimento sobre os termos empregados neste artigo. O termo em inglês *searchlight* pode ser traduzido na língua portuguesa como holofote, no entanto, no léxico militar há outros dois termos comumente empregados (projetor e refletor) que no contexto da guerra era empregado ora um, ora outro. No tocante ao vocábulo holofote, verificamos que não era um termo usual entre os militares febianos, porém, neste trabalho de pesquisa, as três expressões estão sendo consideradas como sinônimas.

Também se faz necessário pontuar o fato de que alguns documentos que constam nesta pesquisa, originários de entidades governamentais, receberam ao longo de seu ciclo de classificação algum grau de sigilo em função de informações que poderiam afetar a defesa nacional. Do mesmo modo, o acervo documental de fonte primária produzido pela Força Expedicionária Brasileira (FEB), elaborado ainda no Teatro de Operações da Itália, também recebeu classificação sigilosa.

Outro dado interessante, observado nos escritos sobre a atuação da FEB, foi o fato de que os veteranos¹ de guerra brasileiros consideravam o emprego dos holofotes antiaéreos como um evento extraordinário ou de pequena grandeza nos céus da Itália, muitas vezes aproveitando a luminosidade dos holofotes nos deslocamentos noturnos. Ainda assim, muito pouco explorado nas obras literárias, havendo breves referências sobre o assunto.

Essa situação foi surpreendente saber em razão de que no Brasil do pós-guerra, salvo melhor pesquisa, houve poucos registros históricos publicados em revistas militares especializadas² ou mesmo em manuais operacionais. Situação bem diferente dos periódicos militares de outras nacionalidades, que logo fizeram registrar em diversas publicações.

¹ Depoimentos de veteranos da Segunda Guerra Mundial colhidos para a História Oral do Exército Brasileiro.

² No periódico *A Defesa Nacional* foi publicado um artigo intitulado "Projetores Antiaéreos", de autoria do major Floriano, em que atribuiu como "eventuais ou secundárias" as outras tarefas executadas pelos projetores antiaéreos durante a Segunda Guerra, Ver MENDES, Floriano Moura Brasil. *Projetores Antiaéreos. A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, v. 37, n. 432, 1950. Disponível em: <<https://ebrevistas.eb.mil.br/ADN/article/view/10909>>. Acesso em 12 mai. 2025.



Os poucos registros bibliográficos que exploram melhor o assunto foram de iniciativa pessoal, em obras como as *Memórias de um soldado*³ e o *Sexto Regimento de Infantaria Expedicionário*⁴. Neste último, por exemplo, o autor afirma que: “Tivemos a 23 de janeiro a primeira experiência de iluminação do campo de batalha por refletores” (Silveira, 1947, p. 81).

Isso posto, acredita-se que o tema da iluminação dos campos de batalha por holofotes antiaéreos caiu no esquecimento por efeito das restrições de acesso à informação aliada às diferentes nomenclaturas dos termos militares, bem como pelos poucos registros deixados pelos veteranos da Segunda Guerra. Isso tudo causou a esta investigação científica suficientes dificuldades no levantamento, no estudo e na coleta de dados sobre o tema no Brasil.

O presente artigo visa, portanto, resgatar a memória desse experimento doutrinário realizado pela FEB na Itália, cujo emprego dos holofotes antiaéreos contribuiu em algumas ações operacionais noturnas dos elementos de manobra e de apoio de fogo da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária, assim como, verificar se esse experimento deixou algum legado ou contribuição doutrinária para o Exército Brasileiro do pós-guerra.

Já é consenso no meio acadêmico que muitas das descobertas científicas foram feitas com enorme contribuição do acaso. Essa máxima também foi razão do meu interesse por esta pesquisa na qual, fruto de uma leitura despretentosa de um catálogo do Arquivo Histórico do Exército (AHEx), no tocante às documentações originais da FEB, observei um dado que sobressaiu de fato curioso, a saber, as “Experiências sobre o emprego de projetores” (Brasil, 1985, p. 41). Os procedimentos metodológicos de investigação tiveram um caráter científico do tipo exploratório, em face dos escassos estudos sobre o assunto. Portanto, buscou-se extrair, por meio de um levantamento bibliográfico, o máximo de dados coletados de fontes primárias, como diários e memórias, bem como em sítios eletrônicos de entidades oficiais.

Buscou-se também fontes de história oral através de depoimentos de veteranos da Segunda Guerra colhidos pelo Exército Brasileiro e dados de fontes secundárias por meio de livros, ensaios científicos e palestras em eventos. Realizou-se, ainda, uma pesquisa de campo com realização de coleta de dados e análise documental dos arquivos coligidos no AHEx, como relatórios, notas de instrução, informações, planos de operações, ordens impressas, cartas topográficas, manuscritos e observações mimeografadas.

Este trabalho de pesquisa justifica-se por ser um tema diferenciado e inexistente seu estudo no Brasil, além de contribuir de forma mais ampla no campo da história militar no sentido de estabelecer uma conexão entre dois fenômenos distintos: a guerra e a luz; a primeira como fenômeno social, a segunda obtida de forma natural ou artificialmente. Se quisermos investigar esta intrínseca relação, devemos começar com o contexto histórico do assunto.

Assim sendo, vamos apresentar as origens dos holofotes militares e seu desenvolvimento durante a Primeira Guerra Mundial, na sequência abordaremos a mudança de papel dos projetores antiaéreos nos últimos anos da Segunda Guerra Mundial e, por fim, vamos tratar do experimento doutrinário apresentando casos reais de combate entre os elementos de manobra da FEB contra as forças ítalo-alemãs.

³ SILVA, Ernani Ayrosa. *Memórias de um Soldado*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985.

⁴ SILVEIRA, Antorildo. *O Sexto Regimento de Infantaria Expedicionário: fatos da campanha do 6º RI em território da Itália*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1947.



EMPREGO TÁTICO INICIAL DOS HOLOFOTES

Segundo o historiador militar inglês Keith Brigstock⁵ (2007), o Exército Britânico empregou holofotes pela primeira vez na África do Sul, implantando holofotes navais embarcados em trens de uso militar durante a Guerra Anglo-Boer⁶, primeiramente em função de uma comunicação sinalizada em código Morse, posteriormente, iluminando as reconstruções das linhas férreas realizadas no período noturno.

No entanto, vale destacar as observações feitas pelo coronel Wood, oficial do Real Corpo de Engenheiros e veterano da guerra Anglo-Boer, sobre as capacidades dos holofotes navais embarcados em vagões de trens, publicada no periódico *Professional Papers of the Corps of Royal Engineers*:

(a) Vasculhar a posição de um inimigo à noite, divulgando assim qualquer trabalho que ele possa estar fazendo na forma de reparos ou novos trabalhos. (b) Como um feixe de sentinela em um flanco exposto. (c) Muitos homens, após um combate que dura até o anoitecer, perdem o caminho e caem nas mãos do inimigo. Se um feixe fosse direcionado para o céu, guiaria muitos para o acampamento (Wood, 1901, p. 52, tradução livre do autor)⁷.

Por intermédio dessas observações, verifica-se uma visão de futuro sobre as novas possibilidades de uso militar que os holofotes poderiam oferecer às forças militares de terra.

Alguns anos depois, fruto das lições aprendidas da guerra contra os bôeres, os holofotes tiveram novamente a sua aplicabilidade testada na Primeira Guerra Mundial, seja na iluminação da costa marítima ou no campo de batalha, atuando como um suporte de iluminação direta às operações noturnas em proveito das forças de ataque e de defesa (Drysdale, 1917; Kuldell, 1917; Cress, 1919).

No entanto, isso logo mudaria em razão do emprego de aeronaves com capacidades de invasão aos espaços aéreos, ameaçando os territórios da França e da Grã-Bretanha por meio de bombardeamentos noturnos (Brigstock, 2007).

Segundo Cress (1919), oficial do Corpo de Engenheiros do Exército norte-americano destacado na Frente Ocidental em fins de 1917, os relatórios da Força Expedicionária Americana já apontavam o novo emprego militar dos holofotes na busca à noite por alvos aéreos, somando esforços junto às defesas antiaéreas.

Esse fato tem como fundamento a intensidade e a extensão das incursões aéreas noturnas nos últimos anos da guerra, realizadas por aeronaves e dirigíveis do tipo Zeppelin, cujo alcance atingiam as linhas de retaguarda das Forças Aliadas.

⁵ Discurso de Brigstock proferido no *Newcome Hall in Royal Artillery Historical Society*, em Larkhill, Salisbury, Reino Unido, em 17 de janeiro de 2007.

⁶ Conflito militar entre o Império Britânico e as Repúblicas Bôeres da África do Sul (1899-1902).

⁷ Texto original: "(a) Searching an enemy's position at night, thus disclosing any work he may be doing in the way of repairs or new works. (b) As a sentry beam on an exposed flank. (c) Many men, after an engagement lasting up till dark, lose, their way and fall into the enemy's hands. If a beam were directed up into the sky it would guide many to camp".



Para confrontar esse novo desafio, era essencial o desenvolvimento de holofotes ágeis e altamente portáteis para as defesas antiaéreas, capazes de elevar a ângulos de até 90° (Cress, 1919).

No entanto, segundo Brigstock (2007), vários problemas de ordem técnica e operacional surgiram quando os holofotes costeiros e suas unidades foram mobilizados para tarefas antiaéreas. Como solução, foram criados grupos e organizações de engenheiros, civis e militares, que estabeleceram diversas alterações necessárias para o desenvolvimento de novos modelos de holofotes antiaéreos e que, de certa forma, promoveram novas táticas de emprego.

Nesse contexto, fruto dessa evolução tecnológica e doutrinária surgiu, pela primeira vez nos registros da história militar, o efeito do luar artificial realizado quase no fim da Primeira Guerra pela 34ª Seção de Projétores Antiaéreos do Exército Britânico, no cenário das operações do Teatro da Itália, conforme verificamos no trecho a seguir:

Em agosto [de 1918], ataques simultâneos em larga escala foram feitos em muitos lugares pelos britânicos em conjunto com os franceses à sua direita. Durante estes, ocorreu o primeiro uso registrado de holofotes apontados para cima para produzir o luar artificial. Os ataques foram muito bem-sucedidos e resultaram na retirada do inimigo em uma frente de quatro milhas para trás de Asiago, uma retirada que produziu muito trabalho de engenharia em comunicações e defesa (United Kingdom, 1952, p. 672, tradução livre do autor, grifo nosso)⁸

Esse fato histórico marcou o início de uma nova era dos projétores, possibilitando apoiar não só a defesa antiaérea, mas também os elementos de manobra e de apoio de fogo por intermédio de uma nova técnica de iluminação do campo de batalha.

Entretanto, com o fim da Primeira Guerra Mundial, a iluminação do campo de batalha, por meio desse artifício, ficou adormecido por mais de vinte anos, só reaparecendo nos anos quarenta, em plena Segunda Guerra Mundial.

TÉCNICAS DO LUAR ARTIFICIAL

De acordo com o artigo intitulado *Battlefield Illumination*, publicado no periódico *Infantry School Quarterly* (1949), tema considerado de acesso restrito pelos editores da revista, a iluminação do campo de batalha⁹ com o emprego dos holofotes antiaéreos podia ser realizada de duas formas: direta ou indireta.

Na técnica de iluminação direta, as luzes ocupam posições que tem cobertura direta da linha de visada à área do alvo. Como podemos verificar na imagem superior da figura 1, a iluminação direta produzia uma luz intensa no objetivo, deste modo, todo o movimento dentro da

⁸ Texto original: "August, large scale simultaneous raids were made at many places by the British in conjunction with the French on their right. During these occurred the first recorded use of searchlights pointed upwards to produce artificial moonlight. The raids were very successful and resulted in the withdrawal of the enemy on a four-mile frontage to behind Asiago, a withdrawal which produced much engineer work on communications and defences".

⁹ Segundo o manual de campanha FM 20-60 (1970), a definição de iluminação de campo de batalha é a iluminação da zona de ação de tropas de combate terrestre e de apoio ao combate por meios artificiais, cujo efeito pode ser observado a olho nu.

área do objetivo era facilmente visto pelos observadores de artilharia e pelos elementos avançados de infantaria. A iluminação direta também causava no inimigo o efeito da “cegueira” enquanto mantinha-se o olhar sobre a fonte de luz (Battlefield, 1949).

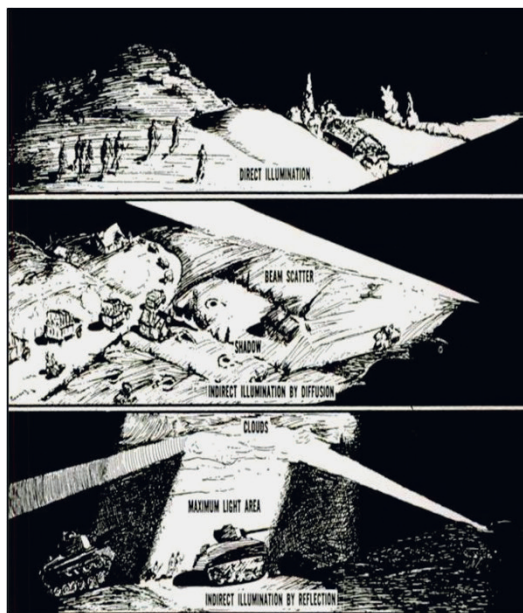


Fig. 1 - Iluminação direta e indireta

Fonte: Ike Skelton Combined Arms Research Library

A iluminação indireta por holofotes antiaéreos era realizada por dois métodos de iluminação distintos, a difusão e a reflexão, mas que produziam efeitos semelhantes, isto é, a obtenção de uma forte intensidade de luz no céu, similar entre um quarto de lua e a de uma lua cheia, decorre daí o termo luar artificial (United States of America, 1970).

De acordo com a imagem central da figura 1, na iluminação indireta por difusão os instrumentos são colocados em posições desenfiadas¹⁰ e os feixes são centralizados sobre a área-alvo em uma elevação mínima. “Na junção dos feixes, as pequenas partículas na atmosfera fazem com que a área abaixo seja iluminada por uma difusão dos raios de luz. A junção dos feixes de luz deve estar diretamente sobre a área-alvo para garantir resultados máximos”¹¹ (Battlefield, 1949, p. 94, tradução do autor).

Quanto à iluminação indireta por reflexão (imagem inferior da figura 1), ela era obtida estacionando os holofotes antiaéreos em posições desenfiadas e direcionando seus feixes para as nuvens¹² à baixa altura. Assim, o efeito sobre as nuvens reflete a luz de volta para a área do objetivo.

O efeito da iluminação indireta facilitava o movimento dos carros de combate, o avanço das tropas de infantaria, os trabalhos de engenharia e da logística de transporte motorizado, bem como outras atividades que exigiam certo grau de iluminação à noite (Ibid.).

¹⁰ Conceito tático que descreve uma formação militar que não está facilmente exposta ao fogo inimigo.

¹¹ Texto original: “At the junction of the beams, the tiny particles in the atmosphere cause the area beneath to be illuminated by a diffusion of the light rays. The junction of light beams must be directly over the target area to secure maximum results”.

¹² As nuvens devem estar entre 500 a 3.000 pés (aproximadamente de 150 a 900 metros) de altura do solo e posicionadas diretamente acima da área do objetivo.

Do ponto de vista tático, esse tipo de iluminação possibilitava o disparo de todas as armas de fogo de modo simplificado, incluindo o ajuste de fogo indireto de morteiro e artilharia.

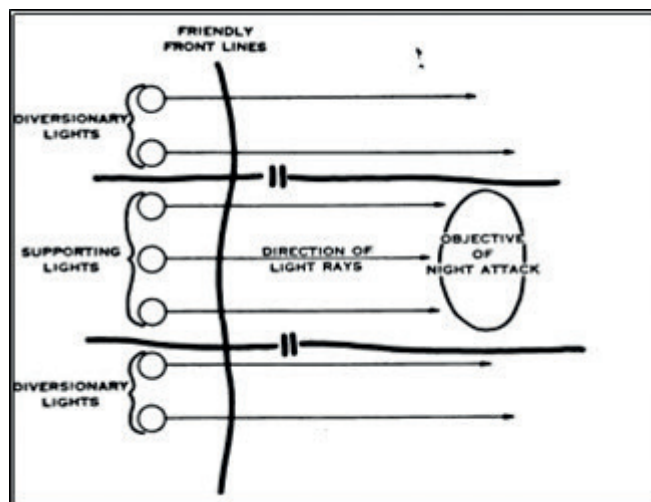


Fig. 2 - Emprego de holofotes na zona de ataque.

Fonte: Infantry School Quarterly

Segundo o artigo Battlefield (1949), tropas inimigas diretamente à frente e na área coberta pelos feixes de luz não conseguiam determinar o alcance preciso das unidades de holofotes antiaéreos, porém, para os inimigos localizados nos flancos e fora da área iluminada, era possível ajustar os fogos com precisão sobre os holofotes. Dessa maneira, sempre que possível, holofotes adicionais eram instalados nos flancos (figura 2) para cegar a observação inimiga.

DA ÁFRICA AO PACÍFICO

Conforme se verifica no relatório¹³ do coronel Donald J. Bailey, a iluminação do campo de batalha por holofotes antiaéreos foi reintroduzida nos primeiros anos da Segunda Guerra. Segundo esse relatório, foi o Exército Britânico que estabeleceu o esquema do luar artificial por meio das baterias de holofotes antiaéreos, batizadas de *Moonlight Batteries*¹⁴ (Baterias do Luar) em apoio às operações terrestres na campanha do Norte da África (United States of America, 1944).

As Baterias do Luar eram unidades de holofotes antiaéreos da Artilharia Real Britânica especializadas em fornecer o efeito do luar artificial que ficou reconhecido entre os militares britânicos como *Monty's Moonlight*¹⁵, ou Luar de Monty em tradução direta, uma referência clara ao então tenente-general Bernard Montgomery, comandante do VIII Exército Britânico no Norte da África, o qual empregou essa técnica na *Operation Lightfoot*¹⁶, uma operação ofensiva de combate noturno com o objetivo de romper as linhas de defesas alemãs do *Afrika Korps*, na segunda Batalha de El Alamein.

¹³ Documento preparado pelo 12º Grupo de Artilharia Antiaérea e publicado pela Seção de Artilharia Antiaérea do XIX Corpo de Exército norte-americano em 8 de dezembro de 1944.

¹⁴ 344ª Moonlight Batteries, 356ª Moonlight Batteries, 557ª Moonlight Batteries, 581ª Moonlight Batteries e 582ª Moonlight Batteries. Disponível em: <<https://ra39-45.co.uk/units/moonlight-batteries>>. Acesso em 15 fev. 2025.

¹⁵ Ibid.

¹⁶ O uso do luar artificial nessa operação, em 1942, contribuiu na varredura dos campos minados, facilitou os deslocamentos dos blindados e proporcionou reconhecer as defesas avançadas alemãs.



Segundo o Boletim Informativo Antiaéreo do Comando Antiaéreo do Forte Bliss, no Texas, a técnica do luar artificial também foi empregada em outros teatros de guerra, como no Pacífico e em toda a Frente Ocidental, na Europa.

Dados advindos de uma publicação de inteligência militar do Departamento de Guerra dos EUA, denominada *Tactical and Technical Trends* nº 57¹⁷, indicam resultados eficazes no uso desses dispositivos antiaéreos na iluminação de diversos campos de batalha.

No tocante à Europa, segundo dados desta pesquisa, até o Dia-D¹⁸, as missões realizadas pelas unidades de holofotes antiaéreos no teatro de guerra europeu eram muitas e variadas. Mas as duas principais atribuições consistiam na busca e engajamento de aeronaves hostis e na assistência às forças aéreas aliadas por meio de alertas antecipados.

No entanto, devido à ausência de atividades aéreas inimigas nos últimos anos da guerra na Europa, essencialmente da Força Aérea Alemã, *Luftwaffe*, os holofotes foram pouco usados em seu papel principal de iluminar os céus na busca por aeronaves, sendo empregados para outros fins durante a segunda metade de 1944 e nos períodos das estações do inverno e primavera de 1945.

Em face dessa nova realidade da guerra, os holofotes antiaéreos foram dotados para outras tarefas não peculiares de sua função original, como iluminar campos de batalha da Europa, sendo que as tropas aliadas destacadas na França e Itália fizeram uso intenso e efetivo da técnica do luar artificial nas operações noturnas.

Na França, o ataque das divisões de infantaria na Batalha do Bolsão de Colmar, região da Alsácia, foi um exemplo eficaz do emprego da iluminação do campo de batalha. Usando os feixes de luz sobre as nuvens, a iluminação refletia-se sobre a área pela atmosfera enevoadada, deste modo, as tropas atacantes foram capazes de conduzir as operações ofensivas noturnas com melhor eficiência (Battlefield, 1949).

Segundo o sítio eletrônico *Skylighters*¹⁹, na altura da Linha Gótica²⁰ as unidades de holofotes estavam localizadas entre as distâncias de 5.000 a 8.000 jardas (aproximadamente 4.570m a 7.300m) atrás das linhas de frente de combate e próximas do topo das contra encostas²¹. Uma bateria com 16 holofotes, por exemplo, podia cobrir uma faixa do terreno de até 4.000 jardas, o equivalente aproximado de 3.650 metros.

Apesar da técnica do luar artificial ter alcançado bons resultados de eficiência em muitas frentes de batalha, em outros ambientes de combate os resultados nem sempre foram influenciadores de sucesso, fato esse observado no relato de um soldado da Força Expedicionária da Nova Zelândia quando relembra sua experiência:

No brilho medonho do luar artificial, sentei-me ao lado da vala, mas logo

¹⁶ O uso do luar artificial nessa operação, em 1942, contribuiu na varredura dos campos minados, facilitou os deslocamentos dos blindados e proporcionou reconhecer as defesas avançadas alemãs.

¹⁷ LONE SENTRY. *Artificial Moonlight. Tactical and Technical Trends*, n. 57, abr.1945. Disponível em: <<https://www.lonesentry.com/articles/ttt07/artificial-moonlight.html>>. Acesso em: 10 fev. 2025.

¹⁸ Operação militar conjunta das Forças Aliadas em que houve a invasão da França pela região litorânea da Normandia, no dia 6 de junho de 1944.

¹⁹ 225º Batalhão de Holofotes Antiaéreos. Disponível em <<https://skylighters.org/the-antiaircraft-artillery-searchlight-story/skylighters-101/artificial-moonlight>>. Acesso em 20 fev. 2025.

²⁰ Uma das linhas de defesa alemãs na Campanha da Itália.

²¹ Expressão militar que indica um movimento do terreno que protege das vistas e dos fogos diretos do inimigo.

entrei na água quando morteiros inimigos nos procuraram, guiados pelo rastreador Bofors em nossos limites, revelando nossa posição. As explosões assustadoras brilharam e relampejaram logo à frente e eu disse: “Cristo, não podemos passar por isso”. Então alguém me deu um tapa no ombro, levantei-me e passei por isso, sem saber como, sem saber porquê (Appleton, 2015, p. 69, tradução do autor).

Na figura 3, vemos uma pintura a óleo em tela de autoria do pintor neozelandês Peter McIntyre,²² fazendo referência aos combates ocorridos em setembro de 1944, na região de Faenza, Itália, com o emprego das baterias de holofotes inglesas em ação de conjunto com as forças terrestres.



Fig. 3 - “Artificial Moonlight”. Óleo sobre tela de Peter McIntyre.

Fonte: 225th AAA Searchlight Battalion²³

Segundo consta na Enciclopédia Militar do 15º Grupo de Exércitos, baseada nas operações na Itália e nas experiências combinadas do V Exército dos EUA e do VIII Exército britânico, no período dos anos 1943-45, os diferentes problemas encontrados na Campanha da Itália tiveram soluções *sui generis*, mas, especificamente, adequadas às condições adversas que as tropas confrontariam naquele terreno. Os procedimentos e métodos teriam sido impraticáveis ou inadequados em outros teatros de operações (United States of America, 1945d).

Após estudos feitos sobre as experiências do VIII Exército Britânico na África e, posteriormente, na Itália, o V Exército Americano realizou alguns experimentos doutrinários no sentido de desenvolver o emprego sistemático de iluminação dos campos de batalha em operações noturnas, como observamos no trecho a seguir:

A noite estava escura e nublada, mas as tropas receberam alguma assistência em sua marcha pelo país do brilho difuso dos holofotes antiaéreos localizados na retaguarda do Corpo perto de Monghidoro.

²² Ganhou destaque pelas obras de arte produzidas como artista oficial da Força Expedicionária da Nova Zelândia, retratando os grandes combates na Itália.

²³ 225º Batalhão de Holofotes Antiaéreos Disponível em <<https://skylighters.org/the-antiaircraft-artillery-searchlight-story/skylighters-101/artificial-moonlight>> Acesso em 27 Dez. 2024.

Um experimento na criação de luar artificial para auxiliar na direção do blecaute perto da frente [de combate], o uso dos holofotes mais tarde se tornou uma prática padrão no II Corpo. (United States of America, 1945b, p. 151, tradução do autor, grifo nosso).²⁴

No âmbito do V Exército, o uso de luar artificial foi tentado pela primeira vez na noite de 16 para 17 de outubro de 1944, pelo II Corpo de Exército. Já na área do IV Corpo, realizou-se no dia 6 de dezembro de 1944, efetuado pelo 1º Pelotão da Bateria C, do 360º Batalhão de Holofotes da Artilharia Antiaérea norte-americana (United States of America, 1945b).

Nas conquistas de Monte Belvedere e Monte Castello, o IV Corpo empregou duas divisões, o ataque principal ao Monte Belvedere pela 10ª Divisão de Montanha, e o ataque secundário ao Monte Castello pela 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária.

Para esse fim, se fez necessário um ataque preliminar lançado às 19h30 no dia 18 fevereiro de 1945, a fim de proteger contra um possível flanqueamento alemão a partir dos montes que se estendiam de Mancinello a Campiano, conforme podemos verificar na Figura 4 (United States of America, 1945c).

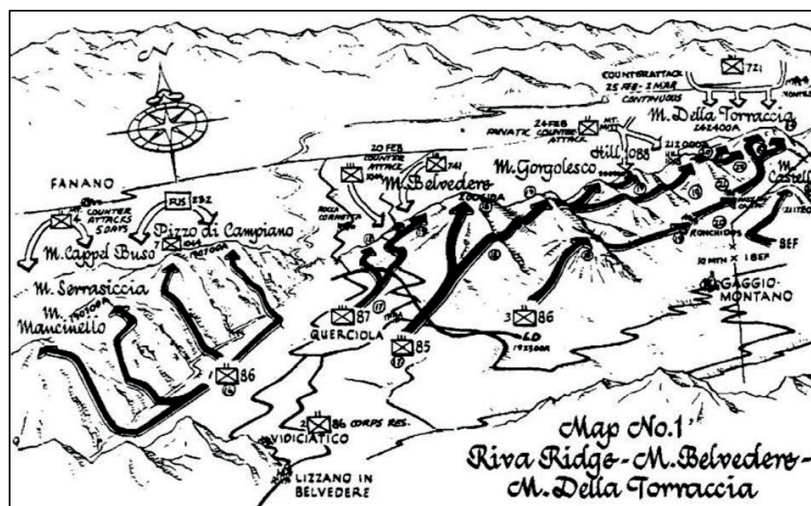


Fig. 4 - Operação Belvedere (19 a 25 de fevereiro de 1945)

Fonte: American War Memorials Overseas²⁵

Nesse contexto, segundo consta na História do V Exército, as baterias de holofotes foram empregadas em apoio ao 86º Regimento de Infantaria da 10ª Divisão de Montanha, com ataque surpresa às posições inimigas nos relevos, proporcionando um luar artificial durante a escalada noturna às paredes íngremes e rochosas do penhasco das elevações Mancinello, Serrasiccia, Cappel Buso e Pizzo di Campiano (United States of America, 1945c) (figura 4).

Alguns dos elementos imponderáveis da guerra como a imprevisibilidade, o pânico e a confusão nas operações militares, denominadas de “forças de fricção”, exercem um efeito perturbador considerável para as forças convencionais, particularmente na escuridão da noite (Clausewitz, 1984, p. 119).

²⁴ Texto original: “The night was dark and cloudy, but the troops received some assistance in their cross-country march from the diffused glow of antiaircraft searchlights located in the Corps rear near Monghidoro. An experiment in creating artificial moonlight to aid blackout driving near the front, the use of the searchlights later became standard practice in II Corps”.

²⁵ Disponível em <<https://www.uswarmemorials.org/admin/images/memorials/1584027555image1.gif>>. Acesso em 13 mar. 2025.



O fato é que, de acordo com Clausewitz (1984), os resultados a serem alcançados na fase de planejamento das operações noturnas são deixados inteiramente ao acaso durante a fase de execução, onde ambos os lados relutarão em continuar um combate no escuro.

No entanto, segundo o historiador militar Dennis Vetock (2006), embora esse pensamento dominasse a teoria militar ocidental, não necessariamente se aplicava a outros polos geográficos de cultura diversa. O efeito da luz ou a sua ausência em assuntos militares deve passar pelo filtro da cultura, isto é, a mesma luz ou escuridão pode servir a propósitos diferentes dependendo das tradições da cultura militar.

Isto ficou muito comprovado pelos norte-americanos lutando nas ilhas do Pacífico quando descobriram, na peleja contra seus oponentes japoneses, a preferência destes pelas operações noturnas, os quais demonstraram boa capacidade de combate aproximado na escuridão:

Essas táticas incluíam infiltração, tanto de dia quanto de noite, ataques suicidas, cerco em terreno quase intransitável e consequente desorganização da oposição. Depois de muitos anos de treinamento inicial e, depois, lutando na selva, eles se tornaram especialistas em cobertura e ocultação. Eles eram guerreiros noturnos de primeira linha (McMahon, 1946, p. 19, tradução do autor, grifo nosso).²⁶

A predileção dos militares nipônicos pelo combate noturno, especialmente em ataques de surpresa, remonta a, pelo menos, mil anos em sua história militar. Mesmo nos tempos modernos, a tradição guerreira samurai abraçou o combate corpo a corpo com espada e baioneta, para o qual a escuridão oferecia a melhor oportunidade de eficácia (Vetock, 2006).

No mundo Oriental, a espada japonesa constituía um símbolo de cultos e virtudes tradicionais, representada pela manifestação exterior do espírito guerreiro dos samurais, casta militar nipônica estabelecida desde o Período Medieval japonês ao período do século XIX, os quais detinham o direito exclusivo e prerrogativas próprias para o uso das espadas de guerra (Gomes, 2023).

Essa tática japonesa provocava nos militares ocidentais um resultado psicológico devastador, como verificamos no trecho a seguir:

O pôr do sol significava apenas para eles que logo ficaria escuro como breu. Não haveria lua naquela noite e provavelmente choveria. Eles não conseguiriam ver nada — incluindo japoneses — a mais de um pé de distância de seus rostos. Isso significava mais uma na longa sucessão de noites em que não conseguiam dormir, quando uma granada japonesa poderia cair em seu buraco a qualquer minuto, quando tinham medo de sair de seu buraco por um segundo com medo de que se um japonês não atirasse neles, um de seus próprios companheiros o faria (McLeod, 1945, p. 11, tradução do autor)²⁷.

²⁶ Texto original: "These tactics included infiltration, both day and night, suicide attacks, encirclement in nearly impassable terrain and consequent disorganization of the opposition. After many years of initial training and then fighting in the jungle, he became an expert in cover and concealment. He was a first-rate night fighter."

²⁷ Texto original: "The sunset meant only to them that it would soon be pitch dark. There wouldn't be any moon that night, and it would probably rain. They wouldn't be able to see anything - including Japs - more than a foot away from their faces. It meant another in the long succession of nights when they couldn't get any sleep, when a Jap grenade might land in their hole any minute, when they were afraid to leave their hole for a second for fear if a Jap didn't shoot them one of their own buddies might".



Para fazer frente aos ataques japoneses no seio da escuridão, os militares norte-americanos desembarcados nas ilhas do Pacífico aplicaram a *expertise* do emprego dos holofotes antiaéreos na iluminação dos campos de batalha e a estabeleceram no ambiente de combate contra os japoneses, conforme vemos na transcrição abaixo:

Em algum lugar atrás deles, holofotes estavam clicando, um após o outro, até que havia 16 deles em um raio semicircular atrás do perímetro da 43ª Divisão, inclinando seus feixes de 800 milhões de velas para as nuvens sobre a área de batalha. A luz dos raios, refletida para baixo na área das nuvens, inundou toda a frente com uma luz tão forte quanto a de uma lua cheia em uma noite sem nuvens (McLeod, 1945, p. 11, tradução do autor)²⁸.

O resultado dessa prática recebeu um retorno significativamente positivo para o moral das tropas americanas, destacadas pelas ilhas do Pacífico.

O EXPERIMENTO DE ILUMINAÇÃO DO CAMPO DE BATALHA PELA FEB

De acordo com os dados da pesquisa, foram emitidos e distribuídos relatórios²⁹, notas operacionais e boletins de inteligência pelos altos escalões de campanha norte-americanos informando às suas divisões de infantaria e de cavalaria sobre “Estudos para determinar a doutrina de emprego tático de holofotes, para essa função estão sendo conduzidos [...] em conjunto com a Escola de Infantaria em Fort Benning, Geórgia, e a Escola de Blindados em Fort Knox, Kentucky”³⁰(United States of America, 1945f, p. 16, tradução do autor).

Nesses documentos havia instruções detalhadas sobre a concepção de emprego dos refletores antiaéreos na iluminação de campos de batalha, utilizando um processo pedagógico simples de perguntas e respostas com o fim de retirar todas as possíveis dúvidas de comandantes dos níveis táticos (divisões, brigadas e regimentos), bem como instruções específicas do uso operacional em campanha por meio de representações gráficas e esboços militares (figuras 5 e 6).

Provavelmente, as documentações e as notícias dos diversos experimentos realizados por outras divisões do V Exército americano chegaram ao estado-maior do general Mascarenhas de Moraes.

²⁸ Texto original: “The sunset meant only to them that it would soon be pitch dark. There wouldn't be any moon that night, and it would probably rain. They wouldn't be able to see anything - including Japs - more than a foot away from their faces. It meant another in the long succession of nights when they couldn't get any sleep, when a Jap grenade might land in their hole any minute, when they were afraid to leave their hole for a second for fear if a Jap didn't shoot them one of their own buddies might”.

²⁹ Headquarters XIX US Army Corps, 12th Antiaircraft Artillery Group, “Battlefield Illumination by Anti-Aircraft Searchlights,” dated 8 December 1944; Headquarters European Theater of Operations U.S. Army (HQ ETOUSA), AAA Notes No. 9, dated 20 Dec 44; Headquarters Mediterranean Theater of Operations U.S. Army (HQ MTOU-SA), AA Opns Report, “Use of AA Searchlights in Support of Ground Operations” dated 25 Dec 44; The War Office (British), Royal Artillery Notes No. 21; Headquarters European Theater of Operations U.S. Army (HQ ETOUSA), AAA Notes No. 13, dated 17 Jan 45; e Headquarters Anti Aircraft Command, Anti Aircraft Information Bulletin No. 16, dated 19 Apr 1945.

³⁰ Texto original: “Studies to determine doctrine for the tactical employment of searchlights in this role are being conducted [...] In conjunction with the Infantry School at Fort Benning, Georgia, and the Armored School, Fort Knox, Kentucky”.

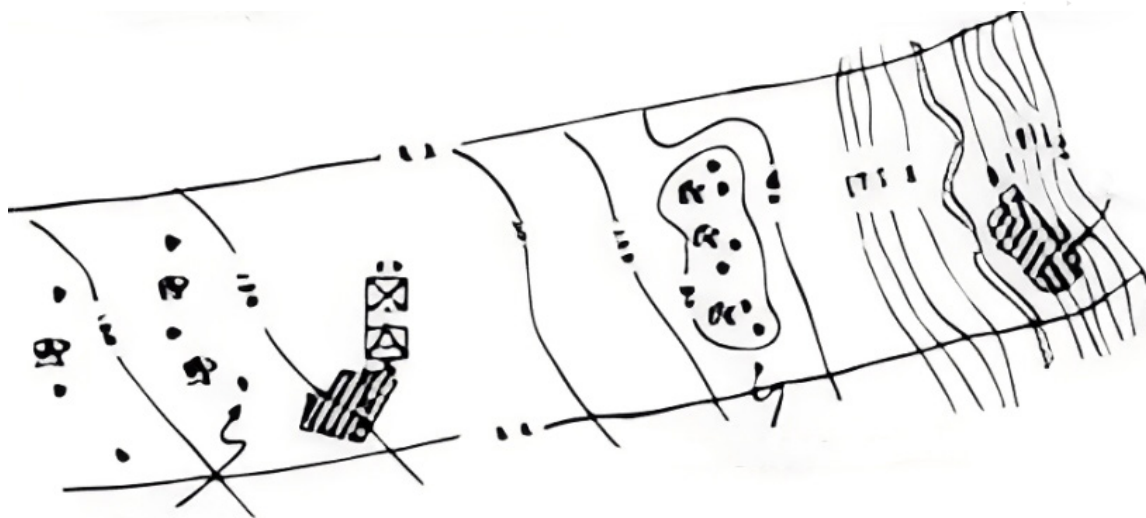


Fig. 5 - esboço das posições dos holofotes no terreno

Fonte: Ike Skelton Combined Arms Research Library

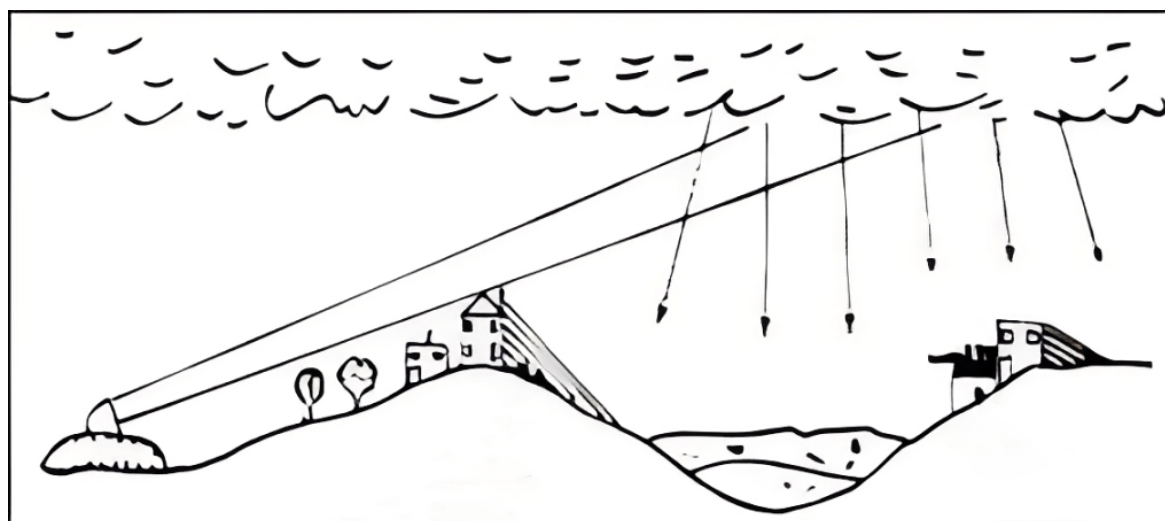


Fig. 6 - representação táctica do luar artificial

Fonte: Ike Skelton Combined Arms Research Library

Isso, por consequência, desencadeou uma série de ensaios de pequeno vulto com o intuito de produzir relatórios ou informações adicionais sobre os efeitos desta nova tática na zona de ação da FEB.

Dentre as diversas fontes documentais nos arquivos do AHEx consta um manuscrito que aborda os dias em que os refletores antiaéreos foram empregados em proveito das



tropas de infantaria e de artilharia brasileiras, no contexto da fase de “estabilização defensiva”³¹ (Moraes, 1984, p. 232), isto é, no período de janeiro a fevereiro de 1945.

Nesse período, elementos das unidades de combate e de apoio ao combate estiveram, direta e indiretamente, envolvidos nos eventos de emprego militar dos projetores, os quais produziram uma série de relatórios e informações cujos resultados alcançados foram disponibilizados ao comando da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária (1ª DIE) para apreciação e tomada de decisão em caso de futuro emprego.

Timidamente, um desses eventos foi relatado em um relatório elaborado pelo 6º Regimento de Infantaria durante a campanha da Itália da seguinte forma: “A 23 de janeiro [de 1945], foi feita a primeira experiência de utilização dos reflectores iluminando os objetivos, em combinação com tiros de artilharia e obuses” (FEB, 1945, p. 17, grifo nosso).

No relatório do comandante do 11º Regimento de Infantaria, coronel Delmiro, este propõe ao general Mascarenhas a realização de um experimento militar a fim de “[...] que sejam bem conhecidas as condições de emprego dêsse novo meio, sendo aconselhável, para isso, que se realizem exercícios bem preparados com inimigo representado, a fim de que se obtenham os dados experimentais desejados” (AHEx, 1945, fl. 2).

Contudo, o relatório que melhor abordou as questões técnicas de emprego dos holofotes antiaéreos, incluídas as condições do tempo e do terreno, alinhado ao plano de manobra tático do corpo ou da divisão, foi a do comandante da Bateria “C” do 360º Batalhão de Projetores da Artilharia Antiaérea, capitão Frederick A. Linger.

No trecho abaixo, esse comandante comenta sobre as dificuldades de proporcionar iluminação na zona de ação da FEB:

O problema da iluminação em qualquer área variará com o terreno e com os requisitos do Corpo ou Divisão com o qual a unidade irá trabalhar. Um bom exemplo pode ser encontrado em qualquer lugar, e acredito que o mais difícil, pode ser encontrado no setor brasileiro da frente do IV Corpo³² (AHEx, 1945, fl. 7, tradução do autor).

Se faz mister assinalar que, estranhamente, o general Mascarenhas de Moraes não fez registrar esse experimento no seu Relatório Secreto (AHEx, 1943-1945)³³ e também não deixou registrado maiores informações nas suas memórias publicadas, apenas uma pequena menção sobre o “luz artificial” (Moraes, 1984, p. 265).

Entretanto, Mascarenhas fez expedir em 24 de janeiro de 1945, uma Nota de Instrução³⁴, por intermédio da 3ª Seção do Estado-Maior da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária, determinando ao general Zenóbio da Costa³⁵ preparar e dirigir a realização de três exercícios experimentais para que se obtenha “uma justa ideia das condições de sua exploração [...], precisar o efeito dos

³¹ Desenvolvida de 13 dez. 1944 a 18 fev. 1945. Cf. MORAES, J. B. Mascarenhas de. Memórias. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984.

³² Texto original: “The illumination problem in any given area will vary with the terrain and with the requirements of the Corps or Division with which a unit is to work. As good an example can be found anywhere, and I believe the most difficult, can be found in the Brazilian Sector of the IV Corps front”.

³³ Vasta documentação sobre as atividades da FEB antes, durante e depois da guerra, elaborada por membros da Força Expedicionária Brasileira e assinada pelo general Mascarenhas.

³⁴ FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA. Nota de Instrução nº 2 - Utilização de Refletores nas Ações Noturnas, de 24 jan. 1945.

³⁵ Comandante da Infantaria Divisionária da FEB.



refletores em incidência direta sobre uma tropa [...] e concluir sobre a possibilidade de se realizarem ações noturnas locais com o auxílio dos refletores” (AHEx, 1945, fl. 1).

Para isso, a direção do experimento pôde contar para os exercícios³⁶ simulados com uma bateria de holofotes norte-americana, de tropas de dois regimentos de infantaria, de uma companhia de obuses e da companhia de transmissões para o estabelecimento das ligações.

Nessa nota de instrução, também se ratifica o emprego sistemático dos holofotes antiaéreos em proveito das posições defensivas da divisão brasileira, nos meses de janeiro a fevereiro, os quais produziram resultados satisfatórios, seja para iluminar partes da frente de combate passíveis de infiltração inimiga, seja para execução de tiros noturnos de artilharia sobre alvos nos campos de batalha (AHEx, 1945).

No entanto, foi a obra do general Ernani Ayrosa da Silva, que atuou como capitão na FEB, que detalhou com precisão os experimentos da 1ª DIE com os projetores antiaéreos, usados em operações noturnas e realizados pelo 6º Regimento de Infantaria, na região de Porreta Terme.

Nos trechos a seguir, Ayrosa, quando na função de oficial de operações do 1º Batalhão do 6º Regimento de Infantaria, detalha o desenvolvimento desse experimento:

A experiência constava de colocar uma tropa nossa no terreno, fazendo as vezes do inimigo em posição defensiva. Ligar os holofotes sobre essa posição e progredir com outra fração para observar o quanto os holofotes dificultariam a visão da tropa da defesa sobre a que progredia. O resultado foi excelente e os que progrediam aproximaram-se da posição até cinquenta metros sem serem percebidos, dado o efeito da cegueira ocasionado pelos holofotes nos soldados que realizavam a defensiva.

Realizamos um segundo teste, com a tropa na mesma situação; porém, os holofotes ao invés de serem lançados sobre a tropa em posição seriam projetados no céu, sobre as nuvens, criando um luar artificial. A progressão da outra tropa se repetiu e o resultado foi bom, com o movimento facilitado pela difusão da luz, porém, sua aproximação foi percebida a uma distância de cerca de cem metros da posição de defesa.

Guardamos as observações colhidas. O capitão Ávila Mello, brilhante como era, registrou as experiências, pois poderiam nos ser úteis nos dias que se seguissem. O comandante dos holofotes do Exército Americano alegrou-se diante de uma longínqua possibilidade de ser aplicado. A partir daí, ficamos os três, capitão Ávila Mello, o capitão americano³⁷ e eu, ligados por saudáveis laços de camaradagem. Quanto à aplicação em combate dos ensinamentos da nossa experiência, o futuro iria trazer-nos a oportunidade desejada (Silva, 1985, p. 67-68, grifo nosso).

COMBATES SOB O LUAR ARTIFICIAL

Ao que consta nos arquivos do AHEx, após realização dos exercícios experimentais, duas oportunidades de combate foram realizadas pela FEB com o suporte tático dos holofotes

³⁶ Segundo os arquivos do AHEx, houve apenas dois exercícios experimentais a cargo da Infantaria Divisionária, sob a direção do general Zenóbio da Costa, contando com o 6º Regimento de Infantaria, 11º Regimento de Infantaria, 1º Regimento de Obuses Auto Rebocado e a Bateria *Charlie* de Projetores da Artilharia Antiaérea norte americana.

³⁷ O militar norte-americano da citação é o capitão Frederick A. Linger, *commander Battery "C", 360th Anti-Aircraft Artillery Searchlight Battalion*, uma das subunidades de emprego dos projetores antiaéreos que pertenciam ao V Exército dos EUA.



antiaéreos: combates de La Serra, em 23 de fevereiro de 1945, e de Castelnuovo, em 5 de março de 1945 (AHEX, 1945).

Após a conquista do Monte Castello, a 1ª DIE recebeu, no dia 23 de fevereiro de 1945, a missão de ocupar a região de La Serra e regiões próximas, de modo a facilitar o ataque da 10ª Divisão de Montanha ao Monte Della Torracia. Na madrugada de 24 de fevereiro, fortes e sucessivos contra-ataques alemães foram lançados na região de La Serra sobre as tropas do 1º Regimento de Infantaria, com real possibilidade de envolvimento das posições defensivas (AHEX, 1945, v. 2, p. 161).

Em face dessa situação tática desfavorável, combinada com a escuridão da noite, o II Batalhão do 1º RI solicitou ao oficial de operações da 1ª DIE o emprego dos refletores por meio da técnica do luar artificial na região atacada. “Dez minutos depois, cinco refletores estavam voltados em La Serra e cota 958, permitindo que os defensores pudessem usar suas armas e acompanhar a manobra de infiltração inimiga” (AHEX, 1945, p. 5).

Quanto à batalha de Castelnuovo, de acordo com o general Mascarenhas (1984), a FEB realizou uma das mais belas manobras de combate empreendidas por ela em toda a campanha da Itália. Sobre esse fato, a ação ofensiva brasileira da FEB ocorreu na parte da noite, no dia 5 de março de 1945, contra as posições fortificadas alemãs localizadas no entorno da pequena comuna italiana de Castelnuovo, obtendo um dos maiores êxitos da arte militar e com poucas baixas (Moraes, 1984; Silva, 1985).

Uma parte desse sucesso e da genialidade tática foi devida ao apoio de uma bateria de holofotes antiaéreos, conforme vemos no trecho a seguir:

Ao cair da tarde, as cotas 720 eram conquistadas; cumpríamos plenamente, deste modo, a missão que nos fora imposta.

A essa altura, também, já se encontrava no PC do Batalhão o Coronel Nelson de Mello, Comandante do 6.º RI [...]. deu-me a ordem de “prosseguir sobre Castelnuovo”.

[...] Imediatamente, determinou ao Capitão Aldenor [Cmt 3ª Cia Fuz/6º RI] que ultrapassasse as demais Companhias e conquistasse Castelnuovo.

Paralelamente, no PC do Batalhão, preocupado com a operação, que ia desenvolver-se à noite, lembrei-me dos holofotes do Capitão americano. Sem falar com ninguém, liguei para a retaguarda e solicitei que se ligassem quatro holofotes, diretos, sobre Castelnuovo.

O espetáculo foi deslumbrante. A surpresa do acontecimento foi geral. A tropa, estimulada pelo evento, exultou de entusiasmo e partiu com tal veemência sobre o objetivo a conquistar, que quando lá chegou, surpreendeu vários combatentes alemães à mesa, jantando e um sentado no vaso sanitário, lendo um documento (Silva, 1985, p. 71-72, grifo nosso).

Os sucessos na manutenção da defesa de La Serra e a conquista de Castelnuovo só foram possíveis em razão dos bons resultados alcançados durante os ensaios experimentais realizados pelas tropas da FEB, mais também devido as amarrações das áreas-alvos por intermédio de coordenadas geográficas, distribuídas à Bateria de Holofotes para emprego imediato mediante pedido do oficial de operações.



OS HOLOFOTES DO PÓS-GUERRA

Diversas experiências realizadas pelos Aliados durante a Segunda Guerra Mundial geraram, nos anos pós-guerra, uma série de artigos e relatórios institucionais e publicações não oficiais sobre o tema da iluminação do campo de batalha, nas quais os holofotes antiaéreos eram um dos meios empregados para esse propósito.

Segundos os dados, o emprego dos holofotes antiaéreos foram aplicados na iluminação de campos de batalha em duas guerras subsequentes à Segunda Guerra Mundial: a Guerra da Coreia (1950-1953) e a Guerra do Vietnã (1964-1975).

Nos períodos entreguerras, verifica-se que alguns programas de pesquisa doutrinária foram desenvolvidos em escolas³⁸ de treinamento militar do Departamento do Exército dos Estados Unidos, no intuito de aprimorar as técnicas e táticas de iluminação no combate noturno com o uso de refletores tanto no ataque, quanto na defesa.

Isto contribuiu na geração de diversos manuais de campanha utilizando sistematicamente os refletores, transmutando seu emprego da Artilharia Antiaérea para a Artilharia de Campanha cuja ação em combate foi testada até nos últimos anos da Guerra do Vietnã.

Quanto ao Exército Brasileiro do pós-Segunda Guerra, este restringiu o emprego doutrinário dos projetores nas unidades de Artilharia Antiaérea por um bom tempo. No entanto, ainda no contexto da Guerra Fria, publicou, no final dos anos 1970, um Manual de Campanha (C 20-60) em que abordava a iluminação do campo de batalha por projetores sob a coordenação da Artilharia de Campanha, alongando-se sua relevância operacional até os fins dos anos 1990³⁹.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme verificamos anteriormente, a abordagem mais revolucionária do século XX em termos de iluminação dos campos de batalha foi iniciada pelo Exército Britânico, durante a Guerra Anglo-Boer. Mas foi nos últimos anos da Primeira Guerra Mundial e nos primeiros anos da Segunda Guerra Mundial que a técnica do luar artificial foi aplicada de modo experimental.

Testes conduzidos com auxílio de baterias de holofotes antiaéreos indicaram que uma função de combate terrestre como a iluminação do campo de batalha era perfeitamente viável para este tipo de material. Eles confirmaram essa conclusão por intermédio de experimentos realizados nos próprios campos de batalha contra as forças ítalo-alemãs no Norte da África, no Mediterrâneo e nos demais teatros de operações da Europa.

Essa mudança evolutiva na aplicação dos feixes de holofotes antiaéreos em apoio às forças terrestres não foi compreendida imediatamente por líderes militares aliados, por consequência, não foi usada de forma efetiva por muitas divisões em face da falta de conhecimento das possibilidades e das capacidades desse material, destinada prioritariamente em apoio à defesa aérea.

³⁸ Entre as escolas do Exército dos EUA, destaco: Fort Bliss Antiaircraft Training Center, Fort Benning School of Infantry, Fort Knox Armor School e Fort Sill Field Artillery School.

³⁹ Iluminação do Campo de Batalha. In BRASIL. Estado-Maior do Exército. *Manual de Campanha C 5-15 - Fortificações de Campanha*, 6ª Edição, 1996, p. 6-15.



Foi somente em 1944, que as forças norte-americanas perceberam o verdadeiro significado de suas potencialidades, fruto de uma avaliação criteriosa baseada nos resultados alcançados nessas experimentações doutrinárias.

Ao que os dados dos arquivos indicam, a FEB soube bem aproveitar esse novo recurso militar em prol de suas operações de combate dos regimentos de infantaria e de apoio ao combate com a nossa artilharia de campanha.

Os treinamentos experimentais serviram de subsídios para o Estado-Maior da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária assessorar o general Mascarenhas de Moraes na tomada de decisão de mandar autorizar o emprego dos holofotes antiaéreos na sua zona de ação e, também, alguns dos principais campos de batalha da FEB na Itália.

Entretanto, no período do pós-guerra, o Exército Brasileiro não soube bem usufruir a evolução doutrinária desse material, fixando seu emprego apenas na Artilharia Antiaérea, e só reaparecendo como meio de iluminação do campo de batalha muitos anos depois através de uma publicação oficial específica sobre o tema.

De acordo com os depoimentos de veteranos de guerra, registradas nas publicações de história oral pelo Exército Brasileiro, a memória coletiva de nossos pracinhas nas noites do *front* italiano era de que os usos dos holofotes antiaéreos foram eventos extraordinários que lhes proporcionaram certa admiração em razão da novidade no campo de batalha, ou por algum tipo de benefício tático de pequena natureza, como a indicação da direção geral às linhas amigas nas noites escuras.

De todo o exposto, podemos considerar que o experimento doutrinário de emprego dos holofotes antiaéreos realizado nos campos de batalha da Itália foi de grande valia para o aperfeiçoamento da doutrina militar da FEB em plena guerra, demonstrando elevada capacidade de se adaptar a novas táticas e doutrinas.

Os nossos pracinhas, mesmo com as deficiências de toda ordem, souberam engrandecer o Exército Brasileiro perante outros exércitos e elevar às maiores alturas o nosso Pavilhão Nacional ao lado de outras grandes nações.



FONTES

AHEX. Arquivos da 3ª Seção, Caixaeta nº 47, *Calcos de dispositivos de refletores*, 1945.
AHEX. Arquivos da 3ª Seção, Caixaeta nº 47, *Experiências sobre o emprego de projetores*, 1945.
AHEX. Arquivos da 3ª Seção, Caixaeta nº 47, *Aplicações e relatórios sobre refletores*, 1945.
AHEX. Força Expedicionária Brasileira. *Relatório Secreto*, Vol. 2, (1943 - 1945).
Arquivo do 6º Batalhão de Infantaria Leve Aeromóvel: FEB. 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária, 6º Regimento de Infantaria. Relatório de Atividades do Regimento na Campanha da Itália, 1944-1945.
Jornal *Diário de Notícias*:

BIBLIOGRAFIA

APPLETON, Ian Clive. As a matter of fact I've just about had enough: battle weariness and the 2nd New Zealand division during the Italian campaign, 1943-45. *Publisher Massey University, Palmerston North [NZ]*, 2015. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10179/9869>>. Acesso em: 9 mar. 2025.

BAILEY, Donald J. *Battlefield illumination by AAA searchlight*. Fort Leavenworth: Combined Arms Research Digital Library, 1944. Disponível em: <<https://cgsc.contentdm.oclc.org/digital/collection/p4013coll8/id/5837/>>. Acesso em: 3 mar 2025.

BATTLEFIELD Illumination. *United States Army, Infantry School Quarterly*, v. 35, n. 1, (1949).

BÍBLIA. *A Bíblia Sagrada: Antigo e Novo Testamento*. 2. ed. rev. atual. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993.

BRASIL. Estado-Maior do Exército. *Manual de Campanha C 5-15 - Fortificações de Campanha*, 6ª Edição, 1996.

BRASIL. Exército. *Catálogo da documentação original da FEB no AHEX*, 1985. Disponível em: <<http://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/6702>>. Acesso em: 9 mar. 2025.

BRASIL. Exército. *História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial*. Tomo 1. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001, p. 263.

BRASIL. Exército. *História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial*. Tomo 4. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001, p. 330.

BRASIL. Exército. *História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial*. Tomo 6. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001, pp. 251 e 347.

BRASIL. Exército. *História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial*. Tomo 7. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001, p. 271.

BRASIL. Exército. *História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial*. Tomo 8. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001, p. 243.

BRASIL. Exército. *Manual de Campanha C 20-60 Iluminação do Campo de Batalha*, Brasília: Exército-Maior do Exército, 1978.

BRASIL. Exército. *Manual de Campanha C 5-15 Fortificações de Campanha*, 6ª Edição, 1996.

BRIGSTOCK, Keith. *Royal Artillery Searchlights*. Presentation to Royal Artillery Historical Society at Larkhill, wednesday 17th jan. 2007, Larkhill. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20140518121548/http://www.army.mod.uk/images/images-microsites/RA/RAsearchlights-Text-Final.doc>>. Acesso em: 3 mai. 2025.

CLAUSEWITZ, Carl von. *On War*. Princeton: Princeton University Press, 1984.

CRESS, James. The development of anti-aircraft searchlights. *Professional Memoirs, Corps of Engineers, United States Army, and Engineer Department at Large*, v. 11, n. 56, 1919. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/44535345>>. Acesso em: 3 fev. 2025.

DRYSDALE, W. S. Problems in battlefield illumination. *Professional Memoirs, Corps of Engineers, United States Army, and Engineer Department at Large*, v. 9, n. 48, 1917. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/44535241>>. Acesso em: 3 fev. 2025.



GOMES, Wellington Ferreira. A espada do oficialato moderno como objeto de poder simbólico. *Revista Agulhas Negras*, Resende, v. 7, n. 9, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.70545/ran.v7i9.11394>>. Acesso em 14 mai. 2025.

JONES, Thornton E. Candle power on the Battlefield. *Military Review*, v. 32, n. 4, 1952. Disponível em: <https://cgsc.contentdm.oclc.org/digital/collection/p124201coll1/id/853/rec/7>>. Acesso em 3 abr. 2025.

KULDELL, R. C. An example of practice in battlefield illumination in America. *Professional Memoirs, Corps of Engineers, United States Army, and Engineer Department at Large*, v. 9, n. 48, 1917. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/44535240>>. Acesso em 3 fev. 2025.

MCLEOD, John. Flexible ack-ack. *Yank Magazine, the Army Weekly*, v. 4, n. 9, p.11, 1945. Disponível em: <<https://ia601200.us.archive.org/27/items/1945-08-17YankMagazine-nsia/1945-08-17YankMagazine.pdf>>. Acesso em 17 mai. 2025.

MCMAHON, Perry Reed. Battlefield illumination for the infantry. *The Coast Artillery Journal*, v. 89, n. 1, pp. 19-22, jan.-fev. 1946. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/35207116/Coast-Artillery-Journal-Feb-1946?_gl=1*1wlbs1c*_gcl_au*MTMyNzIxOTk0OC4xNzUwNDI1NzA3LjYzMTQzNjk4OC4xNzUxMTM1NjAzLjE3NTEzMzU2MDM>. Acesso em 17 mai. 2025.

MENDES, Floriano Moura Brasil. Projétores Antiaéreos. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, v. 37, n. 432, 1950. Disponível em: <<https://ebrevistas.eb.mil.br/ADN/article/view/10909>>. Acesso em 12 mai. 2025.

MORAES, J. B. Mascarenhas de. *Memórias*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984.

SILVA, Ernani Ayrosa. *Memórias de um Soldado*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985.

SILVEIRA, Antorildo. *O Sexto Regimento de Infantaria Expedicionário: fatos da campanha do 6º RI em território da Itália*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1947.

UNITED KINGDOM. British Army. *Institution of Royal Engineers. History of the Corps of Royal Engineers: The home front, France, Flanders and Italy in the First World War*, v. 5.. Chatham: Staples Printers Rochester Limited, 1952. Disponível em: <<https://www.nzsappers.org.nz/wp-content/uploads/2018/11/Corps-History-Vol-05.pdf>>. Acesso em 16 fev. 2025.

UNITED STATES OF AMERICA. Headquarters, Army, 15th Army Group Italy. *A Military Encyclopedia, based on Operations in the Italian Campaigns*, 1943-1945. Fort Leavenworth: Combined Arms Research Digital Library, 1945d. Disponível em: <<https://cgsc.contentdm.oclc.org/digital/collection/p4013coll8/id/2350>>. Acesso em 7 mar. 2025.

UNITED STATES OF AMERICA. Headquarters, Army, 4th Corps. *History of the IV Corps*, 1941-1945. Fort Leavenworth: Combined Arms Research Digital Library, 1945a. Disponível em: <https://cgsc.contentdm.oclc.org/digital/collection/p4013coll8/id/4296/>. Acesso em 3 mar 2025.

UNITED STATES OF AMERICA. Headquarters, Army, 5th Army. *Fifth Army History. Part VII, The Gothic Line*. Washington: Government Printing Office, 1945b. Disponível em: <<https://cgsc.contentdm.oclc.org/digital/collection/p4013coll8/id/1538/rec/6>>. Acesso em 3 mar 2025.

UNITED STATES OF AMERICA. Headquarters, Army, 5th Army. *Fifth Army History. Part VIII, The Second Winter*. Washington: Government Printing Office, 1945c. Disponível em: <<https://cgsc.contentdm.oclc.org/digital/collection/p4013coll8/id/1563/rec/13>>. Acesso em 3 mar. 2025.

UNITED STATES OF AMERICA. Headquarters, Army, Headquarters Antiaircraft Command. *Army Ground Forces: antiaircraft information bulletin number 16*, 19 abr. 1945. Headquarters Antiaircraft Command, Richmond, 1945f. Disponível em: <<https://cgsc.contentdm.oclc.org/digital/collection/p4013coll8/id/5917/rec/1>>. Acesso em 22 abr. 2025.

UNITED STATES OF AMERICA. Headquarters, Department of the Army, US Army. *Field Manual FM 20-60 Battlefield Illumination*. Washington: United States Government Printing Office, 1970.

UNITED STATES OF AMERICA. Headquarters, Field Artillery School. *History of the Field Artillery School v. I-IV, 1911-1967*. Fort Sill: USAAMS Technical Library, 1967. Disponível em: <<https://>



web.archive.org/web/20160610183242/http://www.dtic.mil/dtic/tr/fulltext/u2/a951858.pdf>. Acesso em 17 abr. 2025.

VETOCK, Dennis J. U.S. Army Military History Institute. Historical Services Division. *Warfare in the light of history: an exploratory essay for the rushlight society*. Carlisle: Carlisle Barracks, 2006.

WOOD, C.K. The work of the Royal Engineers in Natal. *Professional Papers of the Corps of Royal Engineers*, v. 27, n. 1, pp. 49-70, 1901. Disponível em: <<https://www.nzsappers.org.nz/wp-content/uploads/2019/11/OPVol27.pdf>> Acesso em 3 fev. 2025.



Wellington Ferreira Gomes é coronel do Exército Brasileiro e mestre em ciências sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Possui graduação em ciências militares pela Academia Militar das Agulhas Negras e especialização em geopolítica e relações internacionais pelo Centro Universitário Claretiano. Atua como pesquisador no campo da história e da sociologia militar e possui experiência nas áreas de ciência política, relações internacionais e ciências militares. Foi professor de sociologia da Academia Militar das Agulhas Negras, é membro da Associação Brasileira de Estudos de Defesa e atuou como oficial de estado-maior da Força-Tarefa Logística Humanitária na Operação Acolhida.



A MISSÃO DE PAZ DA ONU NO HAITI REVISITANDO A PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA

Marcus Fabiano Cota



Resumo: Entre os anos de 2004 e 2017, as Forças Armadas brasileiras estiveram presentes na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti. A Organização das Nações Unidas acompanhou a situação caótica do país por muitos anos, antes de reunir as condições para autorizar a intervenção de uma força de paz. O organismo mobilizou esforços de vários países que o integram, atribuindo o comando militar da missão ao Brasil; comando exercido por generais do Exército Brasileiro que desempenharam a função de Force Commanders. Inicialmente, a missão objetivou prover a estabilização das condições de segurança do Haiti, contendo as ações de grupos criminosos, sustentando as atividades governamentais e garantindo a execução de eleições democráticas. Posteriormente, o rol de objetivos foi acrescido da organização de ajuda humanitária, da reconstrução estrutural de parte do país, entre outros. Ao longo de mais de 13 anos, o Brasil enviou 37,5 mil militares ao território haitiano, cerca de 30 mil do Exército. Enfrentando condições e desafios mais árduos do que imaginavam, como o contato com a extrema pobreza, a presença hostil de milícias e gangues que espalhavam a violência, a devastação causada por um terremoto, um furacão e por inundações, os militares brasileiros demonstraram versatilidade, profissionalismo, solidariedade, empatia e capacidade de superação das adversidades, escrevendo páginas na história assinaladas com traços de heroísmo, desprendimento, liderança e coesão. A MINUSTAH deixou muitas lições às pessoas e às Forças Armadas; conhecimentos que servem de legado às futuras gerações de peacekeepers (mantenedores da paz) e que se traduzem em um caso de sucesso.

Palavras-chave: MINUSTAH, ONU, Forças de paz, *peacekeepers*.

Abstract: Between 2004 and 2017, the Brazilian Armed Forces were present in the United Nations Stabilization Mission in Haiti. The United Nations monitored the chaotic situation in the country for many years before gathering the conditions to authorize the intervention of a peacekeeping force. The organization mobilized efforts from several member countries, assigning military command of the mission to Brazil; command was exercised by Brazilian Army generals who served as Force Commanders. Initially, the mission aimed to stabilize security conditions in Haiti, containing the actions of criminal groups, supporting government activities, and ensuring the holding of democratic elections. Subsequently, the list of objectives was expanded to include the organization of humanitarian aid and the structural reconstruction of part of the country, among others. Over more than 13 years, Brazil sent 37,500 military personnel to Haitian territory, including approximately 30,000 from the Army. Facing conditions and challenges more difficult than they had imagined, such as extreme poverty, the hostile presence of militias and gangs spreading violence, and the devastation caused by an earthquake, hurricanes, and floods, the Brazilian military demonstrated versatility, professionalism, solidarity, empathy, and the ability to overcome adversity, writing pages in history marked by heroism, selflessness, leadership, and cohesion. MINUSTAH left many lessons for the people and the Armed Forces; knowledge that serves as a legacy for future generations of peacekeepers and that has resulted in a successful case.

Keywords: MINUSTAH, UN, Peace Forces, *peacekeepers*.



INTRODUÇÃO

Quando as instituições internacionais ou outras nações aliadas empregam seu tempo e despendem seus recursos diplomáticos e militares para acorrer a um país, é sinônimo de que as forças internas de defesa esmoreceram ou, não raras vezes, já sucumbiram, deixando à mostra o descaso governamental antecedente à ocasião, a fragilidade de seus investimentos em segurança e defesa, bem como o despreparo dos corpos militares, incapazes de manter um ambiente democrático e de defender os interesses nacionais, providos somente pela coesão do Estado, que conta com o respaldo de suas forças armadas como agentes de perenização da paz interna.

É nesse contexto que se introduz o presente estudo, que intenta prover um apanhado de ideias, exatamente em um momento que se aproxima da celebração dos 20 anos do início da participação brasileira na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), uma operação humanitária sem precedentes na história das nossas forças armadas, com destaque à atuação do Exército Brasileiro.

Antes de enveredar pela discussão afeta à MINUSTAH, é mister aduzir que a Segunda Guerra Mundial (II GM) deixou um legado de preocupação com a manutenção da paz. A razão disso é muito simples: conflitos locais podem se espalhar por regiões adjacentes, com o potencial de produzir uma escalada no envolvimento de outros atores, desencadeando processos de desestabilização econômica, política e social que podem ter proporções inimagináveis para todo o globo.

O encerramento da II GM marcou a confluência de profusos esforços pacifistas, materializados pela criação da Organização das Nações Unidas (ONU), no ano de 1945. Este organismo, que substituiu a malsucedida Liga das Nações, criada pelo Tratado de Versalhes, objetiva promover a cooperação internacional e prevenir conflitos semelhantes aos ocorridos durante aquela guerra. Contou, assim, com pouco mais de 50 nações em sua formação inicial; hoje, dispõe de quase 200 Estados-membros, que patrocinam ações concretas para manter a segurança e a paz mundiais, promover os direitos humanos, auxiliar no desenvolvimento econômico e no progresso social, proteger o meio ambiente e fornecer ajuda humanitária em situações de fome, desastres naturais e conflitos armados.

Para que tudo isso se operacionalize, a gestão de parte desses objetivos foi delegada a um dos seus órgãos estruturais, o Conselho de Segurança, formado por membros permanentes e rotativos, esses últimos com mandato de dois anos, sem direito à reeleição direta.

Cabe ao Conselho, entre outras funções, manter a paz e a segurança internacionais e determinar a criação, a continuação e o encerramento das missões de paz, traduzindo-se estas em operações que auxiliam os países devastados por conflitos a criarem condições para alcançar a paz em seus territórios. Registra-se que a primeira missão de paz da ONU transcorreu em 1948, na região do Oriente Médio. Aquela missão, chamada de Força de Emergência das Nações Unidas (UNEF-1), acompanhou o acordo do armistício árabe-israelense. A partir deste marco, mais de 60 missões de paz foram conduzidas, cerca de 50 delas, tendo o Brasil como integrante.

Com a instituição da ONU, observadores militares brasileiros foram empregados desde 1947; esta foi a primeira atuação do Brasil sob a égide daquele Organismo, considerado



nosso marco temporal nesse aspecto. O aproveitamento de grandes efetivos ocorre desde 1956, quando foi constituída a Força de Emergência das Nações Unidas, encarregada de mitigar tensões geopolíticas deflagradas pela Crise de Suez, uma região estratégica à navegação comercial que colocou em rota de colisão os interesses de países capitalistas e comunistas. Durante um lapso temporal de 10 anos, o Exército Brasileiro (EB) enviou cerca de 6 mil integrantes para aquela seção territorial, em sistema de revezamento, com as principais incumbências de realizar patrulhamento regional e prover a desminagem de campos. A missão de paz, composta pelo nosso Exército, projetou o nome do Brasil, oportunizando espaços à futuras participações de nossa Força.

Seguiram-se dezenas de novas experiências, destacando-se como as principais, em termos de efetivos, as missões em países como Angola, Chipre, Congo, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, Haiti, Honduras, Líbano, Moçambique, Nicarágua, Peru, República Dominicana, Timor Leste, Saara Ocidental, Sudão e Sudão do Sul. Ao todo, mais de 45 mil homens e mulheres, somente do Exército Brasileiro, tomaram parte nessas ações (Carluccio, 2020).

Aprofundando o olhar sobre essas missões de paz, percebe-se a MINUSTAH, como uma das mais dilatadas em duração e a maior em termos de atuação de efetivos, a qual empregou, aproximadamente, 30 mil militares do EB, superando o contingente da Força Expedicionária Brasileira na II GM. Foi, também, a que mais legados deixou ao Exército, dada sua complexidade em amplo espectro. Em síntese, trata-se de referencial positivo no tocante às assistências humanitárias, merecendo a perpetuação da lembrança dos seus feitos.

O CONTEXTO HISTÓRICO DO HAITI ANTES DA MISSÃO DE PAZ

A situação política, econômica e social do Haiti, entre outros aspectos ligados a essas áreas basilares de desenvolvimento, parece sempre ter estado em latente conturbação. Ao final do século XV, a ilha de Hispaniola, onde fica esse país, ocupada por povos originários, foi colonizada por espanhóis, nos moldes do que ocorreu em diversos territórios do continente americano. Dois séculos avante, passou a sofrer com o domínio francês, exercido pelo cultivo escravagista e exploratório da cana-de-açúcar. Com uma história marcada por lutas e revoluções, o Haiti viu-se livre da escravidão e como nação independente antes do que nós, brasileiros (Castro; Marques, 2019).

Esses episódios libertários, segundo Lima (2019), não se mostraram suficientes consistentes para induzir um clima de paz, harmonia e prosperidade à “nova” nação de forma estável e perene. A sociedade local continuou a experienciar as mais diversificadas instabilidades políticas, além de infindáveis tentativas e consolidações de golpes de Estado. Agitaram-se os diversos grupos antagônicos, alguns, inclusive, partidários de ideologias e ações que feriram os preceitos democráticos, implicando no estabelecimento de remodelados líderes que eram destituídos por meio de revoltas, obrigados a se dirigirem ao exílio ou, ainda pior, assassinados por seus opositores, fazendo germinar, cada vez mais, sucessivos atos de violência generalizada, ações conspiratórias e separatistas.



Nos cinquenta anos que antecederam à MINUSTAH, a governança haitiana esteve, na maior parte do tempo, em mãos ditatoriais. Sistemas de governo, sobremaneira caracterizados pela corrupção, formaram alianças políticas e criminais, inclusive através do aliciamento de milícias armadas, que sustentaram o seu autoritarismo, praticaram repressões ideológicas e mantiveram o *status quo* do poder usurpado daquele povo (Castro; Marques, 2019; Exército Brasileiro, 2018). O desvirtuamento da gestão nacional fez agravar a sua fragilizada saúde financeira. As dívidas internacionais, contraídas, inicialmente, como custas indenizatórias do processo de independência, avolumaram-se de forma insustentável para uma região subdesenvolvida.

Afirma Lima (2019) que todas essas mazelas enterneceram a economia, a educação e a industrialização do país, minando a possibilidade de recebimento de investimentos estrangeiros que alavancassem o seu desenvolvimento. O resultado não poderia ter sido mais nocivo. O estágio de miséria, que já era intenso, continuou se agravando, atingindo patamares de extrema vulnerabilidade social, além de exacerbar-se um processo de falência do Estado.

Carluccio (2020) complementa que, em meio a essas vicissitudes, no início da década de 1990, o Haiti começou a respirar tímida soberania popular. Transcorreram séries de eventos de uma disputa eleitoral polarizada. A despeito daquela conjuntura, de forma “democrática”, o país elegeu um ex-padre para o cargo de presidente da República: tratava-se de Jean-Bertrand Aristide.

Pouco tempo depois, a esperança do povo haitiano foi novamente surrupiada. Aristide permaneceu no poder por poucos meses após tomar posse. O presidente eleito foi afastado por um golpe, no ano de 1991. Dentre as suas breves ações gerenciais, articulou uma política que tencionava o combate ao narcotráfico e que, seguramente, contrariou os interesses de parcela de seus opositores, favorecidos financeiramente por essa prática criminosa. Foi sucedido, então, por governanças transitórias (Castro; Marques, 2019).

Com a ajuda da comunidade internacional, Aristide retornou ao poder anos depois, governando o país até o início de 1996. No final do ano 2000, ele tornou a disputar o cargo, reelegendo-se e tomando posse no ano seguinte. Uma vez mais, teve um governo conturbado, iniciado com fortes censuras ao processo eleitoral do qual sagrou-se vencedor, possivelmente maculado por irregularidades; também, juntaram-se acusações de envolvimento em esquemas de corrupção, descontrole econômico e instauração de estilo ditatorial de governo (Brasil, 2018; Franco; Stochero, 2017; Lima, 2019).

As tensões na República Haitiana se tornaram mais acirradas e estenderam-se de maneira desenfreada. O clima de corrupção impediu a realização das eleições no ano de 2003. Aristide passou a governar fazendo o uso de decretos que não tinham o devido respaldo democrático. Grupos políticos e sociais de oposição faziam pressões para que o presidente renunciasse, enquanto os seus apoiadores já não eram tão numerosos quanto antes, tampouco tinham a mesma força e liderança junto aos seus correligionários. O estado de excitação política logo tomou conformação de confrontos armados, de motins e de rebeliões, atos violentos e descontrolados que não puderam ser plenamente contidos pela desaparelhada Polícia Nacional do Haiti (PNH).

Em fevereiro de 2004, o presidente Aristide foi obrigado a renunciar. Sua segurança corria perigo e, por meio de uma operação diplomático-militar, foi conduzido ao exílio na África do Sul. Permeada por toda essa avassaladora onda de entraves, a população haitiana mais vulnerável,



aqui abarcadas as crianças, as mulheres e os idosos, foi a que mais sofreu com esse esgotamento estatal (Fernandes; Onuma, 2024). À comunidade internacional e aos seus organismos, diante do nefasto estado em que se encontrava o Haiti, não restou alternativa, senão interceder por uma missão de paz (Lima, 2019).

A INSTITUIÇÃO DA MINUSTAH

A renúncia do Presidente Jean Bertrand Aristide, em fevereiro de 2004, deixou a nação haitiana des governada e em temerária condição de insegurança, mergulhada em uma profunda guerra civil, o que fez agravar o já existente estado de preocupação da comunidade internacional, particularmente, os olhares dirigidos pela ONU sobre a situação. Grupos distintos rivalizavam, física e ideologicamente, pela detenção do poder de um país desestruturado, empobrecido em todas as suas dimensões, faminto não apenas por alimentos, mas por democracia e, aparentemente, sem condições para se reerguer daquela conjuntura (Lima, 2019).

Aqui, insta fazer um adendo e mencionar que o Secretário-Geral da ONU, o diplomata egípcio Boutros Boutros-Ghali, quando em exercício de seu mandato no ano de 1994, assinou o Relatório Anual no Trabalho, assinalando que, pelo menos desde 1993, o organismo já monitorava a situação caótica em que se encontrava o Haiti, por meio das atividades desenvolvidas por um Comitê do Conselho de Segurança, que foi constituído por meio da Resolução nº 841, exclusivamente para se debruçar sobre os assuntos concernentes àquele país (Boutros-Ghali, 1994). Em outras palavras, o Conselho de Segurança não tinha a autonomia para instituir sozinho uma missão de paz, e aguardava uma junção de condicionantes e recursos internacionais que propiciassem uma forma de apoiar o Haiti, havia, pelo menos, onze anos.

Um dos primeiros e mais importantes influxos feitos pelas Nações Unidas no intuito de amenizar a questão foram as consultas iniciais aos possíveis países que reuniam condições de apoiar a missão de paz. Essas consultas visaram obter as confirmações das participações dessas nações, a captação de recursos orçamentários e definir como seriam feitos esses préstimos. Evidentemente, todos esses trâmites demandaram bastante tempo e muitos ajustes diplomáticos até que as tratativas levassem ao firmamento de intenções. Tempo que corria contra a sociedade local (Ibid.).

A espera pela intervenção da ONU no Haiti também foi justificável por outros pontos. Uma missão de paz é uma operação complexa que não se desencadeia, simplesmente, pela manifestação do interesse unilateral. Ainda que o ambiente do país fosse extremamente calamitoso, que houvesse motivos mais do que plausíveis a essa intercessão e que se manifestasse o desejo das Nações Unidas em prover a necessária ajuda, instigada por pressões de frações da comunidade internacional, era imperioso que todos os aspectos da missão de paz transcorressem sob o inafastável respaldo da legalidade dos atos (Brasil, 2018; Franco; Stochero, 2017; Lima, 2019; Organização das Nações Unidas, 2004).

Da mesma forma, eram impreteríveis os diversos aportes internacionais (financeiros, militares, políticos, assistenciais, logísticos, estruturais etc.), o aval do Congresso Nacional para o emprego de tropas brasileiras além das nossas fronteiras, a aprovação de uma resolução

aprovando a missão pelo Conselho de Segurança e, incondicionalmente, a concordância entre todos os atores envolvidos na questão, incluindo o próprio Haiti, que deveria requisitar a intervenção e autorizar a entrada de forças militares estrangeiras em seu território (Brasil, 2018; Lima, 2019). Em suma, infere-se dessa exposição que múltiplos e distintos interesses e esforços precisavam estar muito bem alinhados antes que as ações de ajuda tivessem exórdio naquela nação.

Muito embora a MINUSTAH tivesse começado a ser desenhada antes de sua instituição, foi somente após o afastamento do presidente Aristide que ela, de fato, passou a ter ares práticos e a ser implementada. Importantes países integrantes da ONU, como a França, o Canadá e os Estados Unidos empreenderam fortes atividades e posicionamentos político-diplomáticos mais veementes. A força desses membros, externada por suas capacidades de convencimento, foi determinante nesse sentido, o que culminou na tão aguardada junção de interesses.

Após diversas rodadas de negociações, em especial, aquelas destinadas a acordar as condições dos apoios, o Conselho de Segurança da ONU aprovou a Resolução nº 1542, em 30 de abril de 2004, que instituiu a Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti. Seguiu-se a aprovação dessa resolução, a configuração do alto comissariado da missão, a definição de suas estratégias e os objetivos (Brasil, 2018; Franco; Stochero, 2017).



Fig. 1 – Militares brasileiros durante Missão de Paz no Haiti

Fonte: Maciel; Rosa; Caixeta, 2023.



Em junho de 2004, a sofrida população haitiana se deparou com enormes navios militares afundando as suas âncoras no litoral do país, acompanhados por aviões cargueiros que pousaram no aeroporto de sua capital, Porto Príncipe. Aquelas embarcações e aeronaves levavam a bordo os recursos militares da ONU, integradas pelos primeiros *peacekeepers*, assim chamados os agentes mantenedores da paz, indivíduos pertencentes a uma força militar internacional cuja missão é prevenir ou interromper conflitos em uma área específica (Franco; Stochero, 2017; Lima, 2019). Os materiais que seriam empregados na missão, insumos da tão desejada paz. Eram homens e mulheres, trajando uniformes que estampavam as cores das bandeiras de seus países, reconhecidos, por seus propósitos e por quem os havia enviado até lá, através de seus capacetes azuis e suas máquinas brancas que traziam a inscrição UN (*United Nations* - Nações Unidas) em cor preta. Os meses que se seguiram foram destinados às instalações das bases, ao início das operações de reconhecimento do terreno e o patrulhamento das áreas de risco (Bonalume, 2024; Carluccio, 2020; Brasil, 2018; Franco; Stochero, 2017).

OBJETIVOS DA MINUSTAH

De maneira geral, uma missão de paz tem como principal objetivo apoiar as nações afetadas por conflitos a estabelecer as bases essenciais para a paz local. Nesse diapasão, é evidente que o elemento desejado, e que costura a condição de tranquilidade nacional, é a democracia, o sistema político mais próximo da perfeição em que a soberania é exercida pelo seu ator protagonista, o povo. Nela, os cidadãos são os detentores do poder e delegam parte dele ao Estado para que organize a sociedade (Bonalume, 2024; Brasil, 2023).

Ainda nesse contexto objetivo, as missões de paz almejam, especificamente, preservar as vidas das populações mais vulneráveis, prevenir atrocidades, estabelecer condições para a estabilidade e a paz perene, promover o respeito aos direitos humanos, apoiar eleições democráticas, restaurar governos legitimamente instituídos, treinar forças policiais e facilitar o retorno de populações refugiadas e/ou deslocadas (Brasil, 2018).

Depreende-se, desta breve exposição, que é bastante audacioso e árduo o querer de uma aliança política e militar, como é o caso da ONU, quando delibera por instituir uma missão de paz em algum território. Incontestavelmente, a grandiosidade de todo esse abarcamento requisita a firme, oportuna e coordenada atuação dos *peacekeepers*.

Isso leva à internalização de que não basta contar com os conhecimentos, as habilidades e as atitudes das tropas para que se materializem os propósitos dos organismos internacionais. É inarredável o fator vocacional pela paz de homens e mulheres militares que, sem temerem os riscos inerentes à tarefa, esvaziam os seus lares, deixam os seus países originários, deslocam-se a regiões assinaladas por severos conflitos e operam em esforços uníssonos para interceder por aqueles que não são seus compatriotas, mas, igualmente irmãos. A MINUSTAH, assim, foi emoldurada por seus constituintes e objetivos retratados anteriormente.

De maneira muito particular, a missão precisava estabilizar a situação política do Haiti, proporcionando um ambiente de segurança à população. A existência local de grupos formados por rebeldes e guerrilheiros era fator agravante a esse intento. Portanto, desarmar esses agentes e desarticular as suas operações foi uma das primeiras tarefas (Brasil, 2018; Franco; Stochero, 2017).



O processo democrático eleitoral do país também estava colapsado. Naquela conjuntura, a MINUSTAH tencionou promover as circunstâncias necessárias para a organização e a supervisão das eleições municipais, parlamentares e presidenciais, que deveriam ser afastadas de máculas à democracia, com especial cuidado a que todos os eleitores haitianos pudessem exercer o seu direito ao voto, sem nenhum tipo de coação e primando para que o processo de apuração não fosse de alguma forma fraudado (Brasil, 2018).

O estado de penúria alimentar e de saúde em que se encontrava grande parcela da sociedade haitiana também despertou a preocupação da MINUSTAH, tornando urgente que os *peacekeepers* tivessem de arquitetar oportunidades para que outros organismos internacionais – e não somente a ONU – pudessem promover ações humanitárias de distribuição de alimentos, medicamentos e demais itens de necessidade, o que antes não era possível, considerando a acentuada escalada da violência que preexistia ao início da missão (Lima, 2019).

As instituições de Estado, identicamente, encontravam-se em crise. Nenhum dos poderes constituídos possuía segurança ou respaldo para atuar sem que houvesse a manipulação de agentes internos corrompidos e/ou coagidos por grupos externos, como as milícias políticas e armadas. Tal situação, além de comprometer o processo de condução do país, minou ainda mais o seu desenvolvimento econômico. Desta feita, a MINUSTAH, ao empreender ações de desmantelamento dos grupos que causavam o desgoverno, e, com medidas que asseguraram o exercício legal dos poderes políticos, alvoreceu novas e esperançosas perspectivas ao futuro do Haiti (Brasil, 2018).

Sintética e incontestavelmente, as tropas da MINUSTAH tiveram um papel preponderante no apoio aos processos de restabelecimentos constitucionais, econômicos, estruturais, políticos e de segurança da nação haitiana. As principais pautas defendidas pela missão foram as do diálogo e da reconciliação entre todos os setores e grupos que se contrapunham em seus interesses. Essas pautas, tão caras à paz, são ingredientes para o estabelecimento e a preservação dos direitos humanos.

Adicionalmente, para as Forças Armadas do Brasil, os objetivos não poderiam ser mais claros. Traduziam-se por garantir que a democracia fosse restabelecida no Haiti, que a paz social pudesse ser alcançada com o combate à violência e o desdobramento de ações humanitárias. Essas eram ideias disseminadas a cada um dos milhares de militares brasileiros que foram selecionados para a MINUSTAH.

ALGUMAS PARTICIPAÇÕES DO BRASIL NA MINUSTAH

A ONU, ao decidir pela intervenção no Haiti, precisava conceber uma força militar que fizesse valer as suas intenções. Nesse viés, coube ao Conselho de Segurança designar o Brasil como liderança da operação (Castro; Marques, 2019).

Encabeçar todo o contingente da MINUSTAH não foi uma tarefa fácil. A força militar era composta por países como Argentina, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Equador, Estados Unidos, El Salvador, França, Guatemala, Honduras, Indonésia, Jordânia, Nepal, Paraguai, Peru, Filipinas, República da Coreia, Sri Lanka e Uruguai. Inquestionavelmente, uma miscelânea doutrinária e cultural que despendia atenção, articulação e um sistema de regência que se



mostrasse imperturbável, e ao mesmo tempo firme, capaz de explorar as potencialidades de cada fração, criando as melhores condições para que trabalhassem em elevado nível de simbiose ideológica (Castro; Marques, 2019; Brasil, 2018).

Com o controle da operação militar da MINUSTAH atribuído ao Brasil, as tropas de todos os países integrantes da missão passaram à subordinação da figura de um *Force Commander*¹. Esse comando foi exercido, ao longo dos mais de 13 anos da missão de paz, por oficiais generais do Exército Brasileiro, que, diferentemente das tropas, permaneceram por períodos mais extensos de atuação, que chegaram a durar mais de dois anos em algumas circunstâncias (Castro; Marques, 2019; Franco; Stochero, 2017).

Castro e Marques (2019) trazem outra questão que faz despertar atenção nesta narrativa: a formação do chamado *Core Group*. A tradução desta expressão nos leva a entender que foi instituído um grupo principal, ou central, para o controle da MINUSTAH. Essa congregação tinha a participação do Brasil, dos Estados Unidos, do Canadá, da França, do Chile, da Argentina, de um representante especial do Secretário-Geral da ONU, além de outras coletividades internacionais, como a Organização dos Estados Americanos e a União Europeia.

O grupo agia como elemento político-militar da missão, encarregando-se de articular acordos diplomáticos e governamentais, além de gerenciar as operações militares. Ainda, realizava a comunicação oficial da MINUSTAH e intermediava contatos com as diversas partes em conflito no Haiti, por meio de um delicado, extenuante e alongado processo de persuasão e de busca de consenso, onde o pleno êxito nem sempre era alcançado (Brasil, 2018).

Os resultados de todas essas ações de mediação de interesses precisavam vir ao conhecimento internacional. Assim, o *Core Group* publicava notas à imprensa, com certa regularidade, onde expunha os seus posicionamentos e as suas decisões relacionadas às tratativas de paz, ao contexto geral haitiano e à missão propriamente dita, algo como o que os gestores de grandes organizações costumam tratar por *accountability*² (Castro; Marques, 2019).

Depreende-se, em vista disso, que o Brasil, como gestor das forças militares da missão de paz, exercia um papel importantíssimo no *Core Group*. A participação naquele colegiado direcionou os olhares dos principais atores mundiais ao potencial do país, não apenas em termos de gestão militar, mas como um habilidoso negociador da paz.

As participações mais importantes do Brasil na MINUSTAH não se limitaram ao *Core Group*. O engendramento das operações militares foi, de fato, outro significativo talento avultado nessa epopeia. As tropas militares, em muitos momentos, tiveram de dar sustentação ao governo de transição do Haiti e ao conselho eleitoral provisório, para que conduzissem a mínima governança do país e os trâmites eleitorais, dentro de bases legais.

Para que se estabeleça uma consciência situacional da época, em um país completamente desestruturado, registre-se que parte dos cidadãos haitianos não se encontrava apta a exercer o direito ao voto, pois não eram eleitores cadastrados. Nesse sentido, a atuação da MINUSTAH em assegurar o processo de registro de votantes, como uma das premissas de uma validada eleição, representou uma contribuição para a democracia haitiana.

¹ Comandante da Força, em tradução livre.

² Prestação de contas, em tradução livre.



Aditivamente, a segurança eleitoral não se restringiu aos seus procedimentos. Os diversos atores eleitorais, para que não ficassem sujeitos a ações violentas, como atentados e sequestros, tiveram de ser guarnecidos. A PNH ainda não detinha condições de garantir a necessária segurança de toda a sociedade, dos poderes constituídos e dos seus representantes, atribuição que recaiu às forças militares da missão de paz.

O apoio e o influxo sobre a reestruturação da PNH foi outra importante participação do Brasil. Aquela força policial, que havia sido criada alguns anos antes da instituição da MINUSTAH para garantir a segurança do país, padecia com diversos problemas, como corrupção, capacitação deficiente e recursos limitados. Em sua reestruturação, foi provido o apoio internacional para a correção desses óbices, desencadeando um programa que triplicou o efetivo policial haitiano, provendo-lhes treinamento, além de investimentos em tecnologia e equipamentos, potencializando a capacidade de combate à criminalidade (Brasil, 2018).

Em complemento, militares brasileiros se engajaram em ações de patrulhamento, na restauração da ordem, no desarmamento, na prevenção à violência, na assistência humanitária, em Ações Cívico-Sociais (ACISO), na reconstrução do país, dentre outras.

A COMPOSIÇÃO DA MISSÃO

Após ter acompanhado e estudado a situação do Haiti, muito tempo antes da decisão de autorizar a missão de paz naquele país caribenho, o Conselho de Segurança da ONU já havia atingido um elevado nível de compreensão de que a MINUSTAH seria algo de grandes dimensões, em todos os sentidos. As experimentações precedentes da entidade, sempre à frente de operações desta natureza, carregaram para estimativas que envolviam grandes cifras orçamentárias, extensas quantidades de recursos humanos e logísticos, além de demandar muito tempo.

Nessa perspectiva, como já se sabe, a MINUSTAH teve a participação de tropas de, aproximadamente, vinte países, geridas sempre por um *Force Commander* brasileiro. O Contingente brasileiro era constituído de tropas conjuntas, predominantemente, por homens e mulheres da Marinha do Brasil, do Exército Brasileiro e da Força Aérea Brasileira, bem como por um menor contingente auxiliar, integrado por policiais e bombeiros militares de alguns Estados da federação (Carluccio, 2020; Castro; Marques, 2019; Brasil, 2018; Brasil, 2022).

No decorrer dos mais de treze anos de desdobramento da missão, compreendida de 2004 a 2017, as tropas brasileiras que estiveram no Haiti compuseram, basicamente, o Grupamento Operativo dos Fuzileiros Navais - Haiti (GptOpFuzNav - Haiti), o Batalhão de Infantaria de Força de Paz (BRABAT) e a Companhia de Engenharia de Força de Paz (BRAENGCOY) (Brasil, 2022; Brasil, 2024).

À Marinha do Brasil foi atribuído o encargo de, primordialmente, prover o transporte marítimo dos materiais logísticos mais volumosos, como máquinas pesadas, viaturas e estruturas. Também era sua atribuição guarnecer os portos haitianos, por onde aquela Força desembarcou incontáveis toneladas de suprimentos e materiais de construção, assim como fuzileiros navais, equipes de saúde, medicamentos e doações diversas. Posteriormente, assumiu o controle da segurança da área Norte da capital haitiana (Brasil, 2024).



Já o Exército Brasileiro, teve a incumbência de patrulhar as principais áreas de risco, prover a segurança da população e das instituições de Estado na área Centro-Sul da capital, realizar buscas e relatos de situações, conduzir o treinamento da PNH, desencadear ações tipo polícia, efetivar o desarmamento de grupos criminosos, dentre outras elencadas anteriormente. Também teve a responsabilidade de, por meio da BRAENGCOY, estabelecer, reconstruir e ampliar parte da infraestrutura do Haiti, além de colaborar em atividades de natureza humanitária (Brasil, 2018; Brasil, 2022).

A Força Aérea Brasileira participou de atividades logísticas, como o transporte de diversos tipos de suprimentos e, destacadamente, das tropas que eram submetidas aos revezamentos semestrais dos contingentes brasileiros. Com notável expertise, estruturou um Hospital de Campanha que atendeu militares e, também, alguns cidadãos haitianos. Contabilizaram-se mais de 12 mil horas de voo, aproximadamente 64 mil passageiros e um volume de cargas que ultrapassou 6 mil toneladas, incluindo mantimentos e outras espécies de donativos. Na fase final da missão, coube à FAB a lida de prover parte da desmobilização do contingente e dos materiais repatriados (Ibid.).

Em acréscimo a esses esforços, as Forças Auxiliares do Brasil destinaram efetivos que foram empregados no policiamento de pontos estratégicos, aumentando o estado de segurança da população haitiana, e no auxílio de ações humanitárias e socorro de vítimas nos momentos de calamidades (Brasil, 2018).

Em vista disso, a MINUSTAH representou a maior contribuição brasileira em missões de paz. Ao todo, cerca de 37.500 militares voluntários brasileiros estiveram naquele país durante o transcurso da missão. Desses, quase 30.000 apenas do EB. Os contingentes foram selecionados dentro das organizações militares integrantes de todos os Comandos Militares de Área (Brasil, 2022).

A Força Terrestre nunca encontrou dificuldades em formar as listas de voluntários para compor a MINUSTAH. Havia sempre uma enorme predisposição que permeava os militares que se candidatavam a uma das vagas entre as tropas de *peacekeepers*. O orgulho e o senso de dever cumprido daqueles que ostentavam a boina azul da ONU contagiaram os demais. Militares com maior experiência de vida, muitos deles pais e mães, eram tocados emocionalmente e sentiam-se compelidos a tomar parte da missão, reconhecendo nos semblantes entristecidos das crianças haitianas um motivo para os seus esforços pessoais. Essas iniciativas foram se tornando avolumadas ao longo dos anos da missão, sobremaneira pela comoção gerada em decorrência dos desastres naturais (terremoto e furacões) que assolaram o território haitiano. Desta feita, os comandantes das organizações militares tinham, recorrentemente, árduo trabalho para selecionar os muitos voluntários (Brasil, 2018).

Visando ao melhor emprego dos recursos de pessoal, os voluntários tiveram de ser selecionados dentro de padrões físicos, de higidez e psicológicos, separados por postos e graduações, e por competências pessoais e profissionais. Posteriormente, passaram por treinamentos que melhor os capacitou ao desempenho de suas atribuições. Foi nesse contexto que o Brasil compôs a MINUSTAH com indivíduos de altíssimo padrão.



DESAFIOS ENFRENTADOS PELA MINUSTAH

Os desafios preambulares da missão, já compreendidos pelos esforços diplomáticos internacionais que buscaram os devidos convencimentos parlamentares, governamentais, da opinião pública, militares, institucionais e as junções de tantas potencialidades e interesses, não foram os únicos que transpassaram a consecução da operação (Brasil, 2018).

No início e no transcorrer de toda a missão, é imaginável que muitos outros desafios foram surgindo e sendo superados. Transcrever a pluralidade dessas adversidades, vividas e enfrentadas em um período demasiadamente longo, como foi o caso da MINUSTAH, é algo muitíssimo complexo, mormente por se desconhecer a variedade de condicionantes a que esteve sujeito cada um dos milhares de militares que foram ao Haiti.

Estreitando, portanto, os desafios ao campo daqueles que foram mais recorrentes, genéricos e conhecidos, pode-se introduzi-los pelo provimento da logística militar, que teve de ser exercida a milhares de quilômetros de distância do território brasileiro. Esse tipo específico de atividade, que inclui o fornecimento de materiais de todas as classes militares, movimentações de contingentes e uma infinidade de outros produtos, requisitou uma cauda logística, verdadeiramente, desafiadora e onerosa. A exemplo disso, sabe-se que nem todos os custos financeiros da MINUSTAH foram subsidiados pela ONU, o que ocasionou que muitas dessas despesas tivessem de ser arcadas pelos governos dos países integrantes da missão.

Outro obstáculo foi a coordenação da presença de forças militares de cerca de 20 países, distintas em suas tecnologias, equipamentos, costumes, organização e até em suas doutrinas. Esse tipo de percalço só foi superado com o aporte do estilo de gestão dos *Force Commanders* brasileiros, que se mostraram flexíveis à miscelânea militar sobre as suas subordinações. Essa tranquilidade na liderança foi levada às ecléticas tropas, suscitando que incidentes relacionais graves não tenham sido registrados (Castro; Marques, 2019; Exército Brasileiro, 2018).

Em todas as fases da missão, os soldados da paz tiveram de subjugar desafios. Durante os primeiros anos, a contenção dos confrontos entre os grupos haitianos antagônicos e o controle da violência foram o carro-chefe.

Entre os anos de 2007 e 2009, a estabilização da paz preocupou as mentes protegidas pelos capacetes azuis. A condição mínima de segurança do país adveio dos inúmeros patrulhamentos, ações humanitárias e o preparo da PNH (Brasil, 2018; Franco; Stochero, 2017).

Os dois anos seguintes foram de reveses gravíssimos. No início de 2010, um terremoto de magnitude 7.0 na Escala Richter, considerado forte, atingiu o Haiti. As fragilizadas condições das infraestruturas do país foram intensamente impactadas, causando danos em, aproximadamente, 1.300 habitações e instalações governamentais, gerando uma massa de meio milhão de desabrigados que se viram obrigados a buscar refúgio em outras localidades. Os dados da tragédia são divergentes em números; mas, variam entre 217.000 e 250.000 mortos. Ao todo, três milhões de haitianos foram afetados de alguma forma (Brasil, 2018).



Fig. 2 – Cidadão haitiano caminha no meio de edifícios que sucumbiram ao terremoto de 12 de janeiro de 2010, no centro de Porto Príncipe.

Fonte: ONU



Nossa força militar também foi severamente atingida: perdemos 18 homens vitimados pelo terremoto. Em meio ao luto próprio e ao generalizado, os *peacekeepers* precisaram se reinventar diante de uma “guerra” atípica, em que a situação não lhes era comum. Estabeleceram o controle da situação, mobilizaram equipes de resgate, removeram escombros, buscaram por sobreviventes e corpos, evacuaram e atenderam feridos, reforçaram o efetivo com o recebimento mais apoios, obtiveram e forneceram água potável, reconstruíram estruturas, escoltaram comboios humanitários, distribuíram alimentos, enfrentaram a cólera e conduziram ACISO. A despeito desse hercúleo trabalho, ainda se dedicaram a subsidiar condições para amparar o processo da segunda eleição presidencial (Ibid.).

No período de 2012 a 2015, seguiram-se os intensos trabalhos da BRAENGCOY pela reconstrução do país. Parte dessas reestruturações foram novamente sensibilizadas pela passagem do Furacão Matthew, em outubro de 2016, que avançou sobre o território haitiano com ventos de até 230 km/h, acompanhados de chuvas intensamente volumosas, que acometeram mais de 2 milhões de pessoas e 80% das lavouras. O rastro mortífero do furacão foi agravado pelas fontes de água contaminadas, proliferando mais doenças (Franco; Stochero, 2017).

Superados esses problemas, dentro das possibilidades, as preocupações do passado em garantir a execução de processos eleitorais, foram substituídas pela tranquilidade da terceira eleição presidencial. A plasticidade da tropa brasileira, que nunca tinha enfrentado situações como terremotos e furacões, moldou-se às novas condições em curto espaço de tempo, sem entregar-se ao desespero, ao cansaço ou ao desânimo.

Encerro esta seção com lembranças que expressam, limitadamente, a grandiosidade do que foi a MINUSTAH, não apenas em sua dimensão político-militar, mas, sobretudo, em sua natureza humana, capaz de deixar cicatrizes nas almas daqueles que lá estiveram, afastados do convívio de seus entes, trabalhando movidos por uma motivação sobre-humana, entregando a um povo, sedento por paz, mais do que podiam dar ou fazer.

A SITUAÇÃO DO HAITI APÓS O ENCERRAMENTO DA MINUSTAH

Em abril de 2017, o Conselho de Segurança da ONU decidiu encerrar a MINUSTAH, após considerar que a situação do Haiti estava estabilizada. Para as tropas, os meses que se seguiram foram destinados à desmobilização e à repatriação dos contingentes e materiais, até o encerramento oficial da missão, que ocorreu em 15 de outubro daquele ano. Ato contínuo, foi estabelecido um novo tipo de ajuda ao país, a Missão das Nações Unidas para o Apoio à Justiça no Haiti (MINUJUSTH). Esta atividade objetivou treinar policiais haitianos e fortalecer as instituições de Estado, porém não obteve resultados expressivos (Bonalume Neto, 2024; Brasil, 2018).

Após a retirada das tropas da ONU do território haitiano, iniciaram-se outros episódios de desestabilização política e social, gerando uma nova explosão de violência e a reincidência dos conflitos pelo poder. As consequências do terremoto de 2010 e do furacão de 2016 ainda eram sentidas, pois uma esmagadora parcela da sociedade haitiana lutava, *ipsis litteris*, por uma moradia, ou por qualquer coisa que servisse como tal. O país começou, então, nova marcha em direção a uma guerra civil (Brasil, 2018; Maciel; Caixeta, 2023).



As tensões foram-se exacerbando, dia após dia, motivadas por uma atmosfera de violência e criminalidade. Como um dos desdobramentos dessa situação, o Senado haitiano não conseguiu ser renovado, no ano de 2019, dadas as condições de insegurança eleitoral que também eclodiram, fazendo com que o Poder Legislativo perdesse sua credibilidade.

Em decorrência disso, protestos políticos que pediam a renúncia do então presidente Jovenel Moïse se tornaram parte da rotina nacional, enquanto ele governava o país por meio de decretos que não tinham o devido aporte democrático. Na sequência, um novo golpe ocorreu; em julho de 2021, o presidente sofreu um atentado e foi assassinado a tiros, relembrando as espinhosas sublevações do passado.

O primeiro-ministro Ariel Henry, então, assumiu, provisoriamente, a governança do Haiti, sendo apoiado pela comunidade internacional. Ele prometeu que asseguraria as condições necessárias ao funcionamento da Suprema Corte do país e que instituiria uma comissão eleitoral. Nada disso se concretizou. Sem instituições fiscalizadoras do seu governo, o mandatário passou a empregar uma liderança ditatorial, que realimentou a insatisfação de populares e de grupos políticos.

Reiteradamente, manifestações hostis tomaram as ruas em exigência à renúncia do primeiro-ministro. A escalada da violência foi intensificada pela atuação das milícias e das gangues. Parte da população ainda acusa os partidos políticos de controlarem alguns desses grupos. De acordo com estimativas da ONU, ocorreram mais de 2 mil homicídios e mil sequestros no transcorrer do primeiro semestre de 2023. Esses sequestros, que financiam as atividades ilícitas dos agentes criminosos, envolvem extorsões e resultam em muitos reféns mortos, quando os resgates não são pagos.

Uma das modalidades de ações empreendidas por esses grupos criminosos é dificultar toda a rede de transporte. Em 2022, uma das facções assumiu o controle do principal terminal portuário, impedindo a chegada de combustível a hospitais, escolas, empresas e residências. Até mesmo o fornecimento de água potável foi afetado durante uma epidemia de cólera. Nesse cenário de falta de controle estatal, os narcotraficantes, que utilizam o Haiti como rota de distribuição, ampliaram as suas atividades, valendo-se de um sistema de corrupção que envolve políticos e agentes públicos encarregados de combater esses crimes. Com o quadro exasperado, nações estrangeiras iniciaram a retirada de seus cidadãos do território haitiano, temendo pela segurança dos mesmos. Muitos cidadãos se viram obrigados a emigrar do Haiti como forma de fugir da violência, tornando-se refugiados.

Em outubro de 2022, o primeiro-ministro recorreu à ONU, pedindo por uma nova intervenção em seu Estado. A comunidade internacional respondeu com sanções econômicas ao país, sem acorrer com ajuda humanitária. Meses depois, em janeiro de 2023, encerrou-se o mandato dos senadores, deixando a nação sem legisladores. O governo provisório, liderado pelo primeiro-ministro Ariel Henry, declarou a inviabilidade de realizar eleições devido à grave situação de segurança. Com apenas cerca de 10 mil policiais, para uma população de quase 12 milhões de pessoas, a proporção de 1.200 cidadãos para cada policial evidencia os desafios enfrentados em garantir a segurança necessária à sociedade e um processo eleitoral justo e seguro.

Uma nova rogativa de ajuda à ONU foi emitida pelo Haiti e ainda está em estudo. Possivelmente, o organismo autorizará outra intervenção, exclusivamente para ampliar a capacidade da PNH



em combater a violência, tendo o Quênia à frente da nova missão. Mais recentemente, em março de 2024, o primeiro-ministro anunciou sua renúncia ao cargo, indicando que permanecerá nele até a realização de eleições democráticas para a instituição de um novo governo. Enquanto isso, quase 5 milhões de pessoas passam fome no país.

A despeito de alguns atores apontarem que a MINUSTAH não tenha sido bem sucedida, considerando falhas pontuais, a verdade é que um ambiente de menores tensões existiu no Haiti, enquanto os *peacekeepers* lá estiveram. A decisão da ONU em interromper aquela missão talvez tenha sido prematura, deixando à população as consequências disto.

AS LIÇÕES APRENDIDAS

Em geral, toda experiência tem o potencial de deixar algum legado. Seja uma experiência positiva ou não, ela oferece oportunidades para adquirir conhecimentos, desenvolver habilidades e crescer como indivíduo ou coletividade. O aprendizado pode ocorrer de várias maneiras, como refletir sobre a experiência, aprender com os erros ou observar os resultados. É importante estar aberto ao aprendizado contínuo e aproveitar cada experiência como uma chance de evoluir.

Estes aprendizados, que extrapolam as bagagens pessoais, também estiveram associados ao desfecho da MINUSTAH; ou seja, a missão deixou impressões e convicções que servirão como contributo às futuras operações desta natureza.

Assim, podem ser reconhecidos dentro do escopo das lições aprendidas, a necessidade de um permanente preparo das forças militares e a ampliação de um estado de prontidão. Situações conflituosas, internas e/ou externas, podem surgir a qualquer momento, requisitando indivíduos capacitados e em condições de atuação em múltiplas circunstâncias (Exército Brasileiro, 2018; Franco; Stochero, 2017; Walker, 2018).



Fig. 3 – Militares da MINUSTAH no Haiti.

Fonte: ONU/MINUSTAH/Jesús Serrano Redondo.

A missão também proporcionou melhoramentos afetos à logística militar brasileira, que, colocada à prova sob condicionantes bastante exaustivas, demonstrou coesão e eficiência pela ação integrada entre as forças singulares, mantendo uma cauda logística que supriu as necessidades das tropas que estavam a milhares de quilômetros. Igualmente, incitou-se a dilatação da perícia para atuar em ambientes multiculturais e expandir a mestria para operar com organizações distintas em doutrinas e equipamentos (Brasil, 2018).



Outro aprendizado foi a articulação para o emprego de efetivos militares, sempre em condições de superioridade às ameaças, direcionando a um panorama de maior segurança para as tropas e a população protegida (Franco; Stochero, 2017; Walker, 2018).

Inferiu-se a relevância do extenuado trabalho de mídia institucional, qualificada a levar informações e, com grande eficiência, plasmar a opinião pública nacional e internacional a respeito da missão de paz e do papel das Forças Armadas brasileiras (Brasil, 2018).

Ampliou-se o respeito das instituições militares de outros países e da comunidade internacional como um todo, em relação às nossas Forças Armadas e ao Brasil.

Em termos de erudição, criou-se, em 2005, o Centro de Instrução de Operações de Paz (CI Op Paz), posteriormente transformado no Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), no ano de 2010, integrado pelas três Forças Armadas do Brasil. Estes centros encarregaram-se de transmitir as experiências dos primeiros militares empregados na MINUSTAH aos demais contingentes e de contribuir com o aperfeiçoamento doutrinário, fomentado pelo incremento das capacidades de atuação em missões de paz e operações humanitárias internacionais (Brasil, 2018; Walker, 2018).

Nas áreas estratégica e relacional, projetou-se o poder militar brasileiro, aumentando a capacidade de dissuasão de intenções hostis e fortalecendo os laços de amizade com as nações amigas que enviaram tropas à MINUSTAH.

No campo humanitário, desenvolveu-se uma política “migratória” brasileira para cidadãos haitianos, destinada a acolher homens e mulheres, idosos, jovens e crianças que não são imigrantes do Haiti, mas refugiados. Em palavras mais duras, são vulneráveis socioeconômicos, físicos, emocionais e psicológicos do que pode ser considerada uma das piores mazelas que a humanidade já produziu, a guerra civil (Brasil, 2018; Fernandes; Onuma, 2024; Franco; Stochero, 2017; Irigaray et. al., 2021).

Na esfera industrial, observou-se que empresas civis, instaladas no Brasil, começaram ou ampliaram as suas participações no fornecimento de equipamentos de emprego militar para as Forças Armadas, o que fomentou esses negócios e, ao mesmo tempo, aportou novas tecnologias às atividades militares nacionais (Brasil, 2022).

Todos esses legados foram e são importantes para as instituições militares. Todavia, possivelmente, os resultados mais expressivos dessa missão estão na área humana, ou seja, nas experiências pessoais que os homens e mulheres que lá estiveram trouxeram em suas bagagens cognitivas. Nesse sentido, a internalização do quão inafastável é a manutenção do estado democrático de direito talvez seja a maior lição deixada às nossas tropas pela MINUSTAH.

Esses soldados tiveram, e ainda carregam consigo, a percepção mais aproximada do que representa a junção da falência do Estado com a de suas instituições, o caos generalizado aliado à pobreza e à corrupção. Somente a população atingida entende tudo isso com melhor exatidão do que um soldado da paz. Políticos e diplomatas internacionais, por mais que se debrucem sobre essas questões, jamais entenderão na pele o que representa a carência de ordem. Os olhares marcados pelo sofrimento, das mães e crianças haitianas, ainda estampam o imaginário dos *peacekeepers* brasileiros (Carluccio, 2020; Brasil, 2018; Walker, 2018).



Um fenômeno interessante também se constata na seara social. Nessa perspectiva, pode-se inferir que a população brasileira, ainda que não tenha estado envolvida na execução da missão, ainda que seu conhecimento geral sobre o assunto seja muito estreito e baseado nos noticiários nacionais, acabou por adquirir alguma compreensão sobre a relevância de um dos papéis das Forças Armadas. Isso corrobora para a valorização dessas instituições como alicerces da paz social, criando uma salutar sinergia com o nosso povo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta leitura condicionou ao entendimento de que a MINUSTAH deixou profundas marcas no povo haitiano, assim como nos militares das Forças Armadas do Brasil que participaram daquela missão. Ao longo de todo o período de sua execução, enviamos 37,5 mil homens e mulheres. Militares de todas as regiões do Brasil, integrantes de diversas especialidades, desde soldados a generais, que deixaram a sua Pátria para se tornarem *peacekeepers*.

O Brasil, incitado a executar um papel de maior relevância nas ações práticas em prol da paz mundial, demonstrou à comunidade internacional o seu profissionalismo, enviando ao Haiti o que havia de melhor em termos de recursos humanos e materiais, externando a capacidade de adaptação do militar brasileiro, bem como a sinergia entre o adestramento recebido, os meios disponibilizados e a execução das tarefas que lhes foram atribuídas.

Levados ao país mais pobre das Américas, os nossos soldados manifestaram o “BRAÇO FORTE” da Força Terrestre em ações como a contenção de grupos guerrilheiros e rebeldes armados, o constante patrulhamento de áreas de risco, a redução dos índices de violência e a sustentação das atividades estatais. Não obstante, estenderam a “Mão Amiga” para a criação e/ou reconstrução de estradas, pontes, aeródromos e estações de tratamento de água. Perfuraram poços d’água, asfaltaram vias, ampliaram escolas, proveram assistências de saúde e deram condições para que ações humanitárias fossem realizadas, traduzindo-se em benefícios para a sociedade haitiana e, principalmente, para as suas crianças e o futuro daquele país.

Em momentos assinalados por desastres, os *peacekeepers* brasileiros tiveram de se reinventar. Compelidos à atuação em condições que não lhes eram conhecidas, como terremoto, furacões e inundações, viram-se diante de uma natureza agressora, que deixou rastros de destruição e morte. Mais uma vez, expressaram versatilidade, espírito de sacrifício e empatia para com a nação socorrida.

Defronte às úlceras da humanidade, os soldados conheceram os mais nefastos efeitos da pobreza, da falta de recursos e dos atentados à dignidade social. Descortinaram o que a comunidade internacional só conhecia pelos noticiários, sem a real dimensão do que, factualmente, acometia a população haitiana.

O Haiti, antes da MINUSTAH, era uma nação frizada de faltas e excessos, falta de democracia, de segurança, de governabilidade, de estabilidade política, de dignidade humana, de investimentos e de condições de desenvolvimento social, e excesso de pobreza, de violência, de corrupção e de desrespeito aos direitos humanos.

No transcurso da missão, quais verdadeiros heróis, os homens e mulheres dos capacetes azuis, movimentados por suas viaturas brancas, levaram a paz ao Haiti. Em uma primorosa



expressão de devotamento e desempenho, os militares brasileiros instituíram um verdadeiro pacto pela governabilidade do país, pela preservação de direitos, pela segurança e pelo desenvolvimento.

Há, ainda, que se mencionar a coesão que existiu entre os níveis estratégico, tático e operacional da missão. A destreza e a dinâmica com que os *Force Commanders* lideraram os seus contingentes, incluindo os militares de nações amigas, permearam todas as atividades da operação, produzindo ambientes salutaros, integrados e cooperativos, onde se destacou o que os militares estrangeiros denominaram por *Brazilian Soft Power* (uso brando da força), traduzido em atitudes de liderança, de ações humanitárias, em cortesia — como um sorriso ou um cumprimento amigável do soldado para com a população —, no envolvimento com as pessoas, nas simples “disputas” de cabo de guerra com as crianças, nas participações em rodas de capoeira com os habitantes, na empatia e na imensurável vontade de ajudar. Condutas modestas, sim, mas, que concorreram para amenizar os traumas das situações enfrentadas, para ambos os lados envolvidos (Castro; Marques, 2019).

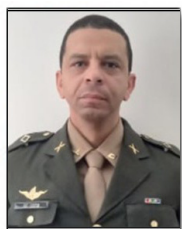
Naqueles anos de missão, assim como nos posteriores ao seu encerramento, nem tudo transcorreu como o planejado. A MINUSTAH nos custou muito mais horas de trabalho do que se podia esperar, mais tempo do que a própria ONU entendia ser necessário à estabilização, volumosas somas de recursos públicos, o enfrentamento do desconhecido, algumas críticas e vinte e quatro vidas de militares brasileiros. A despeito de tantos sacrifícios, ao final da missão, a condição daquele país era melhor do que antes. Lastimavelmente, depois da retirada das forças militares das Nações Unidas, a segurança local passou à exclusiva responsabilidade da ainda despreparada PNH, permitindo que grupos contrários, que se mantinham contidos, voltassem à disputa pelo poder local.

A repatriação dos materiais e dos efetivos empregados não encerrou a história construída em prol do povo haitiano. Compete, doravante, às atuais e futuras gerações de militares brasileiros preservar os feitos dos peacekeepers por meio de registros históricos, da dedicação contínua ao preparo individual e coletivo das Forças Armadas e das celebrações cívico-militares, de modo que tais ações sirvam de exemplo e legado às próximas gerações de boinas-azuis.



BIBLIOGRAFIA

- BONALUME NETO, Ricardo. Missão no Caribe. Folha de S. Paulo [online]. São Paulo: Folha, 2004. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft3005200401.htm>>. Acesso em: 26 mai. 2024.
- BOUTROS-GHALI, Boutros. Building peace and development - 1994: Annual report on the work of the organization. New York: UN, 1994.
- BRASIL. Exército Brasileiro. Centro de Comunicação Social do Exército. 75 anos do Exército Brasileiro em Missões de Paz. Brasília: CCOMSEx, 2022.
- BRASIL. Exército Brasileiro. Centro de Comunicação Social do Exército. Brasil no Haiti: um caso de sucesso 2004-2017. Revista Verde Oliva, Brasília, n. 241, 2018.
- BRASIL. Marinha do Brasil. Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. MINUSTAH [online]. Rio de Janeiro: CGCFN, 2024. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/cgcfn/minustah>>. Acesso em: 2 jun. 2024.
- BRASIL. Ministério da Defesa. Missões de paz [online]. Brasília: MD, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/relacoes-internacionais/copy_of_missoes-de-paz>. Acesso em: 30 abr. 2024.
- CARLUCCIO, Mariana Zamboni. A participação das mulheres peacekeepers nas operações de paz da ONU: um olhar de gênero sobre o Brasil e a MINUSTAH. 2020. 95 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2020.
- CASTRO, Celso; MARQUES, Adriana. Missão Haiti: a visão dos force commanders. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.
- FERNANDES, Janaina de Mendonça; ONUMA, Fernanda Mitsue Soares. Mulheres em situação de refúgio: as mais vulneráveis dentre as vulneráveis, segundo a teoria da reprodução social. Cadernos EBAPE.BR, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. e2023-0124, 2024. Disponível em: <<https://periodicos.fgv.br/cadernosebape/article/view/91077>>. Acesso em: 27 mai. 2024.
- FRANCO, Marina; STOCHERO, Tahiane. Missão de paz no Haiti: veja altos e baixos nos 13 anos de presença militar brasileira. G1, São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/missao-de-paz-no-haiti-veja-altos-e-baixos-nos-13-anos-de-presenca-militar-brasileira.ghtml>>. Acesso em: 2 jun. 2024.
- IRIGARAY, Hélio Arthur Reis; ANDERSON, Renata; VELLASQUEZ, Flávio; FILARDI, Fernando. Seu lar, meu refúgio: sobre o que é ser um refugiado no Brasil. Cadernos EBAPE.BR, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 222-233, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.fgv.br/cadernosebape/article/view/83231>>. Acesso em: 27 mai. 2024.
- LIMA, Fernanda Mello de. A atuação do Brasil nas missões de paz sob a égide do direito internacional e a projeção internacional do país: do treinamento à MINUSTAH. 2019. 100 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2019.
- MACIEL, Tadeu; ROSA, Renata de Melo; CAIXETA, Marina Bolfarine. O Haiti e a nova missão para a estabilização. Le Monde Diplomatique Brasil, São Paulo, 2023. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/haiti-nova-missao-estabilizacao-missao-multinacional/>>. Acesso em: 3 jun. 2024.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - BRASIL. Brasil encerra atividade militar no Haiti nesta quinta (31). Brasília: ONU, 2017.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas. Security Council Resolution 1542 (2004) [on establishment of the UN Stabilization Mission in Haiti (MINUSTAH)]. Nova York: ONU, 2004.
- WALKER, Márcio Saldanha. Evolução da concepção operativa do contingente militar brasileiro na MINUSTAH: legado para a força terrestre. Revista Doutrina Militar Terrestre, Brasília, v. 6, n. 13, p. 20-35, 2018.



Marcus Fabiano Cota é subtenente do Exército Brasileiro, mestre em administração pública e graduado em ciências da computação, administração e gestão pública. Possui especializações em gestão pública e estudos de política e estratégia. Atualmente integra a Seção de Pesquisa Científica e a Assessoria de Planejamento e Gestão, ambas da Escola de Sargentos das Armas.

ID Lattes: 9135803358071382.



Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército

HISTÓRIA – CULTURA – BRASIL

www.dphcex.eb.mil.br